

ESTRATÉGIA REGIONAL

Versão Final

setembro de 2020



NOTA DE ABERTURA

Os trabalhos de programação de um novo ciclo de desenvolvimento regional pós-2020 contou com acompanhamento das várias etapas pelos atores regionais, balizados por referenciais de planeamento e programação estabelecidos a nível europeu e nacional. Neste processo colaborativo de planeamento e programação materializamos as competências da CCDR, enquanto instituição responsável pela dinamização e articulação das políticas no território.

Com a dupla finalidade de identificar um caminho e fundamentar os instrumentos de programação, a Estratégia Alentejo 2030 integrou os principais resultados dos processos de revisão do Plano de Ação Regional Alentejo 2020, das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial sub-regionais e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente. Este referencial é uma plataforma de entendimento e responsabilização da região no que se refere ao futuro a médio prazo e representa a segurança da escolha coletiva dos desígnios a cumprir.

Neste processo de planeamento, a Estratégia Alentejo 2030 procura contribuir para a construção de respostas a um conjunto de desafios que persistem, com intensidades distintas, apesar do trabalho realizado e dos resultados de um ciclo de intervenção de políticas públicas e de investimentos dos municípios, das empresas e das associações.

A Estratégia Regional Alentejo 2030 permitirá à região desenvolver um novo patamar de respostas aos problemas renovados que se colocam, desde os mais estruturantes, relacionados com as pessoas, a economia e o território, aos que resultam das necessárias respostas aos impactes das alterações climáticas e às consequências da crise pandémica, em termos de emergência ambiental, económica e social.

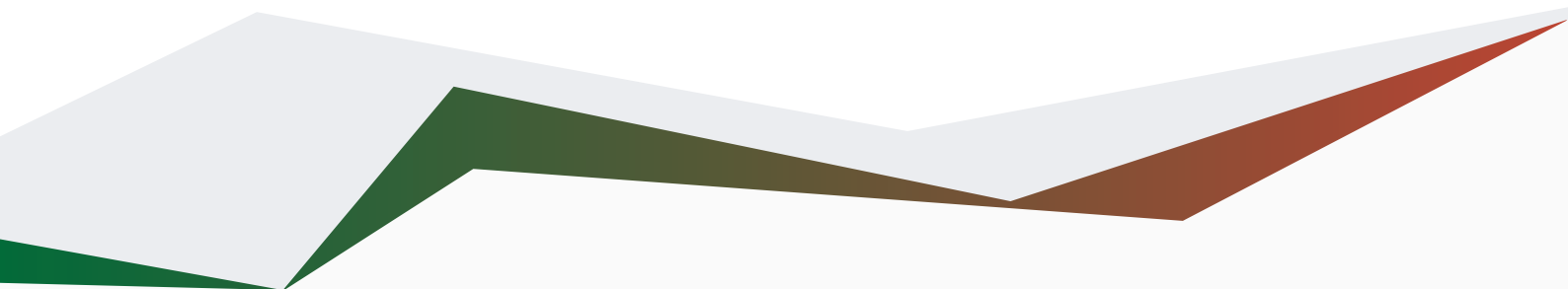
Os objetivos estratégicos e a sua desagregação num conjunto de objetivos específicos, relacionados com a demografia, a base económica, o sistema urbano e a governança, corresponde também a uma aproximação à programação, enquadrada nas apostas estratégicas regionais, nomeadamente através dos futuros Planos de Ação.

Os Planos de Ação abrangem domínios pertinentes para o desenvolvimento do Alentejo, na provisão e acesso aos serviços, no conhecimento e inovação, nas qualificações, nas infraestruturas económicas e logísticas, na sustentabilidade e resiliência do território, na cooperação e governança, nas alterações climáticas e na água.

Em termos de articulação programática, a pertinência dos desafios e a coerência dos objetivos estratégicos, não dispensa um desafio transversal que convoca a necessidade de reforçar as condições de governação e de ação coletiva. Esse reforço tem implicações na exigência de cooperação institucional, nos compromissos de acompanhamento e monitorização, que assegure o envolvimento dos atores regionais, bem como dos diferentes parceiros e redes existentes e a criar, cuja missão e atividade são indispensáveis para a concretização da Estratégia Alentejo 2030.

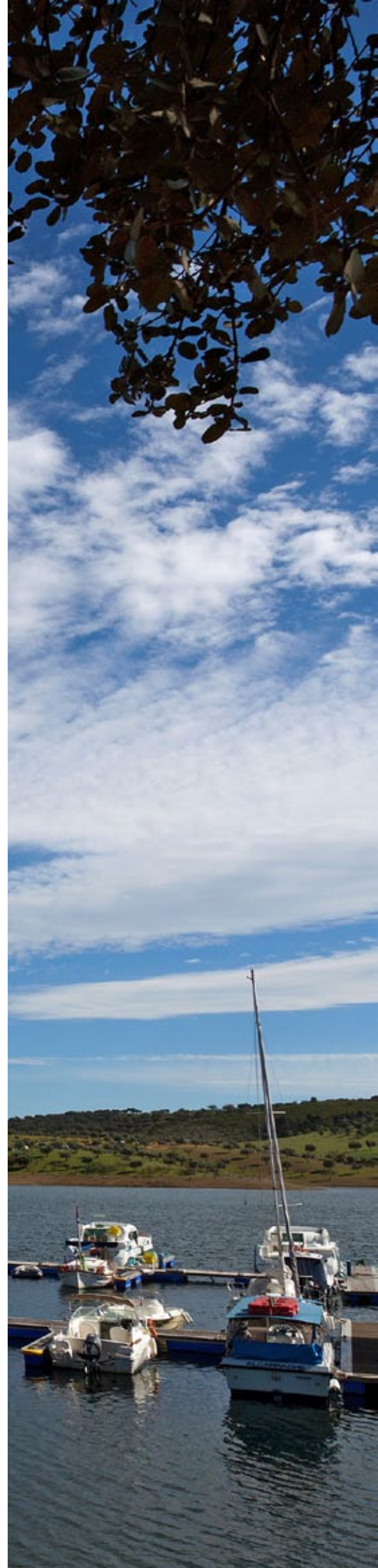
Roberto Grilo

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1 - ARGUMENTOS PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO	8
1.1. - Ativos do Território	8
1.2. - Dinâmicas de Investimento co-financiado	11
1.3. - Elementos-chave de Diagnóstico na ótica das dinâmicas regionais e sub-regionais	12
1.4. - Visão de síntese	13
2 - DESAFIOS REGIONAIS E VISÃO ESTRATÉGICA	18
2.1. - Desafios estratégicos regionais	18
2.2. - Desafios regionais à luz da Estratégia Regional de Especialização Inteligente	31
2.3. - Desafios regionais e Modelo territorial	36
2.4. - Visão estratégica - Alentejo 2030	39
2.5. - Abordagem preliminar à Programação	42
2.5.1. - Prioridades no enquadramento de Objetivos de Política da Coesão pós-2020	42
2.5.2. - Matriz de Objetivos Estratégicos/ /Objetivos específicos da programação	45
2.5.3. - Planos de Ação	49
SÍNTESE CONCLUSIVA	56
ANEXOS	57
ANEXO 1 - CARTOGRAMAS DOS ATIVOS DO TERRITÓRIO	57
ANEXO 2 - PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS, 2030: Investimentos previstos para o Alentejo	60



APRESENTAÇÃO

[Contexto de partida]

Os trabalhos de programação de um novo ciclo de desenvolvimento regional pós-2020 decorreram desde o 1º trimestre de 2018, com **acompanhamento das várias etapas pelos atores regionais**, balizados por referenciais de planeamento e programação estabelecidos a nível europeu e nacional.

Esse enquadramento mostrou-se adequado para assumir uma perspetiva de **continuidade de apostas regionais em torno de ativos do território** que expressam uma combinação de recursos que beneficiaram, sobretudo ao longo das últimas duas décadas, de prioridades de várias políticas públicas setoriais (Turismo, Aeronáutica, Logística e Transportes Marítimos) que contribuíram para integrar as empresas e as produções do Alentejo em cadeias de valor globais, reconfigurando gradualmente o seu perfil de especialização.

A emergência da crise pandémica e o padrão de efeitos resultantes da paralisação da atividade económica atingirá de modo profundo **dimensões-chave de especialização regional fortemente expostas à globalização**, tanto do lado da oferta, como do lado da procura, com limitações drásticas à circulação de pessoas e bens a nível mundial comprometendo fluxos estruturantes do funcionamento normal da economia e da sociedade. A duração e a dimensão quantitativa e qualitativa dos efeitos da crise constituem fatores de incerteza e complexidade numa economia aberta. A recuperação gradual, quando acontecer, terá contornos diferentes com **recomposição de atividades e novo posicionamento dos territórios, das cadeias de valor, mas também com geração de novas oportunidades para os ativos do território** (re)construindo relações de proximidade entre a produção e o consumo (bens intermédios, produtos finais, ...), dando **mais valor à baixa densidade, às amenidades e à resiliência territorial e à provisão e acesso a serviços de interesse geral** (físicos e por via digital), **argumentos competitivos já presentes na Estratégia do Alentejo 2030 e que adquirem agora renovada expressão e valor potencial**.

Este é o contexto em que a CCDR Alentejo apresenta às instâncias regionais a versão preliminar do trabalho em curso para uma **ponderada apreciação que deve ter presente que se trata de um exercício para 2030, a uma década de distância**. Espera-se que os atores regionais não façam depender a Estratégia, bem como os desafios estruturantes identificados, de **abordagens de remediação de curso/médio prazo** inevitáveis, mas que terão o seu tempo e instrumentos próprios (em programação e desenvolvimento, a nível comunitário e nacional). Essa subordinação, que não se deseja, poderia comprometer uma ambição de longo prazo para o Alentejo na qual vemos continuar a apostar, em tempos difíceis.

[Natureza e Âmbito da Estratégia]

A **Estratégia Regional Alentejo 2030** constitui a estrutura dorsal do processo de planeamento e programação estratégica do desenvolvimento regional no pós-2020. Trata-se de um quadro de referência, integrador das orientações indispensáveis à promoção do desenvolvimento regional na próxima década e facilitador dos processos de programação e acesso a recursos de financiamento, com diversas origens e finalidades, por parte do sistema de atores que intervêm no desenvolvimento competitivo, coeso e sustentável do Alentejo.

A CCDR Alentejo, em articulação com o Ministério da Coesão Territorial, coordena a preparação dos instrumentos regionais de suporte ao período de programação Portugal 2030 que começou com a elaboração do *Contributo Estratégico Regional* (1º trimestre de 2018) e prosseguiu com as iniciativas, eventos e reuniões do *Roteiro Desafiar o Futuro* (1º semestre de 2019).

Prosseguindo práticas anteriores, e também de acordo com as orientações da Comissão Europeia relativas à salvaguarda do Princípio da Parceria, o trabalho de planeamento estratégico regional dinamizou, desde o início e em diversos momentos-chave, a participação dos parceiros económicos, sociais e territoriais (CIM) da Região na preparação dos futuros instrumentos de suporte à programação para o período 2021-2027 tendo em vista garantir o envolvimento dos intervenientes relevantes a nível regional, sub-regional e local (corresponsáveis pela concretização futura da Estratégia Regional) nas diferentes etapas da programação do desenvolvimento regional e de forma a assegurar a recolha e o processamento de contributos qualificados para a Estratégia Alentejo 2030.

As Orientações do novo ciclo da Política de Coesão 2021-2027 (Objetivos de Política) constituem uma oportunidade para o Alentejo potenciar os resultados adquiridos de um ciclo longo de investimento público e privado, relançando a construção do seu futuro em torno de respostas objetivas a Desafios e Objetivos Estratégicos regionais que procuram combinar dimensões de afirmação competitiva e de qualificação e resiliência do território.

O balanço dos trabalhos de revisão dos documentos de estratégia elaborados na preparação do período de programação Portugal 2020 (Plano de Ação Regional Alentejo 2020 e Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial - EIDT, 2014-2020), à luz das trajetórias recentes a nível regional e sub-regional (NUTS III), converge para mensagens que a **Estratégia Alentejo 2030** procura acolher de forma dinâmica:

- *Continuidade enriquecida do Rumo/Visão e das apostas de política que têm mostrado resultados e contribuído para melhorar a competitividade territorial, a coesão social e o desempenho ambiental da Região, num quadro de qualificação do território;*
- *Aprofundamento da coerência entre as apostas de política setorial e as orientações do ordenamento do território (PNPOT revisto e PROT do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo, a iniciar os respetivos processos de revisão);*
- *Acolhimento estratégico e operacional de Desafios estratégicos que, não sendo novos para a Região, acen- tuaram a sua expressão nos últimos anos (“stock” e competências de recursos humanos, alterações climá- ticas, gestão da água, ...); e*
- *Necessidade de aproximar os exercícios de planea- mento estratégico e de programação de instrumentos de financiamento, atenuando as perdas ocorridas no passado na passagem e integração de processos.*

A preparação de **Planos de Ação**, na sequência da **Estra- tégia Regional** e com identificação de *prioridades territo- riais de Intervenção*, deverá estabelecer uma aproxima- ção entre esses exercícios, procurando ter presente: (i) Elementos de reflexão específicos em torno dos efeitos prospetiváveis da crise pandémica na competitividade e coesão dos territórios da Região; (ii) Recomendações de domínios prioritários de investimento para Portugal no período 2021-2027; e (iii) Propostas de atuação identi- ficadas por instrumentos regionais com relevância para as diversas Agendas Temáticas da programação (Adaptação às Alterações Climáticas, Economia Circular, Mobilidade Urbana Sustentável, ...) e incorporando contributos sub- regionais dos processos de Revisitação das EIDT 2014- 2020 conduzidos pelas CIM.

A **Estratégia Alentejo 2030**, no enunciado de Desafios e Objetivos Estratégicos, estabelece um quadro de referên- cia abrangente e de interação dinâmica para integrar os resultados dos processos de revisitação do PAR Alentejo 2020, das EIDT sub-regionais e da EREI cujos Domínios temáticos devem refletir a robustez de recursos de I&DT, competências avançadas e capacidade empreendedora do Alentejo, argumentos habilitantes para participar em redes de valorização de conhecimento e processos de qualificação da base económica.

A **Estratégia Regional Alentejo 2030** compreende duas secções:

1. *Argumentos para um novo ciclo de desenvolvimento*
2. *Desafios Regionais e Visão Estratégica Alentejo 2030.*



SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. Finalidade.** A elaboração de uma Estratégia de Desenvolvimento para o Alentejo no horizonte 2030, tem uma dupla finalidade: (i) identificar um rumo no qual os atores regionais se revejam pelo capital de resposta aos seus anseios e desafios de futuro; e (ii) fundamentar os instrumentos de programação que deverão viabilizar o acesso a recursos de financiamento das intervenções públicas associativas e privadas orientadas para o desenvolvimento competitivo, sustentável e coeso da Região.
- 2. Contexto de partida.** O trabalho começou a ser preparado no 1º trimestre de 2018 numa perspetiva de continuidade de apostas regionais em torno de ativos do território que beneficiaram de prioridades de várias políticas públicas setoriais ao longo das últimas duas décadas (Turismo, Aeronáutica, Logística e Transportes Marítimos) as quais contribuíram para integrar as empresas e as produções do Alentejo em cadeias de valor globais, reconfigurando o perfil de especialização. A emergência da crise pandémica e o padrão de efeitos resultantes da paralisação da atividade económica, interromperam esta trajetória podendo vir a atingir de modo profundo dimensões-chave de especialização regional mais expostas à globalização, condicionando o funcionamento, até aqui normal, da economia e da sociedade e gerando fatores de incerteza e complexidade numa economia aberta.
- 3. Condicionantes do desenvolvimento regional.** Sendo os efeitos da crise pandémica um dado que não podemos ignorar, importa ter presente um conjunto de fatores que, a um nível mais estrutural, constituem constrangimentos ao desenvolvimento futuro do Alentejo e de entre os quais se destacam:
 - o ciclo continuado de recessão demográfica e despovoamento que impacta negativamente as condições socioeconómicas indispensáveis para a revitalização da Região;
 - a escassez de mão-de-obra, em volume e qualificações, para responder às dinâmicas de investimento atraíveis para a Região, setores tradicionais e emergentes;
 - o défice de capacitação empresarial para incorporar fatores dinâmicos de competitividade (inovação e competências, remunerações e carreiras profissionais, e uso eficiente de recursos);
 - a incipiente consolidação das diversas expressões do Sistema Regional de Inovação limitando o potencial de renovação competitiva das principais cadeias de valor regional;
 - a pressão sobre os usos do solo, com efeitos negativos no ordenamento e na qualificação do território, na qualidade de vida das populações e na atratividade de investimentos mais exigentes em amenidades urbano-ambientais;
 - a qualidade e cobertura insatisfatórias das redes de transporte existentes, nas ligações interurbanas e nos territórios de baixa densidade, com reflexos no acesso a Serviços de Interesse Geral e a funções administrativas e de regulação do Estado.
- 4. Principais Desafios e Visão.** A reflexão efetuada com base na auscultação de um conjunto alargado de atores regionais e instituições com atividade na Região identificou um conjunto robusto (racional e coerente) de **Desafios Estratégicos**: (i) *Demografia e excelência dos serviços de suporte*; (ii) *Sustentabilidade territorial e dos seus recursos*; (iii) *Especialização inteligente e competências*; (iv) *Valorização económica dos recursos e ativos regionais*; e (v) *Qualificação dos subsistemas territoriais*.

A resposta integrada e gradual a estes Desafios deverá contribuir para uma Visão, no horizonte 2030, de *Um território com capital simbólico e identidade distintivos, dotado de amenidades, de recursos naturais e produtivos, de conhecimento e competências, aberto para o mundo e capaz de se afirmar como espaço de referência para investir, trabalhar, viver e visitar.*
- 5. Objetivos Estratégicos.** A Estratégia Alentejo 2030 assenta na seguinte árvore de Objetivos Estratégicos (OE):
 - OE1.* Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família.
 - OE2.* Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.
 - OE3.* Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências.
 - OE4.* Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial.

OE5. Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e de coesão territorial.

OE6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva.

Este enunciado de Desafios e Objetivos Estratégicos estabelece um quadro de referência abrangente e de interação dinâmica para integrar os resultados dos processos de planeamento paralelos realizados, designadamente de revisitação das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) sub-regionais e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) cujos Domínios temáticos procuram refletir a robustez de recursos de I&DT, competências avançadas e capacidade empreendedora do Alentejo, argumentos habilitantes para participar em redes mais vastas de valorização de conhecimento e de qualificação da base económica.

- 5. Da Estratégia aos Planos de Ação.** A preparação de Planos de Ação, na sequência da Estratégia Regional e com identificação de prioridades territoriais de intervenção, deverá vir a estabelecer uma aproximação entre planeamento e programação procurando combinar: (i) Propostas de atuação identificadas por instrumentos regionais com relevância para as diversas Agendas Temáticas da programação (nomeadamente, Adaptação às Alterações Climáticas, Economia Circular e Mobilidade Urbana Sustentável), bem como contributos sub-regionais dos processos de Revisitação das EIDT 2014-2020 conduzidos pelas CIM; e (ii) Recomendações relativas a domínios prioritários de investimento para Portugal no período 2021-2027.

Os Planos de Ação identificados são os seguintes:

PA 1 - Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG)

PA 2 - Sustentabilidade Territorial, Património natural e Ação Climática

PA 3 - Conhecimento e Inovação

PA 4 - Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo

PA 5 - Qualificação, Emprego e Inclusão

PA 6 - Cooperação territorial

PA 7 - Governança e Capacitação

PA 8 - Água.



1

ARGUMENTOS PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO



1 ARGUMENTOS PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

1.1. Ativos do Território

A generalidade dos diagnósticos regionais e sub-regionais tem enfatizado a importância nuclear do Território na estruturação dos argumentos competitivos do Alentejo, designadamente em torno de um conjunto de *recursos estruturantes do passado* e de *recursos construídos e em construção/a construir*, segundo trajetórias patentes em vários instrumentos de planeamento regional e de ordenamento.

O PAR Alentejo 2020 assentava a formulação estratégica do desenvolvimento regional no portefólio de ativos naturais, construídos e de iniciativa da Região, numa abordagem que procurava valorizar um padrão heterogéneo, mas potencialmente complementar, de recursos em presença, onde avultava a fachada atlântica e o corredor terrestre de relação com a Europa, espaços de valorização maior desse leque compósito de recursos.

Esta perspetiva de complementaridade está, igualmente, muito presente nos contributos dos atores setoriais e regionais que participaram nas diversas etapas da elaboração da Estratégia Regional Alentejo 2030, contributos que enfatizam o papel que o Território deverá desempenhar no desenvolvimento futuro da Região.

Na trajetória de consolidação da terceira década do século XXI, esta matéria-prima reveste dimensões que interpelam, desde logo, os Ativos permanentes destacados em 2013 (Localização e Configuração Territorial; Recursos Naturais, Ambiente e Paisagem; Património Histórico e Cultural e Identidade Regional; Polos Urbanos Consolidados; e Recursos Institucionais).

Desde então, ocorreram mutações importantes no **Ambiente e Paisagem**, ativos confrontados com os efeitos persistentes e anunciados da desertificação física, perda populacional e despovoamento e das alterações climáticas, que atingem a qualidade e a robustez económica e social de vários subsistemas produtivos regionais. No domínio do *Património Histórico e Cultural*, afirmaram-se dinâmicas de reconhecimento e notoriedade mundial concretizadas e em preparação (Elvas e suas fortificações, Cante, Chocalhos, Bonecos de Estremoz, Marvão, Montado, Campo Arqueológico de Mértola e Vila Viçosa) e iniciativas de investimento público e privado de recuperação e reabilitação que têm vindo a robustecer o potencial de aproveitamento económico (alojamento, visitação e fruição) em inúmeras cidades e vilas da Região.

Também na dinâmica dos *Ativos adquiridos*¹ ocorreram alterações na dotação de recursos e dos padrões produtivos, com destaque para a diversificação das produções exportadoras, o reforço dos polos de produção de energias renováveis, e a localização de novos investimentos empresariais do Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa.

Esta centralidade do Território na configuração da Matriz de Ativos da Região deverá, todavia, assumir renovados contornos de afirmação da capacidade regional, no horizonte de médio e longo prazo com a construção do Hospital Central do Alentejo e a execução das intervenções enquadradas pelo PNI 2030, sobretudo na vertente de Mobilidade e abrangendo ligações rodo e ferroviárias.

O território está, ainda, presente nas relações funcionais que diversas sub-regiões (sobretudo, Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central) estabelecem com a Área Metropolitana de Lisboa potencialmente alargadas ao Alto Alentejo, com parte das intervenções previstas no PNI 2030, e que constituem um desafio com potencial estruturante das valências da vitalidade demográfica, do dinamismo empresarial, da logística e distribuição, do acesso à inovação, da cooperação transfronteiriça,...

A configuração territorial associada a este esforço de investimento público pode contribuir para que o Alentejo tire partido da sua posição geoestratégica de proximidade à AM Lisboa, ao Algarve e de ligação a Espanha e à Europa, bem como do potencial logístico conexo, um conjunto de argumentos locativos que está presente na Visão para o Alentejo no horizonte 2030 e na Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Estas referências sintéticas pretendem sinalizar a diversidade existente num território singular que pode *valorizar combinações destes recursos transformando-os em ativos estratégicos para o desenvolvimento da Região*, consolidando prioridades que têm vindo a ser definidas em processos de planeamento e programação estratégica relativamente recentes e que, no essencial, permanecem atuais no horizonte 2030.

A preocupação consiste em não antagonizar competitividade e coesão territorial conseguindo que o conjunto mais disseminado possível de recursos da Região esteja refletido nos seus ativos estratégicos, preocupação que mais se acentua num período de significativas incertezas e turbulências globais que atingem os territórios.

¹ Ativos adquiridos que a Região foi construindo ao longo das duas últimas décadas: Rede de estabelecimentos de Ensino, Centros de Formação e Unidades de I&D; Acessibilidades internas e de interface com o exterior (logística, energia, transportes, tecnologias de informação e comunicação...); Pólo de química pesada e setor aeronáutico e eletrónico; Oferta agrícola para exportação, associada aos Perímetros de Rega; e Equipamentos Sociais e de Saúde.

A última década, atravessando duas gerações de programação dos fundos estruturais, regista exemplos de afirmação bem sucedida das referidas **combinatórias de recursos**:

(i) A Área portuária, industrial e logística de Sines, que combina infraestruturas pesadas com valências produtivas e “know-how” de automatização de processos de despacho de navios e mercadorias, componentes fortemente integradas na economia nacional e na economia europeia e mundial, abrangendo uma das componentes mais expressivas da internacionalização da economia regional. O Complexo portuário e logístico beneficia de excelentes condições naturais, em termos de fundos e acessibilidades marítimas, prossegue uma trajetória de investimento em que se destacam novos projetos portuários (expansão do terminal XXI e novo terminal Vasco da Gama), *Port Tech Cluster* Porto de Sines - acelerador de transferência de conhecimento, nova refinaria, cabo transatlântico e polo de produção de gases renováveis, como o hidrogénio verde, com recurso à energia fotovoltaica.

Nesta última vertente, enquadrável na Estratégia Nacional para o Hidrogénio, antecipam-se perspetivas geradoras de um ecossistema com potenciais articulações com a estruturação de um forte Cluster regional de Energias Renováveis e novos dinamismos socioeconómicos e territoriais.

Este conjunto de investimentos em torno de Sines, deverá potenciar também os efeitos das várias intervenções a realizar nas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias podendo contribuir para ampliar a criação de valor acrescentado, o volume de emprego e de população residente nos territórios de proximidade do Litoral Alentejano.

No novo contexto pós crise pandémica, os movimentos internacionais de tráfego de mercadorias determinarão o peso das valias de Sines: entreposto dos produtos que vêm da “fábrica do mundo” e transbordo para navios de menor calado para a sua distribuição regional; e ponto de passagem para a Europa, associando os modos portuário e ferroviário. A primeira vertente pode ser mais efémera, se outro porto (Valência, Algeciras, Tânger, ...) apresentar melhores condições de transbordo marítimo, face aos novos fluxos de carga, sendo de admitir que a valia de Sines venha a estar mais associada ao corredor ferroviário para a Europa, o que aconselha, na ótica do Alentejo, a valorizar a criação de interfaces que potenciem a internalização territorial do corredor.

(ii) *O Cluster do Turismo do Alentejo e Ribatejo* alicerçado num perfil compósito de recursos que evoluiu para produtos turísticos inimitáveis na capacidade diferenciadora, com atração de “players” empresariais experientes, dinamismo de investimento e poder de dominação de

mercado, a par de estratégias de promoção dotadas de escala e continuidade. O Turismo e os Serviços de vocação turística, assentam em iniciativas empresariais nas vertentes de alojamento, restauração, projetos de enoturismo, serviços complementares de animação e outros e tem potenciado a valorização de produtos temáticos enriquecidos (sol e mar, circuitos turísticos, turismo de natureza, residencial e de saúde, gastronomia e vinhos, ...). Com expressão no crescimento dos indicadores económicos e de emprego, o turismo regional tem gerado procura externa qualificada para um conjunto de bens e serviços produzidos com incorporação de contributos de outras cadeias de valor regionais, em que se destacam as produções da matriz identitária mediterrânica, os valores do património cultural e natural e as economias urbanas.

A aposta continuada no turismo tem contribuído para valorizar o património histórico e cultural, estimular a regeneração urbana, reanimar as áreas rurais, valorizar as áreas naturais, a produção cultural e as indústrias criativas e diversificar a economia do mar (gastronomia, atividades marítimo-turísticas, náutica de recreio, ...).

(iii) *O Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa*, que combina no Alentejo: localização; infraestruturização material e centros de negócios para atração de investimento de grandes “players” do Cluster a nível mundial; recursos e atividades formativas (qualificação de quadros médios, níveis IV e V) do Pólo Tecnológico do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora e unidades de formação em Grândola e Ponte de Sor; estabelecimento de protocolos com Instituições de Ensino Superior (IES) regionais e supra-regionais; a par de intervenções de qualificação urbano-ambiental de iniciativa dos municípios.

As expressões regionais do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa correspondem a um vetor relevante do mapeamento de infraestruturas económicas do Alentejo, beneficiam de reconhecimento pelas políticas públicas e têm orientação para os mercados externos, em termos de procura final.

Em idêntico sentido, e procurando responder à viabilização e retorno de investimentos existentes, importa reequacionar as condições de aproveitamento económico sustentável do Aeroporto de Beja, com implicações sobre escolhas de infraestruturização rodo-ferroviária e logística na respetiva envolvente.

(iv) A Agroindústria e indústrias alimentares, com forte expressão de vantagens competitivas face ao País, na Lezíria do Tejo e no Litoral Alentejano e margem de progressão elevada no Baixo Alentejo, a partir do aproveitamento pleno do Regadio de Alqueva.

As atividades agro-transformadoras integram, sobretudo,

a vitivinicultura e a olivicultura, presentes em várias sub-regiões com forte inovação associada (p. ex., em domínios que incluem, no caso do vinho, a adaptação às alterações climáticas e a eficiência no aproveitamento de águas residuais) e têm beneficiado do apoio dos FEEI para as suas estratégias de internacionalização. Os desempenhos económico-empresariais do Cluster Agroalimentar exportador combinam, em várias sub-regiões, a existência de condições edafo-climáticas e água, com iniciativa empresarial (endógena e externa à Região), dinâmica e esclarecida na relação com a inovação produtiva e tecnológica e o acesso aos mercados.

A dinâmica das atividades do sistema de montado, em particular a produção de cortiça, a pecuária extensiva de raças autóctones e as pequenas fileiras produtivas de base florestal (com expressão económica e social nas diferentes sub-regiões), apoiadas também por atividades e serviços de conhecimento, tem evidenciado a importância da manutenção dos sistemas mediterrâneos a qual posiciona a Região como um mosaico territorial de aprovisionamento e suporte (alimento, fotossíntese, regulação climática e da qualidade do ar, banco genético de biodiversidade, de recursos superficiais e subterrâneos) e fonte de amenidades e espaços naturais. A estes complexos de atividades, em consolidação das respetivas cadeias de valor, podem ser acrescentados os investimentos que dependem menos de combinatórias de recursos e mais de dinâmicas de atração de empresas e estruturação de interfaces com a investigação e inovação, nomeadamente na Eletrónica, na Economia digital, nas Energias renováveis, no Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, no Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (SRTT/PACT), nas redes de incubadoras, ... exemplos que evidenciam também o alinhamento com apostas das políticas públicas setoriais e uma marca de inovação e internacionalização, centrados em ativos regionais emergentes.

Em *síntese*, a Região reúne, hoje, na generalidade dos setores referenciados, a presença ativa de parceiros económicos que potenciam o aproveitamento de mercado de recursos do território com forte dinâmica empreendedora (grupos empresariais nacionais, investidores estrangeiros, ...), capacidade de inovação e internacionalização, os quais beneficiaram (e beneficiam) de recursos de financiamento público nacional e comunitário e que podem ampliar a sua condição de parceiros estratégicos para o desenvolvimento do Alentejo.

A generalidade dos atores regionais auscultados no processo de programação converge claramente na valorização de tendências de mudança que se registam na Região, em termos de padrão de novos investimentos empresariais. Por mais relevantes e simbólicos que os novos fluxos de investimento possam apresentar-se, não fazem

esquecer as tendências pesadas do sistema produtivo regional, suficientemente reconhecidas e diagnosticadas nos trabalhos de preparação do período de programação Alentejo do 2014-2020. Mas os novos fluxos económico-empresariais, apesar de não inverterem por si só os constrangimentos identificados, têm um papel crucial a desempenhar mostrando que a mudança é possível e a Região revelou atratividade para fixar novos agentes de iniciativa.

As dinâmicas observadas em torno do *Cluster Aeronáutico* (com o Alentejo a assumir uma relevante expressão de “clusterização” de atividades nos investimentos empresariais em diversos polos territoriais), os aproveitamentos económicos na lógica de fins múltiplos de Alqueva, a aposta na energia fotovoltaica, o ressurgimento do potencial de exportação agroalimentar (horto-fruticultura, economias do vinho e do azeite, e investimentos nas novas agriculturas), e toda a logística que o complexo de Sines e a sua conexão com a fronteira do Caia vai representar - constituem símbolos manifestos de um novo Alentejo produtivo e claramente mais internacionalizado.

A cartografia dos **Ativos Permanentes do Alentejo** (cf. Anexo 1.1) abrange os recursos do subsolo (minerais metálicos e não metálicos - Faixa Piritosa Ibérica e Zona dos Mármore), o solo - tanto na perspetiva da salvaguarda do potencial agrícola (solos da RAN) como na função de sustentação da biodiversidade e dos sistemas agrosilvopastoris que marcam a identidade da Região (povoamentos de quercíneas e sistemas de montado de sobro e azinho) e a água - na sua ocorrência superficial da rede hidrográfica principal e das grandes albufeiras de armazenamento e das reservas subterrâneas dos principais sistemas aquíferos.

A cartografia dos **Ativos Adquiridos da Região** (cf. Anexo 1.2) regista o património cultural - elementos diferenciadores e expressões culturais da Região (património classificado edificado e imaterial), os corredores de proximidade, as infraestruturas de mobilidade (atuais e futuras): Porto de Sines; ligações ferroviárias; Aeroporto; Autoestradas; Rede de Cabo; e redes interurbanas dos principais Serviços de Interesse Geral (Universidade, Politécnicos, Estabelecimentos de Ensino Secundário, Hospitais, GNR, PSP e Tribunais). A cartografia identifica também os Ativos emergentes como o setor da Química Pesada (Porto de Sines), os aproveitamentos hidroagrícolas (Caia, Alqueva, Sado, Mira, Lezíria do Tejo, ...), o setor da Aeronáutica, Espaço e Defesa (Évora, Beja, Ponte de Sor e Grândola) e o potencial de produção associado às fontes de energia renováveis com destaque para as fotovoltaicas (metade da produção nacional localizada, sobretudo, no Alentejo Central e no Baixo Alentejo).

O Programa Nacional de Investimentos (PNI, 2030) tem previstos investimentos na Região que, uma vez executados, irão reforçar a dotação de ativos da Região aumentando a sua capacidade competitiva, e a coesão e sustentabilidade territoriais. Entre esses investimentos, salientam-se as intervenções na conectividade rodoviária e ferroviária (melhorando a acessibilidade à AM de Lisboa e à fronteira), no transporte marítimo-portuário e também no regadio, no ciclo urbano da água, na proteção do litoral, na recuperação de passivos ambientais, a par de intervenções no domínio da energia (interligações de eletricidade e gás natural) - cf. no Anexo 2 os investimentos territorializados no Programa.

1.2. Dinâmicas de Investimento co-financiado

Os elementos de balanço disponíveis referentes à intervenção dos Fundos Estruturais na Região, embora não sistemáticos e dispersos, permitem sinalizar um *património de resultados* e de insuficiências que deve ser refletido no contexto da preparação de instrumentos para um novo ciclo de promoção do desenvolvimento regional.

Entre os elementos de balanço relativos ao património de resultados (2008-2018), destacam-se as vertentes seguintes:

- *Qualificação do Território* [Requalificação da Rede do 1º Ciclo do Básico e Educação Pré-escolar; Desenvolvimento urbano via intervenções no espaço público, na valorização do património e dinamização cultural; Mobilidade territorial, na vertente melhoria da rede viária; Saúde (qualificação dos equipamentos e disponibilização de cuidados diferenciados nas unidades locais de saúde e hospitais); e Equipamentos coletivos e serviços de proximidade, sobretudo de apoio à população idosa];
- *Modernização dos serviços municipais*, abrangendo a desmaterialização de processos de atendimento aos municípios, capacitação de plataformas SIG, redes de serviços partilhados e outras operações que qualificam a intervenção pública municipal e melhoram os níveis de desempenho em matéria de coesão territorial;
- *Internacionalização das empresas de Cadeias de Valor estratégico regional*, com destaque para os clusters do Agroalimentar e da Aeronáutica;
- *Transformação dos sistemas de aproveitamento económico da agricultura e pecuária*, como resultado do investimento a montante no regadio (sistema de Alqueva e outros perímetros de rega) e nas explorações, em novas produções de forte conteúdo exportador pertencentes a diversas fileiras produtivas agro-rurais;

- *Inovação*, visando contribuir para fortalecer a base infraestrutural do Sistema Regional de Inovação e ampliar a capacidade produtiva regional com novos bens, serviços, tecnologias e processos produtivos;
- *Afirmação e desenvolvimento do setor do Turismo*, através dos projetos empresariais (p.ex., componentes de alojamento, animação e promoção turística) e de iniciativas de valorização do património e dinamização de atividades culturais e criativas;
- *Sustentabilidade ambiental*, abrangendo intervenções do PO Regional e do PO SEUR, em apoio ao planeamento (Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas) e a investimentos, p.ex., na recolha e tratamento de resíduos e no abastecimento urbano da água (com limitações acentuadas, dada a seletividade das operações);
- *Desenvolvimento Local*, com apoio a pequenos investimentos de valorização de recursos endógenos em intervenções de base rural e costeira (sobretudo, financiamentos FEADER e FEAMP), num contexto de redução prolongada dos meios e das capacidades de animação socioeconómica dos territórios pelas Associações de Desenvolvimento Local.

As *insuficiências* reveladas situam-se em domínios que integram prioridades de intervenção relevantes, mas que tiveram concretização limitada de realizações, nomeadamente:

- *Qualificação dos ativos* (empregados e desempregados) com perda de prioridade para as intervenções nas modalidades de formação/aprendizagem ao longo da vida, indispensáveis às respostas de adaptação dinâmica às necessidades de competências para segmentos mais competitivos da economia regional;
- *Transferência de conhecimento para as empresas*, com reduzida dinâmica de apropriação pelo tecido empresarial de resultados da investigação e também de mobilização de recursos de financiamento;
- *Intervenções na Mobilidade e Rede de transportes*, com baixa prioridade na afetação de recursos, num contexto de reduzida cobertura e qualidade das redes existentes, sobretudo, nos territórios de baixa densidade da Região;
- *Provisão e acesso a serviços de interesse geral*, sem investimentos relevantes e aprofundando o contexto negativo de encerramento de equipamentos coletivos e de serviços de proximidade;
- *Cooperação Transfronteiriça*. Parte relevante dos projetos desenvolvidos com a Extremadura, a Andaluzia

e o Algarve tem sido focada nos Domínios de Especialização Regional (*lato sensu* agroalimentar, turismo, cultura, aeronáutica, e energias limpas), mas as assimetrias de capacidade e experiência das entidades beneficiárias têm limitado a apropriação regional das potencialidades associadas à cooperação territorial e constituem uma debilidade a corrigir como resultado do aprofundamento das atividades das Comunidades de Trabalho;

- *Mitigação de impactos ambientais e efeitos negativos sobre o ordenamento do território e a qualidade de vida das populações*, a beneficiar de escassa cobertura pelas tipologias de operação existentes, num contexto em que também a ocorrência de conflitos de usos e efeitos negativos da intensificação produtiva geram necessidades de intervenção corretiva minimizadora.
- *Afirmação de uma cultura territorial que habilite o Alentejo como um todo a níveis de coesão territorial resultantes de desígnios regionais comuns.*

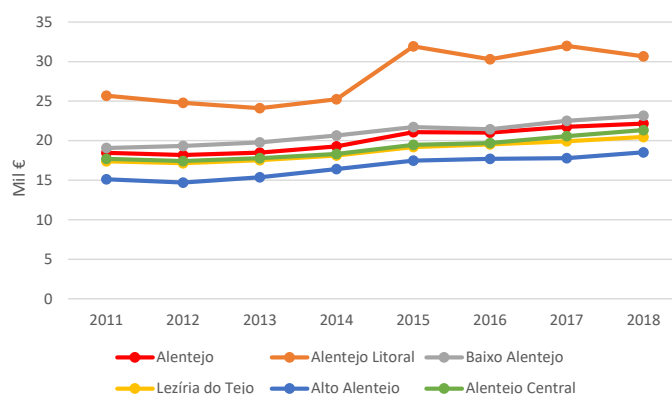
Os processos de reprogramação não contribuíram, ainda, para atenuar as insuficiências assinaladas e concretizar objetivos específicos em Domínios de intervenção que correspondiam a uma nova geração de objetivos de política importantes para a Região (descarbonização, eficiência energética, mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana, etc.).

As novas reprogramações, face à premência das prioridades sanitárias e do reforço dos apoios no investimento empresarial para sustentação de níveis de atividade e emprego, não deverão colmatar aquelas insuficiências.

1.3. Elementos-chave de Diagnóstico na ótica das dinâmicas regionais e sub-regionais

Ao longo da última década, o Alentejo tem acompanhado de forma relativamente próxima a trajetória de crescimento da economia portuguesa na qual a Região representa cerca de 6,5% do PIB e do VAB. Numa perspetiva sub-regional persistem disparidades que se acentuaram ao longo da década com o Alentejo Litoral a registar um PIB per capita superior às médias regional e nacional, em contraste com o posicionamento relativo das demais sub-regiões do Alentejo.

PIB per capita em PPC da UE28 do Alentejo e das NUTS III, a preços correntes



Fonte: Contas Regionais, INE e EUROSTAT.

A estrutura setorial do VAB reflete a transformação do tecido económico regional onde são visíveis o crescimento do peso relativo do setor dos Serviços e o aumento da contribuição da Agricultura e Florestas que cresceu a um ritmo superior ao do País e em todas as sub-regiões; a nível intra-regional, o Alentejo Litoral apresenta um crescimento mais rápido na Região e no conjunto da economia portuguesa fruto de uma combinatória enriquecida de recursos e de uma estrutura produtiva integrada em cadeias de valor fortemente globalizadas.

O comportamento do *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional* (ISDR), por sua vez, evidencia numa estagnação tendencial no período 2014-2018 com ligeiras oscilações sub-regionais positivas no Alentejo Central e na Lezíria do Tejo. No conjunto das componentes do ISDR, o Alentejo destaca-se a nível nacional (“performance” superior à média) na Dimensão Qualidade ambiental com um índice superior a 100 e em crescimento no período, valorizando parâmetros de qualidade da água para consumo, de qualidade do ar, de substituição de fontes energéticas fósseis, etc. A nível regional, as variações com algum significado registam-se na dimensão da Competitividade (a que não será alheio o investimento na qualificação das infraestruturas e dos equipamentos de suporte à atividade económica) e, em sentido inverso, na Dimensão Coesão.

Todavia, a Competitividade e a Coesão são também as Dimensões do ISDR que revelam uma maior distância face à média nacional, projetando necessidades de intervenção e de investimento que possam contribuir para atenuar o afastamento existente.

Indicador Sintético de Desenvolvimento Regional (Alentejo e NUTS III)

	Global		Competitividade		Ambiental		Coesão	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Alentejo	95,69	95,70	88,00	89,85	101,58	102,70	98,13	95,24
Alto Alentejo	95,91	94,57	80,47	81,82	111,35	107,24	97,37	96,00
Lezíria do Tejo	94,60	95,37	87,77	90,41	97,66	101,53	98,83	94,77
Alentejo Central	97,09	98,32	87,61	90,98	101,78	103,34	102,56	101,28
Alentejo Litoral	95,57	95,71	97,39	97,03	93,19	95,52	95,93	94,51
Baixo Alentejo	95,94	93,96	88,50	88,77	106,80	105,88	93,38	88,17

Fonte: INE.

Na ótica intra-regional, os comportamentos das distintas componentes do ISDR mostram a existência de uma relação inversa entre os componentes “Competitividade” e “Qualidade Ambiental”, p.ex., no Alentejo Litoral e no Alto Alentejo, sub-região com elevado desempenho na vertente Ambiental e posicionamento inferior ao nível da competitividade. Na componente da Coesão, observa-se uma quebra generalizada na Região e nas NUT III (superior à média nacional) ampliando as necessidades de intervenção, nomeadamente no acesso a serviços básicos, na dinamização da economia e nas respostas sociais de combate à exclusão e de integração social.

1.4. Visão de síntese

A visão de síntese do Diagnóstico prospetivo regional assenta num conjunto de traços principais adiante organizados em torno de três vetores-chave: (i) identificação de *Fatores condicionantes do desenvolvimento regional*; (ii) balanço de *Tendências pesadas e mais recentes*; e (iii) sistematização de *Ativos estratégicos regionais*. A revisão revela elementos de consolidação, mas também de mudança ao longo dos últimos anos que importa ponderar nas óticas da sustentabilidade do desenvolvimento regional e da fundamentação da aposta seletiva de Desafios Estratégicos Regionais.

O aumento das áreas regadas para produções intensivas fora dos Aproveitamentos Hidroagrícolas exige a reflexão sobre os limiares de utilização de recursos hídricos subterrâneos, bem como a alteração dos padrões de uso do solo na origem de potenciais “conflitos de usos e atividades, nomeadamente entre a conservação da natureza e biodiversidade e a intensificação agrícola.” (cf. Diagnóstico PNPOT, 2018).

A elevada qualidade ambiental e paisagística, proporcionada por sistemas equilibrados e modelos multifuncionais de uso do solo, bem como a outro nível o equilíbrio urbano, apresentam uma trajetória recente de pressão sobre os recursos que pode questionar a robustez de longo prazo dos *Ativos estratégicos* mais ligados ao território.

As dinâmicas sub-regionais revelam algumas disparidades persistentes com destaque para os desempenhos distintos entre a Competitividade e a Qualidade ambiental, revelando um Litoral mais competitivo, o Norte com melhor

índice de Qualidade ambiental e o Centro com melhores “performances” na Coesão.

Esta visão de síntese constitui uma base de trabalho dotada de alguma robustez para suportar uma **identificação dinâmica dos Desafios Regionais no horizonte 2030**, uma década em que o Alentejo poderá beneficiar, em adaptação dinâmica, das oportunidades decorrentes da concretização de importantes orientações/intervenções das políticas públicas. Entre estas destacam-se os compromissos do PNPOT e os investimentos públicos setoriais nas acessibilidades, no regadio, na saúde, e outros (públicos e privados) por via da participação regional em estratégias setoriais em cujo âmbito de atuação os argumentos competitivos das diferentes sub-regiões do Alentejo são determinantes para o respetivo sucesso (mobilidade sustentável, descarbonização, economia circular, adaptação às alterações climáticas, ...).

As tabelas seguintes sintetizam uma visão compreensiva da trajetória de desenvolvimento da Região entre fatores condicionantes, tendências (pesadas e mais recentes), procurando proteger essa visão do quadro de efeitos diretos e induzidos resultantes da crise pandémica, embora parte desses efeitos condicione a vitalidade de alguns ativos do território e potencie as oportunidades de valorização de outra parte.

A experiência tem mostrado que a questão institucional é determinante para dar coerência a novos instrumentos de ação, podendo o estabelecimento de uma plataforma institucional articular e tornar perene (fundamental) as iniciativas existentes e futuras.

Fatores condicionantes do desenvolvimento regional

- Ciclo continuado de recessão demográfica e despovoamento que impacta negativamente as condições socioeconómicas indispensáveis para a revitalização da Região;
- Escassez de mão-de-obra, em volume e qualificações, para responder às dinâmicas de investimento atraíveis para a Região, nos setores tradicionais e nos setores emergentes;
- Défice de capacitação empresarial para incorporar fatores dinâmicos de competitividade (inovação e competências, remunerações e carreira, uso eficiente de recursos, etc.);
- Desqualificação dos espaços de acolhimento empresarial e de logística, ao nível da infraestruturação, ordenamento e acessibilidades condicionando a capacidade competitiva das empresas instaladas e a atração de novos investimentos;
- Incipiente consolidação das diversas expressões do Sistema Regional de Inovação limitando o potencial de renovação competitiva das cadeias de valor regional;
- Relevância crescente da pressão sobre os usos do solo e efeitos negativos no ordenamento e qualificação do território, na qualidade de vida das populações e na atratividade de investimentos mais exigentes em amenidades urbano-ambientais;
- Insuficiência da oferta de habitação para diferentes segmentos da procura gerada pela atração de novos residentes, associada a diversas dinâmicas investimento-emprego;
- Qualidade e cobertura insatisfatórias das redes de transporte existentes, nas ligações interurbanas e nos territórios de baixa densidade, com reflexos no acesso a Serviços de Interesse Geral e a funções administrativas e de regulação do Estado;
- Cobertura insatisfatória de serviços e cuidados de saúde, nomeadamente em equipamentos, valências especializadas e soluções ambulatoriais;
- Reduzida eficácia da articulação operacional de políticas e outras intervenções setoriais, uma dimensão tornada inevitável face à necessidade de otimizar a afetação de recursos, no quadro das escolhas públicas.

Tendências pesadas	Tendências mais recentes
• Vitalidade demográfica comprometida pela ausência de condições de regeneração da população ativa, com implicações negativas na (re)qualificação e desenvolvimento do tecido empresarial; • Despovoamento e declínio económico dos territórios de muito baixa densidade, com encerramento de funções administrativas e económicas, condicionando o potencial para atrair e fixar novos residentes, indispensável à revitalização socioeconómica dos territórios; • Afirmção das grandes infraestruturas como motores de crescimento (reservas estratégicas de água, redes rodoferroviárias, complexo portuário e logístico de transporte e distribuição); • Transformação dos padrões de uso da terra, com a emergência das novas agriculturas que beneficiam da existência de água e a alteração do quadro produtivo regional para fileiras económicas de referência associadas à logística da agro-transformação; • Estruturação de produtos turísticos com identidade nas várias sub-regiões e potencial de procura crescente e com efeitos induzidos sobre as atividades agroalimentares, de reabilitação urbana e de valorização do património.	• Investimento público na infraestruturação de polos de I&DT em áreas de especialização regional e domínios temáticos da EREI (TIC, Tecnologias do Ambiente, do Solo e da Água, Biotecnologias e sistemas culturais mediterrânicos, e Ciências do Património); • Afirmção do potencial produtivo e de mercado de produções agrícolas e agroalimentares (azeite, vinho, oleaginosas, hortofrutícolas, pequenos frutos, frutos de casca rija, ...); • Estruturação do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa com componentes produtivas e de formação de vários segmentos profissionais que tem revelado procura crescente; • Investimentos na Energia fotovoltaica, em projetos de grande envergadura económica e potencial de oferta; • Afirmção de trajetórias sub-regionais diferenciadas de crescimento económico e oportunidades de emprego que contribuem para alargar a base territorial da competitividade; • Estruturação gradual de cadeias de valor com atração e instalação de atividades e serviços de inovação.

Ativos estratégicos regionais

- Posicionamento geoestratégico da Região pela relação territorial que estabelece entre a fachada atlântica e a fronteira, robustecido a prazo pelos investimentos rodoferroviários previstos no PNI 2030, à qual se acrescenta a proximidade à Área Metropolitana de Lisboa facilitadora do acesso a mercados e a serviços de excelência;
- Dotação de infraestruturas de logística e transporte marítimo de escala internacional (Porta Atlântica da Europa, no cruzamento das principais rotas mundiais de tráfego de mercadorias), um ativo em redefinição face aos novos rumos da globalização e da reorganização das cadeias de valor globais, nas quais o Alentejo tem marcado apreciável presença;
- Recursos naturais do solo e subsolo (pedra natural e minerais metálicos da faixa piritosa), com tradição renovada de aproveitamento económico, incluindo os sistemas culturais mediterrânicos e beneficiando do crescimento da área regável, em várias sub-regiões;
- Reservas estratégicas de água (abastecimento, rega, produção de energia, turismo, ...) e fator de competitividade de produções agrícolas regionais, com impacto nos fluxos de investimento e de mão-de-obra;
- Fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora (Recursos Minerais; Montado de Sobro; Agroalimentar; Aeronáutica; e Produtos/Serviços do Turismo), abrangendo processos de consolidação/adensamento de cadeias de valor, com incorporação de conhecimento e inovação produtiva, tecnológica e de mercados; Relevância crescente da pressão sobre os usos do solo e efeitos negativos no ordenamento e qualificação do território, na qualidade de vida das populações e na atratividade de investimentos mais exigentes em amenidades urbano-ambientais;
- Amenidades urbano-ambientais do território, incluindo uma rede de cidades médias com centros históricos de qualidade que beneficiam de notoriedade crescente induzida pela valorização estruturada potencial dos recursos turísticos regionais.

2

DESAFIOS REGIONAIS E VISÃO ESTRATÉGICA



2 DESAFIOS REGIONAIS E VISÃO ESTRATÉGICA

2.1. Desafios estratégicos regionais

As entradas seguintes identificam e caracterizam um conjunto de cinco principais Desafios Estratégicos Regionais: (i) Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar; (ii) Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no quadro das alterações climáticas; (iii) Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo; (iv) Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da Base Territorial da Competitividade e aprofundamento das cadeias de valor; e (v) Reforço do Sistema Urbano Regional e da sua (inter) conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território das diferentes sub-regiões.

A apresentação destes Desafios Estratégicos Regionais parte da natureza da respetiva dimensão-problema na Região e das necessidades e oportunidades de intervenção, para um racional de política alinhado com as orientações setoriais nacionais e os Objetivos de Política de Coesão.

A aposta da Região neste conjunto de Desafios Estratégicos estabelece um compromisso dinâmico entre intervenções da esfera da Competitividade (dos recursos, da inovação e dos sistemas produtivos regionais) e da esfera da Coesão através da qualificação do território, tornando-o atrativo e acolhedor e com capacidade resiliente para enfrentar as mudanças climáticas e a transição energética.

Esta racionalidade de intervenção deve ser prolongada na formulação dos Objetivos estratégicos, nomeadamente robustecendo a complementaridade entre as vertentes da Competitividade e Coesão.

A abordagem de operacionalização destes Desafios Estratégicos deverá beneficiar de um decidido *Reforço das condições de Governação e da Ação Coletiva Regional*, pressuposto do Modelo de Governação a adotar, compreendendo a capacitação institucional, as parcerias de gestão da diversidade de instrumentos de política (a estabilizar no quadro de um novo Acordo de Parceria) e das novas formas de cooperação inter-regional e no espaço transfronteiriço.

Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar

A debilidade projetada a longo prazo para o crescimento natural da Região há muito que deixou de poder ser colmatada no plano estritamente demográfico e, por mais importante que seja criar condições sociais, económicas

e de organização familiar que potenciem o crescimento da taxa de fertilidade (conciliação da vida profissional e familiar, melhoria do estatuto da mulher, ...), o número de casais jovens residentes na Região não é suficiente para que esse eventual aumento da taxa de fertilidade total possa colmatar por si só a persistente debilidade do crescimento natural.

Um contexto desta natureza implica a necessidade de aumentar o número de casais jovens residentes na Região combinando intervenções de curto prazo orientadas para a mitigação e a gestão eficaz do desafio demográfico (condições de acolhimento a projetos de vida com alguma duração em torno de oportunidades de ocupação e emprego), com estratégias de mais longo prazo, focadas na atração de investimento-emprego-novos residentes.

Essa atração de investimento e de residentes, afigura-se uma operação altamente concorrencial nos tempos de hoje, com um volume significativo de territórios empenhados em concretizar o mesmo objetivo. Na vertente atração de pessoas, a massa crítica e volante de casais jovens ou de jovens *tout court* que está disponível para o fazer é relativamente diminuta. No plano internacional, por mais que se insista nas virtualidades conviviais de Portugal, o País não está no radar da mobilidade dos talentos, associada a estratégias de atração, cada vez mais convincentes nos argumentos e nos meios utilizados.

A componente relativa à atração de pré-reformados ou de reformados de rendimento relativamente elevado, tem um papel a desempenhar. Embora uma boa integração desses recursos possa proporcionar o prolongamento interessante de períodos de atividade e revelar-se como um elemento de revigoramento físico e cultural de alguns territórios, o binómio investimento-emprego não tem nesta atração o alcance da anterior.

Consciente da necessidade de mitigar o constrangimento demográfico, a Região deverá equacionar as necessidades e desafios de organização associados à atração de investimento-emprego-residentes evitando a atomização de iniciativas e mantendo um foco de comunicação coerente, consistente e ajustado aos públicos que pretende atrair.

As dinâmicas recentes de diversos setores económicos (em que avultam a expansão do alojamento hoteleiro, restauração e serviços complementares do turismo e lazer e o surgimento de novas atividades das sub-fileiras agrícola e agroalimentar), têm contribuído para uma dinamização das oportunidades de emprego na Região. As respostas encontradas pelas empresas têm evoluído para o recrutamento predominante de mão-de-obra imigrante em componentes de trabalho caracterizadas pela precariedade que decorrem da sazonalidade das atividades e

da baixa tecnicidade das tarefas desempenhadas (restauração, apanha de hortícolas frescos e pequenos frutos, ...).

O enquadramento territorial destes fluxos de mão-de-obra tem-se revelado de grande complexidade a nível de soluções de habitação, da pressão sobre a utilização dos serviços sociais (educação e saúde) e de proximidade em aglomerados urbanos de baixa densidade e dotação de recursos. Todavia, parte destes imigrantes tem evoluído para situações de prolongamento de permanência e de agrupamento familiar podendo, em alguns casos, contribuir para o enraizamento dos fluxos imigratórios na demografia regional.

Num contexto caracterizado pelo dinamismo das oportunidades de emprego e por uma acentuada segmentação do mercado de trabalho entre componentes mais formalizadas e tendencialmente estáveis (estrutura de empregos dos setores das TIC e Eletrónica e da Aeronáutica) e componentes que combinam estabilidade e rotação intensa (alojamento hoteleiro, comércio e serviços complementares), a produção de respostas do domínio da habitação a custos acessíveis revela-se crucial para a coesão social, mas também para a competitividade territorial e pode motivar abordagens supramunicipais com vista a encontrar soluções que respondam a aproximações satisfatórias entre procura e oferta em concelhos diferentes, soluções que carecem também de melhorias de cobertura da rede de transportes.

As oportunidades criadas no âmbito dos instrumentos da Nova Geração de Políticas de Habitação poderão contribuir para requalificar e dinamizar o parque habitacional devoluto ou subocupado nos aglomerados urbanos, recuperar para a função residencial edifícios nos centros históricos e edifícios públicos devolutos, promover a dinamização e regulação do mercado de arrendamento. Estes objetivos pressupõem a combinação de intervenções de investimento público com dinâmicas imobiliárias dos proprietários privados as quais têm deparado com vários constrangimentos de iniciativa na Região.

As respostas ao Desafio da Revitalização Demográfica, combinando as frentes da atração de investimento emprego e as soluções orientadas para a criação de condições para o acolhimento, implicam também *organizar o território, a vida coletiva e os serviços públicos para a transição demográfica*.

A emergência em curso de intervenções públicas locais na esfera da habitação (estratégias e planos de ação municipais), acompanhadas pela dinamização de equipamentos e serviços de proximidade (creches e jardins de infância,

unidades de saúde, escolas, redes de respostas sociais a pessoas dependentes a cargo e menores de idade, ...), mostra um caminho de esforços para atrair e fixar novos residentes vindos de outros territórios e estrangeiros.

Para os novos residentes, disponíveis para abordar oportunidades de emprego e usufruir das amenidades da Região, a oferta de formações (pré-escolar, básico e secundário), deve preencher também argumentos relevantes para a atração de casais jovens com filhos respondendo, em simultâneo, à necessidade de proporcionar educação de excelência aos jovens já nascidos na Região.

Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no quadro das alterações climáticas

A problemática das Alterações Climáticas no Alentejo reveste um conjunto vasto e complexo de componentes em que se destaca: a vulnerabilidade crescente e projetada da orla costeira; a acentuação dos níveis de desertificação física, com erosão dos solos e perda de biodiversidade; as alterações nas funções e fertilidade dos solos; e os efeitos nocivos no setor agrícola (piores colheitas, custos de produção crescentes e risco de abandono de atividade).

No âmbito dos trabalhos do *Roteiro Desafiar o Futuro* foi apresentada em detalhe a diminuição global da resiliência do Montado do Alentejo: envelhecimento do sistema, escassez de novas gerações de indivíduos, alterações à escala da árvore com destruição do sistema radicular. O aumento da temperatura à superfície do solo, em função da perda de coberto vegetal, afeta a fertilidade do solo e, no ponto crítico de transição, ocorre uma progressiva degradação do sistema ao longo do tempo, mesmo sem perturbações ou com redução da intensidade de uso².

Este mosaico de condições biofísicas de suporte aos sistemas de produção e ao fornecimento de bens públicos, requer melhorias das funções do solo e uso eficiente da água.

Estas melhorias podem resultar da combinação de conhecimento técnico-científico (Instituições de Ensino Superior, Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio, ...), com competências técnicas de gestão e de regulação das Associações de Regantes e agricultores, no desenvolvimento de usos eficientes dos recursos solo e água, nomeadamente em novas abordagens culturais (pastagens bio diversas, rega de sobreiros, etc.).

A questão da água constitui uma problemática que estabelece, ainda, uma ponte com a gestão dos recursos do Mediterrâneo, as alterações climáticas e o modelo agroa-

² Teresa Pinto Correia et all., "A Sustentabilidade e o Território", ICAAM/Universidade de Évora, Janeiro de 2019.

limentar. A I&D na esfera da água é uma prioridade para países como Portugal, Espanha, França, Marrocos, Argélia e Tunísia, existindo fundos para dinamizar projetos e ações (Programa PRIMA).

No domínio da Erosão e Vulnerabilidade das Zonas Costeiras, o Sudoeste Alentejano (concelhos de Sines e Odemira) apresenta importantes faixas de risco com perspectiva de agravamento acentuado a longo prazo, conforme projeções de estudos recentes. Trata-se de uma zona extensa do litoral da Região que alberga um conjunto de atividades económicas (atividade portuária, pesca comercial, aquicultura, turismo de recreio e costeiro e náutica de recreio) que dão expressão à Economia do Mar do Alentejo.

No atual período de programação, o Alentejo 2020 (Eixo Prioritário Ambiente e Sustentabilidade) apoiou intervenções de valorização e qualificação de infraestruturas de visita reforçando intervenções com suporte de financiamento do PO SEUR, em domínios que apontam, face aos cenários disponíveis, para a necessidade de intervenções de mitigação dos danos com impacto na segurança de recursos e nas formas de ocupação (povoamento e atividades económicas).

A representação que o Alentejo tem no mapa dos territórios com situação de seca extrema exige atenção, pode ser mitigada, mas tem de ser considerada na prospetiva de médio-prazo dada a sua inevitável repercussão nas dinâmicas económicas e de ocupação do solo da agricultura regional, também à luz da necessidade de suportar a sustentabilidade das unidades de produção e a resiliência dos territórios no longo prazo.

A subida de temperatura (com aumento da frequência e duração de ondas de calor) e a diminuição da pluviosidade (com aumento da extensão da estação seca e da frequência e intensidade das secas), constituem vetores de maior preocupação e de complexidade de impacto em todos os setores. Nestes, destaca-se a viabilidade económica das explorações agrícolas, sujeitas à multiplicação de fenómenos meteorológicos extremos e a alterações nos ecossistemas (polinização, aumento de pestes e doenças, ...), com impactos específicos, p. ex., na seleção e na localização das diferentes culturas.

A evolução recente, sobretudo a partir da entrada em funcionamento dos diversos subsistemas regados pela reserva de água de Alqueva, mas também por aproveitamentos dependentes de águas subterrâneas, mostra uma acentuada intensificação da produção agrícola (culturas oleaginosas, olival, amendoal, vinha e pequenos frutos), em várias sub-regiões do Alentejo e tem implicações territoriais notórias na paisagem produtiva, nos fluxos de mobilização intensa de mão-de-obra desenraizada dos

territórios, na pressão sobre os serviços sociais (deficiente cobertura e insuficiência de recursos técnicos e humanos), e na degradação das amenidades urbano-residenciais, condicionando a atratividade para novos residentes.

O setor agrícola e a diversificação dos seus sistemas de produção assumem primordial relevância para a valorização do mundo rural da Região dadas as condições únicas do território (naturais, de solo, edafo-climáticas e de saber fazer), geradoras de produções de qualidade reconhecida internacionalmente, e para o dinamismo que as atividades do Complexo Agroflorestal revestem, pelo potencial próprio para rentabilizar e consolidar os investimentos realizados (a montante), nos diversos aproveitamentos hidroagrícolas.

O desenvolvimento dos aproveitamentos existentes, a par dos projetos aprovados e candidatos ao Programa Nacional de Regadio 2022 nas diferentes sub-regiões do Alentejo, pode contribuir ativamente para o objetivo da competitividade agrícola e agroindustrial (com a criação de valor e emprego e impacto positivo na balança comercial), mas tem de promover a integração de práticas inovadoras e sustentáveis, contemplando a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas nos territórios agro-rurais da Região.

O reforço da cadeia de valor das produções agroflorestais deve envolver o apoio a investimentos de modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas, de manutenção de elevados padrões de qualidade e sustentabilidade ambiental, com a criação também de incentivos ao fomento de agroindústrias e de plataformas comerciais e de logística, bem como de serviços de apoio associados aos principais Perímetros de Rega.

Num contexto em que a água é um recurso escasso e a sua distribuição condiciona a coesão territorial, questões como a da eficiência da utilização do recurso (incluindo processos de reciclagem), constituem um critério de escolha e de definição dos padrões de utilização pelas atividades económicas, em função da respetiva capacidade de adaptação dos consumos, e exigem maior ponderação e opções esclarecidas por parte das entidades reguladoras e dos principais utilizadores.

A reutilização de águas residuais (e pluviais) constitui uma origem alternativa, contribuindo para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que contribui para a manutenção do ciclo da água e a respetiva preservação para usos futuros, salvaguardando a utilização presente, em linha com os princípios da Economia Circular (Legislação recente veio regulamentar e incentivar esta vertente da Economia Circular: Decreto-Lei nº 119/2019, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico de produção de

água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização).

A utilização de água residual tratada é um exemplo do que pode constituir uma medida de adaptação às alterações climáticas prevista no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) e uma boa prática de gestão da água, designadamente para fazer face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de seca e de escassez de água, permitindo assim aumentar a resiliência dos sistemas.

Paralelamente, deverão ser consolidados todos os processos de gestão da água, bem como de gestão integrada e eficiente do uso do solo e energia com recurso ao conhecimento científico e tecnológico disponível e em aprofundamento, nomeadamente, nas IES e Unidades de I&D do Alentejo, os quais constituem parte integrante das prioridades da EREI Alentejo 2030.

O investimento na melhoria dos sistemas de abastecimento de água, ao nível da sua componente em “baixa” e com vista à redução de perdas nas redes, deve ser considerado como prioritário (nomeadamente, através de parcerias intermunicipais, associando as entidades gestoras destes sistemas, em alta e em baixa, na apresentação de intervenções e projetos integrados dotados de escala adequada à densidade dos problemas existentes, nas diversas sub-regiões), tal como os investimentos que contribuam para a renaturalização do ciclo urbano da água minimizando os efeitos das alterações climáticas. Outro aspeto positivo, relaciona-se com a diminuição das afluências às redes de drenagem de águas residuais urbanas, decorrente do aproveitamento de águas pluviais, com impactes positivos no funcionamento das ETAR, ao nível económico e ambiental.

O desenvolvimento do período de programação 2014-2020 tem mostrado que o Alentejo e os seus centros produtores de conhecimento estão conscientes e despertos para o tema das mudanças climáticas e para a sua incidência na Região. Entre outras evidências, salientam-se: as iniciativas em curso no âmbito da descarbonização de cidades, territórios e atividades; e o pioneirismo da Agenda Regional no âmbito da Economia Circular e dos instrumentos relativos à adaptação às alterações climáticas, com destaque para as Estratégias regional, intermunicipais, Municipais e setoriais de Adaptação às Alterações Climáticas.

A descarbonização, através da redução das emissões ou aumento da capacidade de sequestro do carbono, linha em que se situa o coberto vegetal, principalmente os cobertos vegetais estáveis (floresta, pastagens permanentes, olival) permite a valorização do Alentejo como região de carbono zero (emissões=sequestro).

As várias dimensões regionais das alterações climáticas, dispõem atualmente de conhecimento específico setorial acumulado, sem prejuízo de justificarem maior amadurecimento, nomeadamente, na fundamentação de soluções de mitigação e de adaptação territorialmente adequadas.

A monitorização das alterações climáticas que abranja as questões relativas à gestão da água e aos efeitos sobre os sistemas produtivos (tradicionais e emergentes), pode constituir um instrumento de largo alcance para organizar, processar e transferir conhecimento, a nível regional e nacional.



Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo

As apostas europeias na competitividade, na inovação e nas estratégias regionais de especialização inteligente (RIS 3) vieram para ficar e as políticas de coesão procuram integrá-las, independentemente dos rumos da negociação das dotações financeiras de Fundos Estruturais no novo período de programação.

Apesar dos progressos alcançados, tendo em vista superar os constrangimentos do sistema regional de inovação, a sua consolidação mostra-se, ainda, incipiente, pelo que importa atribuir forte relevância à valorização do conhecimento para a construção de um modelo económico capaz de potenciar a riqueza dos recursos naturais e produtivos da Região e a sua excelência ambiental. A resposta a este constrangimento deve ser dinâmica e compreender, nomeadamente, as seguintes apostas:

- valorizar e consolidar as etapas e resultados, entretanto, alcançados, não hesitando na discriminação positiva do que se vai afirmando; a consolidação gradual do SRTT, sobretudo com a conclusão da 2ª fase de infraestruturação (em curso) representa um contributo importante para o reforço das vantagens competitivas regionais;
- interagir virtuosamente com as dinâmicas de nova localização empresarial observadas na Região (aeronáutica, energias renováveis, logística de transportes, ...) conquistando a procura de conhecimento e de serviços que essa localização possa abranger;
- integrar novas respostas às necessidades de conhecimento e aplicação económica associadas à mitigação e adaptação às alterações climáticas e à implementação do modelo de economia circular, domínios que colocam enormes desafios no campo da investigação e inovação, desde a gestão sustentável dos recursos ao desenvolvimento de novos produtos;
- estimular a estratégia de colaboração das instituições universitárias e politécnicas da Região e dos centros de investigação e de transferência de conhecimento, com o potencial científico e tecnológico da Região de Lisboa (capitalizando relações de proximidade), com instituições espanholas com disponibilidade e experiência de relacionamento e cooperação transfronteiriça e outras, no âmbito de redes temáticas e programas de I&DT.

Este conjunto de respostas dinâmicas deve evoluir tendo presente a centralidade das prioridades temáticas da futura EREI Alentejo 2030 no sentido de incentivar a pro-

dução de I&DT em domínios-chave dos recursos e ativos regionais (solo, água e biodiversidade). O conhecimento e tecnologias produzidas são indispensáveis à robustez das apostas, nomeadamente, na vertente da Bioeconomia Sustentável, onde a Região dispõe de recursos de partida (no seio da Universidade de Évora, Institutos Politécnicos e outros Centros de I&D), mas em que carece de percorrer com resultados os exigentes caminhos da transferência de conhecimento para as aplicações económico-produtivas.

No domínio das competências para um novo paradigma produtivo, nomeadamente com base nas Instituições de Ensino Superior (Universidade de Évora, IP Santarém, IP Beja e IP Portalegre) e na engenharia de projeto de algumas parcerias na Região e fora dela, tem sido possível colmatar necessidades de formação determinadas pelo afluxo de novos investimentos ao Alentejo (p. ex., aeronáutica e projetos no domínio da eletrónica, das tecnologias de informação e serviços digitais). Mas se é verdade que as Instituições de Ensino Superior têm procurado estar à altura dessas exigências, nem sempre têm conseguido manifestar suficiente dinamismo, capacidade de execução e abertura à sociedade, designadamente em áreas de I&D associadas a formações que poderiam fazer avançar o conhecimento e atrair talentos, bem como estimular o respetivo contributo para o desenvolvimento regional.

A transformação do paradigma produtivo em curso na Região, e que a Estratégia Alentejo 2030 visa reforçar, suscita a procura de novas qualificações e processos complexos de reconversão de competências, mitigando riscos de marginalização de ativos ditada pela disseminação da inovação. Trata-se, sobretudo, de estimular uma maior agilidade na engenharia/montagem de processos de formação de qualificações e competências em estreita articulação com as estratégias de atração de investimento, antecipando tendências e evidenciando flexibilidade na resposta no patamar da oferta de competências qualificadas.

Neste domínio de prioridade, integra-se também o ensino profissional, cuja oferta de qualificações intermédias (nível IV) tem um papel a desempenhar na construção de uma oferta coerente ao serviço de um novo paradigma produtivo da Região. A título de exemplo, o distrito de Évora não oferece um único TeSP; ainda que estes cursos só possam ser oferecidos por Institutos Politécnicos, a Universidade deveria fazer um esforço para organizar com os Politécnicos de Setúbal, de Santarém, de Beja e de Portalegre uma oferta de TeSP adaptados às necessidades da Região, mobilizando parceiros empresariais e dinamizando respostas aos Domínios temáticos da EREI do Alentejo.

Num quadro mais vasto de (re)organização de fileiras formativas que respondam à procura dos jovens e ativos (em-

pregados e desempregados) e à procura de qualificações por parte das organizações empregadoras, sinalizam-se como principais desafios para as entidades dos subsistemas de ensino, educação e formação os seguintes:

- Constituição de redes com ofertas formativas de Ensino Superior (Universidade e Politécnicos, de iniciativa autónoma e em rede com parceiros exteriores à Região) dirigidas à formação superior inicial, avançada e ao longo da vida, privilegiando respostas dinâmicas às necessidades de competências das empresas dos domínios prioritários da EREI Alentejo;
- Dinamização de modalidades de aprendizagem ao longo da vida, de iniciativa do serviço público de emprego e formação, mas também de outras entidades regionais (ERT, CIM', entidades gestoras de Polos de Competitividade, Associações Empresariais e de Desenvolvimento Local), que permitam responder a novas procuras empresariais em fase de instalação (regionais e extrarregionais), dinamizando uma oferta de carácter profissionalizante, a par de ofertas de formação mais especializada; e
- (Re)organização da oferta educativa nas modalidades de ensino profissional e tecnológico, capacitando os jovens com competências para melhorar o seu potencial de integração no mercado de trabalho (p. ex., nos setores de especialização da EREI Alentejo) e a robustecer os argumentos competitivos do Alentejo na atração de empresas e de investimentos.

Os desafios assinalados devem aproveitar as principais lições da experiência da utilização do Fundo Social Europeu (FSE), orientada para o reforço da Qualificação inicial e da ALV, nomeadamente: o alinhamento com as políticas de apoio à modernização do tecido produtivo, contribuindo para melhorar os resultados em matéria de empregabilidade; e a expansão do “stock” de ativos com formação avançada, condição base para desenvolver e consolidar o Sistema Científico e Tecnológico (nacional e polos regionais).

Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial da competitividade

Este Desafio, que tem estado presente em sucessivas abordagens de desenvolvimento do Alentejo, conta hoje com inúmeros *ativos adquiridos* do território de que são exemplo: as expressões dos polos de ensino superior universitário e politécnico; a dinamização de atividades da petroquímica e derivados, na envolvente territorial de Sines; a pedra natural e os minérios metálicos; a aviação e o fabrico de aeronaves nos polos do cluster aeronáutico; o alargamento das valências agro-produtivas (cortiça, fileira de carne/pecuária de raças autóctones, derivados de leite, vinho, azeite, frutos frescos, ...); e a valorização integrada dos recursos com potencial turístico de todo o território alentejano, conferindo à cadeia de valor dos Produtos e Serviços Turísticos um papel de articulação entre diversos recursos e ativos estratégicos do Alentejo, com relevo para a afirmação da respetiva competitividade na economia mundial.

Esta estrutura económica regional atingiu, nas últimas décadas, uma participação marcante em cadeias de valor fortemente globalizadas, nos abastecimentos e nos consumos, que se situam em clusters estratégicos da economia nacional e têm expressão económica e empregadora na Região.

Trata-se de complexos de atividades que de forma autónoma ou conjugada valorizam recursos naturais, condições de localização e iniciativa empresarial, frequentemente fruto da atração de investimento exógeno de grupos económico-empresariais, com capacidade de investimento e de penetração nos mercados externos.

Os efeitos resultantes da interrupção de segmentos e fluxos de atividade cruciais destes clusters estratégicos (a que haverá que acrescentar o turismo amplamente dependente dos movimentos internacionais de passageiros), desenham um quadro de incerteza económica de elevada complexidade: por um lado, quanto às capacidades para retomar gradualmente dinâmicas de atividade (dependentes da mobilidade de bens, serviços capitais e pessoas), por outro lado, quanto às condições de (re) organização das cadeias de valor globalizadas e, finalmente, quanto à capacidade competitiva das empresas e das regiões para requalificarem as suas funções na Europa e no mundo.

Na ótica do alargamento da base territorial da competitividade, a *estruturação do Cluster agroalimentar* (lato sensu incluindo o aproveitamento económico dos recursos naturais de base alimentar); a *valorização económica dos recursos heterogêneos de vocação turística*; e a *dinamiza-*

ção de atividades da Economia do Mar no Litoral Alentejano, em componentes de I&D e produtivas, podem desempenhar um papel estruturante na economia regional. Este papel situa-se para além do patamar que já atingiram e lhes tem proporcionado expressão económica própria e de prioridade temática no quadro da atual Estratégia Regional de Especialização Inteligente, domínios prioritários da Alimentação e Floresta; e do Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo.

Trata-se de um Desafio fortemente alinhado com o PNPOT que sistematiza, no Domínio Económico, um conjunto de medidas que abrangem a valorização dos ativos territoriais, a promoção da economia do Mar e o desenvolvimento de ecossistemas de base territorial. Mas trata-se também de um desafio com interações acentuadas com a Coesão interna das sub-regiões e do Alentejo como um todo (Domínio Social do PNPOT), dado o suporte de atividades e formas de ocupação que deverá proporcionar à valorização de recursos e ativos regionais.

» Cluster Agroalimentar

O desenvolvimento do espaço rural no Alentejo surge fortemente vinculado ao potencial de transformação e de mercado das produções locais que têm alimentado oportunidades de desenvolvimento das atividades do Cluster Agroalimentar.

A relevância estratégica das atividades do Cluster tem residido, principalmente, na existência de recursos associados à tradição e experiência produtiva local, ao sistema multifuncional do montado e às culturas de regadio, que constituem ativos diferenciadores e um importante potencial produtivo para aceder com sucesso a nichos de mercado das produções agroalimentares, atualmente em crescimento e com boas perspetivas de valorização e desenvolvimento futuro. O reforço da especialização e da cadeia de valor agroalimentar, exige uma maior integração entre a esfera das produções primárias e a sua transformação, a concentração e a distribuição de produtos hortícolas, através da inovação produtiva e da organização das produções, p. ex., com soluções mais eficazes de comercialização.

Os efeitos da crise pandémica tenderão a fazer-se sentir com particular intensidade no complexo de atividades agroalimentares, entre o recuo da globalização e a desestruturação das cadeias de valor globais e a afirmação potencial de oportunidades, algumas significando um regresso a matrizes produtivas do passado, associadas aos mercados de proximidade. As alterações de mercado deverão proporcionar viabilidade a produções locais abandonadas nas últimas décadas, porque era possível comprar mais barato. A estruturação de sistemas alimentares

locais, integrando as soluções de agricultura regenerativa, a par do reforço das cadeias curtas (produção, transformação, comercialização e consumo), poderá promover uma associação eficaz com a descarbonização e estimulando ciclos mais prolongados de utilização dos recursos naturais e produtivos.

A proteção, valorização e boa gestão das estruturas agroecológicas e dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade, ecossistemas com destaque para o montado), constitui um capital de importância decisiva para garantir o crescimento sustentável, a qualidade e a originalidade das produções primárias devendo contribuir para organizar sistemas alimentares de base territorial, integrando também a problemática das cadeias curtas de comercialização.

A interação entre os recursos de conhecimento e inovação regionais e o tecido empresarial tem condições, para melhorar: a qualidade e diferenciação dos produtos locais, o desempenho ambiental das empresas, e a disseminação de práticas sustentáveis de exploração agrícola, pecuária e florestal.

Neste enquadramento, o sistema de atores regional deve reequacionar a proposta de criação na Região de uma Plataforma Logística Agroalimentar, Iniciativa-âncora constante do PAR Alentejo 2020. A criação desta Plataforma, na área de influência de Alqueva, poderá constituir um polo dinamizador das atividades agrícola e agroalimentar, auxiliando na captação de investimento regional e externo para um conjunto diversificado de atividades económicas agrícolas e não agrícolas. A Plataforma deverá estar dotada de infraestruturas e equipamentos adequados e, à semelhança das plataformas logísticas regionais já instaladas em Portugal, evoluir para uma plataforma multimodal, que associe vários meios de transporte rodoviário dentro das modalidades tecnicamente possíveis. Em termos de oferta de serviços, a Plataforma deverá combinar áreas próprias para a localização empresarial, centro de serviços de apoio, operadores logísticos e terminais de transporte.

A escolha da localização deve ponderar critérios associados: à rede de transportes rodó e ferroviários e a terminais de carga portuária e aérea; às dinâmicas de produção primária; e à possibilidade de integração com outras plataformas logísticas regionais.



» Turismo

O trabalho desenvolvido pela Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo (e pela ARPTA) contribuiu para posicionar a Região com um conjunto enriquecido de produtos e serviços turísticos e destinos certificados e sustentados que têm beneficiado de uma imagem comunicacional que incorpora a diversidade dos recursos turísticos regionais, numa dinâmica territorial que abrange o Alentejo e a Lezíria do Tejo.

A estratégia e programação adotadas têm contribuído relevantemente para uma lógica de valorização de recursos com potencial de aproveitamento turístico que, para além de valorizar a ideia de coesão territorial, projeta uma região competitiva.

Esta competitividade é confrontada com a complexidade resultante dos efeitos da crise pandémica, nomeadamente, sobre a intensidade do fluxo de visitantes e turistas, com reflexos nos índices de ocupação do alojamento hoteleiro, e na restauração e serviços complementares, complexos de atividades seriamente dependentes das condições de mobilidade (aérea e terrestre), mas também das novas preferências dos consumidores nas suas escolhas de viagem e visitação. A saída da crise pandémica pode, todavia, aproveitar pela positiva o modelo turístico do Alentejo e Ribatejo, pleno de amenidades urbanas e paisagísticas, de baixa densidade, e assegurando “distanciamento social”, completado pela capacidade de ajustamento rápido do Destino às novas exigências de certificação sanitária.

O portefólio de produtos turísticos da Região tem revelado capacidade de renovação e expressa bem a riqueza existente em combinatórias inteligentes de recursos, da cultura e património, às atmosferas e amenidades, passando pela excelência ambiental, pela gastronomia, pela economia do vinho, pela praia que ainda é praia, etc. Este potencial compósito deve continuar a motivar a criação de produtos turísticos enriquecidos e a qualificação das funções culturais e patrimoniais de modo a contribuir para o acréscimo da estada média dos turistas nos territórios do Alentejo. Este acréscimo deverá beneficiar da incorporação de investigação e conhecimento, ao serviço da transformação de recursos em ativos, estruturando uma cadeia de valor mais sólida, integrando o quadro da renovada Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo. Assim concebido, o turismo corresponde a uma dinâmica que corporiza e aplica a Visão que se pretende afirmar para o Alentejo no horizonte 2030.

As Linhas de Orientação Estratégica do Turismo do Alentejo e Ribatejo para 2021-2027 (ERT, março de 2020) antecipam “a possibilidade de um salto qualitativo compe-

titivo” que exige “mudanças estruturais significativas na qualificação e atratividade dos recursos, produtos e experiências turísticas” e “na compatibilização e equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo, o desenvolvimento dos territórios e das cidades e a melhoria da qualidade de vida da população”. Esta última dimensão é indispensável para assegurar uma difusão alargada dos efeitos positivos do turismo junto das populações residentes e mitigar e controlar os seus efeitos negativos (pressão sobre os recursos, os serviços de utilidade geral e o nível e estrutura dos preços).

A aposta estratégica no crescimento sustentável do turismo regional no horizonte 2027 deverá compreender: a identificação de novos produtos/serviços e destinos estratégicos necessários para reforçar o protagonismo do Alentejo no desenvolvimento do turismo nacional; o enriquecimento dos produtos e das experiências; o “matching” entre o desenvolvimento do turismo na Região e o desenvolvimento urbano e social, potenciando a sustentabilidade do destino; e o combate à dupla sazonalidade (durante o ano e durante a semana), com impacto na oferta de emprego no território.

» Economia do Mar

A extensa frente marítima da fachada atlântica do território alentejano tem um elevado potencial de aproveitamento económico, pelas suas características naturais e também pelos recursos diversificados que proporciona ao desenvolvimento da Região. Tal decorre das atividades tradicionais (atividades pesqueiras, marítimo-turísticas, de apanha de percebes, ...) e de novas atividades emergentes de produção de energia, biotecnologia e química, particularmente a investigação e exploração de novas alternativas nos domínios da alimentação, medicina, transportes e saúde. A costa alentejana apresenta também condições favoráveis para o desenvolvimento da aquicultura com espécies inovadoras.

Os recursos e as atividades de I&D, património de diversas entidades da Rede de Ciência e Tecnologia do Alentejo e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, têm permitido desenvolver estudos sobre recursos da plataforma continental e outros fundos marinhos visando aplicações económicas com valor acrescentado local, mas também medidas de prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, na interface meio marinho/envolvente terrestre. Na Região, destaca-se a missão do Laboratório de Ciências do Mar (CIEMAR), unidade interdepartamental da Universidade de Évora instalada em Sines, como motor de desenvolvimento das ciências do mar (investigação, inovação, desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento).

Estes recursos devem contribuir para participações qualificadas do Alentejo no Cluster do Mar Português e na Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.

Nesse horizonte de médio e longo prazo, existe um conjunto robusto de oportunidades a dinamizar na interação conhecimento e inovação vs. Iniciativa empreendedora: (i) no *setor tradicional da pesca e aquicultura* (consolidação da fileira da pesca e da produção aquícola e adaptar a capacidade de transformação do pescado ao potencial crescimento produtivo associado à aquicultura; incentivo à concentração da oferta e a uma maior organização dos produtores de pescado; apoio ao uso das TIC para redução de custos de contexto nas atividades marítimas; fomento da mobilidade entre atividades como a pesca e o turismo marítimo e a aquicultura); (ii) nas *atividades emergentes e sustentabilidade* (apoio a PME na área de produtos e serviços de TIC, associados às atividades marítimas; apoio a empresas facilitadoras de negócios inovadores e a start-ups em atividades marítimas; melhoria das acessibilidades tecnológicas, com fomento da utilização de soluções inovadoras sob a forma de serviços partilhados); e (iii) no aproveitamento das aptidões e áreas potenciais em águas de transição, p. ex., nos estuários do Sado e Mira, conforme previsto no Plano para a Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT).



» Valorização económica de recursos endógenos

A dinamização das atividades tradicionais, com incorporação de novas soluções de modernidade para aproveitamento dos recursos e potencialidades locais, na dupla perspetiva da complementaridade entre territórios e da diversificação económica e social, através da animação e do empreendedorismo de muito pequena escala, constitui um renovado desafio com implicações na sustentação de uma banda larga de territórios de muito baixa densidade.

O contributo dos espaços rurais para os objetivos da competitividade dos territórios de baixa densidade tem procurado dinamizar atividades económicas que têm atualmente uma menor ligação com a atividade agrícola e que podem contribuir para limiares sustentáveis de vitalidade social e económica dos espaços rurais.

As experiências PROVERE (InMotion - Alto Alentejo; Grande Lago do Alqueva; Rota Vicentina - entre a Serra e o Mar; Recursos Silvestres - Baixo Alentejo; e Montado de Sobro e Cortiça), com participação de parceiros locais e setoriais, permanecem como referências conseguidas e com margem de progressão, sobretudo, porque se encontram assentes em temas muito concretos e específicos que favoreceram o enunciado prévio de fatores críticos e condições favoráveis para a concretização bem sucedida de projetos: identificação rigorosa de recursos e produtos, ancoragens técnicas robustas, estudo de mercados, formas de governação territorial, com capacidade para mobilizar parceiros privados, focalização em resultados e modalidades atrativas de disseminação.

Estas condições favoráveis e, sobretudo, as capacidades e resultados alcançados, deverão beneficiar de um novo impulso no enquadramento da EREI Alentejo 2030, nomeadamente em interação de mobilização de recursos, conhecimento e capacidade de iniciativa, com as dinâmicas de valorização turística identificadas para 2021-2027 as quais remetem para a atratividade dos recursos e o desenvolvimento dos territórios de menor densidade, fatores que poderão acolher maior interesse e focagem das procuras.

Em idêntico sentido, a existência de um conjunto de centros de competências sedeados nos territórios rurais (Recursos silvestres, Plantas aromáticas, Agricultura biológica, Montado e Combate à Desertificação), com laços de relação importantes na prestação de serviços aos produtores e outros agentes do território, constitui um ativo alavanca para a valorização económica dos recursos naturais, produtos e serviços dos meios rurais. Paralelamente, constitui um lastro para a mobilização de meios de financiamento enquadrados pelo Objetivo Estratégico de

Promover o Emprego, o Crescimento, a Inclusão Social e o Desenvolvimento local das zonas rurais, nomeadamente a Bioeconomia e a Silvicultura Sustentável (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, 2021-2027).

Reforço do Sistema Urbano Regional e da sua (inter) conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território

As prioridades das políticas públicas para o território na geração do Portugal 2020, e as próprias alterações associadas à Revisão do PNPOT, fizeram convergir o tema da política de cidades para o âmbito de abordagens mais focadas na dimensão supramunicipal, como evidencia a estrutura do Sistema Urbano do PNPOT através da inter-articulação dos centros urbanos regionais enquadrados nos subsistemas territoriais.

As dimensões da regeneração urbana, mobilidade sustentável e eficiência energética, tal como as prioridades inscritas nas estratégias nacionais (Agendas Temáticas do PNR) e da política de coesão europeia deverão ser, assim, equacionadas em intervenções mais integradas que evoluem dentro dos paradigmas associados às cidades inteligentes (descarbonização, digitalização, regeneração urbana, ...) e enquanto componentes da estratégia de ordenamento e desenvolvimento regional.

A trajetória de regressão demográfica prolongada coloca o sistema urbano regional perante um dilema: nas condições de transição e desafio demográfico que enfrenta o Alentejo, não pode aspirar ao desenvolvimento de centros urbanos de maior dimensão, sob pena de a coesão territorial da Região estar em risco e com isso a perda irreversível pela desvitalização de alguns territórios. Por isso, percecionado não só como constrangimento, mas também como um potencial de grande alcance, tratar-se-á de promover um sistema urbano declinado em vários subsistemas territoriais e policêntrico. A robustez em termos da dimensão funcional dos principais centros urbanos deverá ser conseguida numa perspetiva de qualificação, especialização e complementaridade de funções, mas também com uma escala de convivialidade ajustada às características da Região. A pequena e média dimensão urbana não só apresenta um elevado potencial de harmonia com a excelência ambiental e a qualidade da paisagem rural, como é a matriz territorial que garante a sua continuidade, podendo ainda constituir um ativo diferenciador na atração de investimento e emprego e de novos residentes.

O PNPOT identifica a necessidade de reforçar a implementação de projetos que estimulem relacionamentos entre diferentes áreas geográficas, que combatam o isolamento das áreas mais remotas e que fomentem dinâmicas mais integradas e sustentáveis de ordenamento do território.

Neste sentido, é importante reforçar no Alentejo a implementação de projetos colaborativos entre as áreas de diversa densidade populacional, entre os centros das cidades e as áreas urbanas mais periféricas, entre as cidades e os espaços rurais envolventes. Os espaços transfronteiriços devem ser alvo de estratégias específicas de reforço das relações interurbanas e urbano-rurais.

O projeto de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027 reflete a importância da (re)valorização das relações entre os centros urbanos regionais e a respetiva envolvente territorial. Assumido como um projeto sub-regional, ganha particular relevância pelo envolvimento de um largo conjunto de setores e agentes, constituindo-se como mobilizador da afirmação de uma identidade coletiva. Reforçando a atratividade de Évora associada aos concelhos da envolvente, configura um forte contributo para a “coesão territorial e notoriedade do Alentejo Central”, numa iniciativa que, indo para além de uma “programação cultural”, promove os valores patrimoniais na sua relação com o capital natural, as amenidades urbanas, os serviços coletivos e de conectividade digital.

Em resposta à necessidade de promover a inclusão social e valorizar a diversidade territorial, o PNPOT considera que nos territórios pouco povoados e menos desenvolvidos (com representatividade expressiva na Região) sejam implementadas políticas que garantam equidade territorial no acesso aos serviços, considerando as complementaridades potenciadas pelo sistema urbano. As diferentes soluções de acessibilidade (física e digital) e de mobilidade (deslocação das pessoas aos serviços ou dos serviços às pessoas; transporte a pedido) devem procurar garantir aos distintos grupos populacionais o acesso às funções urbanas. Este objetivo, de concretização complexa, pressupõe rentabilizar recursos e afirmar os ativos e as especializações sub-regionais de modo a contribuir para a qualidade de vida e o bem-estar das populações e para a sustentabilidade do sistema social, nomeadamente nas áreas rurais ou de baixa densidade.

A nível dos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares, as operações enquadradas pelos PEDU e PARU no horizonte 2020, não revelaram um potencial de intervenções integradas e de conjunto tão robusto quanto seria desejável para a qualificação urbana, nomeadamente na maior exigência relativa aos modelos de que possam estimular efetivamente dinâmicas de regeneração e valorização urbanística e potenciação dos valores patrimoniais existentes. No horizonte 2021-2027, uma nova geração de políticas urbanas deverá promover a requalificação e centralidade dos aglomerados urbanos, com valorização dos espaços públicos, reabilitação e revitalização do edificado e das funções especializadas, apoiando operações

que utilizem tecnologias inovadoras (mobilidade urbana, reutilização de águas residuais, ciclo urbano da água, utilização de energia solar, ...).

Nesta última vertente, seria desejável a transformação de pequenas cidades do Alentejo em Comunidades Energéticas, autossustentáveis de energia, eventualmente vendendo o remanescente da respetiva produção à rede, mas integrando a produção e o consumo local da comunidade, e combinando energias solar, eólica e biomassa.

Uma estratégia de *mobilidade intra e inter-urbana sustentável*, que assegure a articulação do sistema urbano com um sistema de transportes eficiente e a complementaridade entre o sistema urbano e o espaço rural, assume igualmente uma importância crucial na resposta a este constrangimento. Uma região com baixo potencial demográfico pode ser, mesmo assim, uma região dinâmica nos fluxos de pessoas e bens, sendo para isso necessário estruturar padrões de mobilidade que potenciem esses fluxos.

A escala das políticas urbanas deverá, ainda, acomodar intervenções que estimulem a adoção de um novo paradigma de gestão de recursos (produções, resíduos e fluxos) que permita acelerar a transição para uma economia circular no território regional.

A implementação gradual do modelo de economia circular, abrangendo a inovação nas áreas da gestão sustentável dos recursos e resíduos e matérias-primas secundárias, dos respetivos ciclos de produção e reciclagem, pressupõe um ambiente propiciador de processos de inovação e de desenvolvimento/experimentação de modelos de negócio tradicionalmente facilitados pelas dinâmicas urbanas e de interação com as instituições de ensino e investigação.



Reforço das condições de Governação e da Ação Coletiva

As questões reportadas à Governação constituem matéria frequentemente referenciada pelos atores regionais que sinalizam dificuldades de articulação entre os níveis central, regional e local da Administração do Estado e entre os instrumentos das políticas setoriais e do território. Na gestão dos recursos estratégicos do território (bacias hidrográficas, áreas protegidas, uso e ocupação dos solos, ...), subsistem condicionantes administrativas e regulamentares, sobreposição de competências, etc., realidades que limitam a eficácia e eficiência da implementação de políticas e afetação de recursos.

A heterogeneidade das atribuições e competências dos vários níveis da Administração Pública (setorial/territorial; central/regional/intermunicipal/local), a par da diversidade de instrumentos de política e financiamento e a necessidade de estabelecer parcerias de iniciativa e de projeto, deslocam para os mecanismos de articulação e coordenação a busca constante de soluções que assegurem limiares satisfatórios de gestão de instrumentos e meios materiais.

A possibilidade de gerar resultados em matéria de governação colaborativa pressupõe, todavia, um balanço da capacitação das instituições que fundamente avanços decididos aos níveis orgânico e técnico, nomeadamente à escala regional e intermunicipal, mas também das diferentes entidades (associações, agências, ...), com (re)organização funcional de atribuições e competências, reforço da capacidade técnica e administrativa e desenvolvimento de novas competências em áreas-chave de intervenção.

A missão e atividade de instituições com vocações setoriais e atribuições e competências focadas que, direta ou indiretamente, têm contribuído para a promoção do desenvolvimento regional, pode constituir um argumento competitivo para os territórios. O panorama geral mostra níveis desiguais de consolidação e de eficácia de desempenho das atribuições e competências, por parte de entidades territoriais e de interface, sendo disso exemplo:

- a estruturação complexa do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT), instrumento concebido para ligar a produção de conhecimento nas Instituições de Ensino Superior e centros de I&D ao desenvolvimento da inovação empresarial e das organizações e impulsionar os níveis de Despesa de I&D no PIB regional;
- a reduzida procura de serviços de inovação por parte das empresas, com reflexos na dinâmica de atividade das Infraestruturas Tecnológicas de fileiras económica-produtivas regionais, onde avultam as dificuldades

de funcionamento corrente de diversas unidades de I&D, limitando o potencial de oferta de serviços em setores tradicionais e que estão a atravessar desafios tecnológicos ...);

- a trajetória de perda de capacidade de intervenção das Associações de Desenvolvimento Local na execução dos instrumentos de financiamento (redução da autonomia nas respetivas atribuições e responsabilidades de gestão);
- a redução de recursos para animação territorial e apoio aos destinatários-alvo das ajudas ao desenvolvimento rural e à promoção da coesão social e económica dos territórios de baixa densidade;
- as insuficiências de coordenação estratégica e operacional em domínios da regulação (ordenamento do território, atividade agrícola e florestal, educação, formação escolar e profissional, serviço público de emprego, etc.), do planeamento setorial associado à territorialização das políticas públicas, ..., sendo notório o crescente estreitamento dos núcleos técnicos e a ausência de rejuvenescimento de quadros;
- a difícil operacionalidade das instâncias de coordenação institucional, sem regularidade de intervenção em áreas-chave para as quais dispõem de competências atribuídas (Conselho de Coordenação Intersectorial, Conselho Regional de Inovação, ...).

A publicação da Lei nº 50/2018 desencadeou processos, ainda em curso, de transferência de competências para as CIM e os Municípios que acentuam a necessidade de reorganizar atribuições e funções de várias entidades com área de influência regional e local, mas também necessidades de capacitação técnica e de gestão que contribua para assegurar, entre outros objetivos, maior eficácia e eficiência institucional:

- visão e capacidade técnica e administrativa orientada para a conceção e coordenação de projetos intermunicipais;
- aposta em soluções intermunicipais de novos serviços “online”, promovendo o reforço da digitalização orientada para a eficácia de acesso e eficiência no uso de recursos proporcionados pelo avanço das TIC;
- desenvolvimento de novas competências por parte dos técnicos das organizações (reciclagem, requalificação, ...) mais ajustadas a uma nova e mais exigente geração de intervenções e engenharia de projetos e ao fomento de parcerias.

A adoção de um novo posicionamento da Região em matéria de modelo de governação (combatendo as insufi-

ciências e insatisfações reconhecidamente existentes), pode constituir-se também como ferramenta central para gerir as dinâmicas identificadas nos demais Desafios Estratégicos e dinamizar a operacionalização da EREI Alentejo 2030.

O Reforço das Condições de Governação e da Ação Coletiva Regional, deverá traduzir-se no objetivo geral de *Incrementar a governação colaborativa e no reforço do trabalho em domínios agregadores da Estratégia Regional*. Mais do que representar uma resposta aos constrangimentos identificados, pretende integrar componentes como a formação/qualificação de recursos técnicos e a construção de espaços formais e informais de colaboração, que deverão estar no centro daquele novo posicionamento. Esta focagem na preparação dos atores regionais para um modelo de governação colaborativa e/ou ação coletiva, pretende também criar melhores condições para o sucesso das abordagens territoriais integradas (com base nos territórios administrativos ou com base em territórios funcionais) e intersectoriais que vierem a ser aprovadas.

Entre as dimensões de *Reforço da Ação Coletiva Regional*, salientam-se as seguintes:

- Estruturação e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios agregadores da globalidade da intervenção dos atores regionais (provisão e acesso aos Serviços de Interesse Geral, património e atividades culturais, economia circular e mobilidade e transportes), nomeadamente na gestão e implementação de programas de ação intermunicipais;
- Conceção e gestão de um instrumento integrado de Promoção externa e Captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE);
- Promoção da notoriedade do Alentejo através de instrumentos de comunicação e marketing que integrem a diferenciação sub-regional numa imagem global;
- Conceção de um Plano Integrado de Cooperação (económica, cultural, social e ambiental) inter-regiões, sejam nacionais sejam externas, que se constitua como fator de competitividade regional;
- Conceção e implementação de modelo permanente de formação/capacitação dos atores regionais para modelos de governação inovadores e colaborativos.

Trata-se de dimensões de atuação em que são parceiros territoriais e de iniciativa as CIM e os Municípios que, em conjunto, dispõem de um capital de aprendizagem construído em ciclos anteriores de programação que se afigura útil para estabelecer rotinas eficazes de coordenação e

gestão, no contexto das Redes de Parcerias e mecanismos de articulação identificados na tabela seguinte.

A Estratégia Regional Alentejo 2030, considerando toda a sua estrutura de objetivos e resultados esperados, deve fundamentar a conceção e implementação de um modelo de governação numa lógica de articulação horizontal. Estão neste âmbito os PROT Alentejo e Oeste e Vale do Tejo, bem como a sequente perspetiva de articulação com os órgãos de governação dos instrumentos estratégicos e de financiamento, designadamente a Estratégia Regional

de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI 2030), o Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2021/2027 e os instrumentos de base intermunicipal a estabelecer na contratualização com as CIM.

O alinhamento estrutural (*objetivos/ /resultados*) e funcional (*governação*) entre estes documentos referenciais, afigura-se determinante para a concretização bem-sucedida das transformações significativas enunciadas no campo dos Desafios Estratégicos, presentes na conceção e programação da Estratégia Regional Alentejo.

Órgãos de governação regional - Áreas de competência e intervenção

Alentejo 2030	EREI 2030	POR Alentejo 2021-2027
Conselho Regional		
CCDR_Direção		
<i>Conselho de Coordenação Intersectorial</i>	<i>Conselho Regional de Inovação</i>	<i>Comité de Acompanhamento</i>
- Coordenação Técnica - Serviços de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território (DSDR/DSOT)	- Coordenação Técnica - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais (OADR)	- Coordenação Técnica - Unidade de Coordenação e Controle (UCC)
- Rede de Parceiros - Rede regional para a monitorização da Estratégia Regional e dos PROT	- Rede de Parceiros - Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT)	- Rede de Parceiros - Rede regional de articulação para a monitorização regular do POR Alentejo 2021-2027

Neste Modelo de Governação, o órgão diretivo da CCDR é o elemento central da operacionalidade da Estratégia Regional Alentejo 2030 sendo o Conselho Regional o principal órgão de debate e de decisão política sobre a Estratégia, com competências de emissão de pareceres relativos à sua aprovação e na tomada de decisão sobre a sua alteração por força dos processos de monitorização a instituir.

Considerando a natureza estruturante da Estratégia Regional Alentejo 2030 e as suas implicações tanto em matérias de desenvolvimento como de ordenamento, os Serviços de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território devem constituir-se como os elementos de coordenação técnica da Estratégia, em conjunto, responsáveis pela operacionalização de todas as ações definidas em dependência funcional da estrutura diretiva da CCDR.

Do processo de operacionalização deve fazer parte a função monitorização e avaliação dos objetivos específicos, conjunto de medidas e projetos, a estabelecer nos Planos de Ação, bem como das partes interessadas (beneficiários diretos, executores e beneficiários indiretos). A monitori-

zação e a avaliação devem articular, no plano institucional e técnico, com uma componente de participação coletiva (de foco territorial e temático) que envolva as partes interessadas na evolução das intervenções e dos respetivos impactos.

Como estrutura consultiva de primeira linha, pela natureza das suas competências, o *Conselho de Coordenação Intersectorial* deve desempenhar uma função regular de reflexão e de construção de propostas tendo por base as recomendações resultantes dos processos de monitorização e avaliação.

2.2. Desafios regionais à luz da Estratégia Regional de Especialização Inteligente

A Revisitação da EREI Alentejo, processo que decorre em simultâneo com a preparação da Estratégia Regional Alentejo 2030, proporciona um enriquecimento de perspetiva e conteúdos dos Desafios Estratégicos Regionais, com especial ênfase no que se refere à Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ao Alargamento da Base Territorial da Competitividade.

(a) EREI Alentejo 2020 - racional e lições

O racional da EREI Alentejo 2020 propôs-se prosseguir os seguintes objetivos estruturais: (i) Melhorar o desempenho do SRI; (ii) Explorar áreas emergentes; (iii) Intensificar os padrões de interação e cooperação entre atores, reforçando a combinação simbiótica entre recursos e atividades económicas; e (iv) Promover a construção coletiva de vantagens competitivas e de *spillovers* económicos e de conhecimento.

Na aproximação temática ao padrão de vantagens competitivas identificadas pela EREI Alentejo, em 2014, destacam-se as seguintes vantagens:

- Consolidação, forte expressão económica e crescente introdução de inovação - domínio “Alimentação e Floresta”, com elementos potenciadores de investimentos no regadio e de evolução para culturas de maior valor acrescentado e menores ciclos de produção.
- Em consolidação e emergência - domínios “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo” e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social” agregados por alguns segmentos de contacto num segundo nível, designado por “Património, Cultura e Sociedade” e beneficiando das diversas inscrições de patrimónios regionais, físicos ou imateriais no universo da UNESCO.
- Potencial de articulação entre o domínio emergente das “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” e o domínio mais consolidado da “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais”.

A EREI culmina com a identificação do Património e do Ambiente como os elementos estruturantes para a Região, enquanto fatores únicos e diferenciadores.

Na abordagem à operacionalização da variedade relacionada, a EREI Alentejo propôs-se promover: (i) os recursos e ativos, essencialmente o potencial de conhecimento que a Região pode gerar em termos competitivos; (ii) a inovação empresarial, que constitui uma aproximação à produção de tecnologia; e (iii) a procura e tendências de mercado, uma aproximação à ideia de utilizadores avan-

çados, cuja existência e desenvolvimento devia ser trabalhado à medida que a EREI fosse implementada.

A clareza do racional da EREI Alentejo pode ser compreendida também à luz do estágio de desenvolvimento do SRI Alentejo em termos de apetrechamento institucional e colaborativo e de maturação de um perfil de especialização em transformação, onde coexistem duas principais tendências/vetores:

- *Domínios de especialização com presença estrutural na Região*: (i) alimentação e floresta; (ii) economia dos recursos minerais, naturais e ambientais; e (iii) património, indústrias culturais e criativas e turismo;
- *Domínios de especialização emergentes*: (i) nas tecnologias críticas, energia e mobilidade inteligente; e (ii) nas tecnologias e serviços especializados de economia social.

O balanço sucinto da implementação da EREI Alentejo (2015-2019) permite contextualizar um conjunto de traços principais da trajetória de investimento apoiado pelo PO Regional que atribuiu mais de metade da dotação financeira das Prioridades de Investimento enquadráveis nos domínios da EREI para apoio à inovação e competitividade das instituições de I&D e empresas da Região:

- relevância do investimento elegível apoiado em operações que promovem a combinação entre *domínios prioritários instalados* na estrutura produtiva da Região (Alimentação e Floresta - agricultura, agroalimentar, ...) e *domínios prioritários emergentes* (Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente - que abrange o Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa);
- incremento de atividades colaborativas na Região orientadas para favorecer a disseminação de conhecimento e inovação, com a chegada aos mecanismos de financiamento de novas entidades beneficiárias para além da Universidade de Évora, Institutos Politécnicos e principais centros de investigação;
- presença de atividades emergentes na Região (Aeronáutica, TICE e Sistemas de Informação), com relevância própria e na respetiva capacidade de acrescentar valor à estrutura produtiva regional (principalmente, agricultura e agroalimentar) criando condições para um incremento considerável do potencial de procura de atividades e serviços de inovação indispensável para robustecer cadeias de valor;
- menor expressão das dinâmicas de projeto e de investimento elegível das prioridades relativas aos domínios da economia dos recursos minerais, naturais e ambientais e, sobretudo, das tecnologias e serviços especializados da economia social (residual).

- Ao nível da governação, os mecanismos identificados na fase de conceção registaram uma maturação lenta na capacitação e reforço da dimensão estratégica das atuações das entidades do SRI, na intensidade das práticas colaborativas, na dinamização de espaços de descoberta empreendedora e na afirmação da variedade relacionada entre domínios prioritários. Estes objetivos carecem de uma maior institucionalidade de instrumentos (monitorização permanente, plataformas setoriais, funcionamento regular do Conselho Regional de Inovação, ...).

(b) EREI Alentejo 2030 - dos ativos e desafios societais à redefinição de Domínios

O lugar central da EREI revisitada na Estratégia de Desenvolvimento Regional Alentejo 2030, assume um racional de conceção que procura combinar: uma base de partida de *ativos permanentes* (naturais-sol, mar, solo e sub-solo, água e biodiversidade e adquiridos - património cultural) e de *ativos emergentes* resultantes do amadurecimento gradual dos processos produtivos e tecnológicos de base empresarial e da dotação de recursos materiais proporcionada por um ciclo prolongado de investimento público (infraestruturas tecnológicas, redes de incubadoras, espaços de acolhimento empresarial, redes de suporte à valorização de mercado, ...).

O *Mapeamento das Infraestruturas de Investigação, Inovação, Desenvolvimento e Transferência (IIDT)* - Mapeamento elaborado pela CCDR, em 2017 - identifica um conjunto de ativos com alguma robustez na relação com domínios prioritários da especialização inteligente regional e com assinalável presença nas sub-regiões do Alentejo. A infraestrutura regional associada à IIDT está em posição de se constituir como interveniente central dos processos de consolidação e aceleração de mudanças, com destaque para o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) que beneficia da conclusão próxima das duas fases da respetiva infraestruturação, a qual carece de uma dinâmica de atração permanente de novas empresas e atividades, dentro da matriz de especialização inteligente regional. O reforço dos investimentos no SRTT e em outros centros de produção de conhecimento deverá contribuir para estimular de forma mais eficiente ajustamentos da capacidade competitiva do tecido empresarial da Região, em processos dotados de sustentabilidade.

O racional da EREI Alentejo 2030 assenta num conjunto de objetivos de natureza macro adiante sucintamente apresentados:

» *Incrementar a Sustentabilidade Territorial.* Este Objetivo concentra uma mensagem forte na abordagem do desenvolvimento futuro da Região o qual deve evoluir em tor-

no de escolhas norteadas pelo uso sustentável e eficiente dos recursos do território. As fileiras económicas do território devem contribuir para a resiliência e valorização dos sistemas naturais, robustecendo as dinâmicas de investimento, atividade e emprego, nos domínios da Bioeconomia Sustentável e Circular, e estimulando a criação de ecossistemas de inovação. Estas dinâmicas deverão contribuir, igualmente, para o alargamento da base territorial de competitividade atraindo novos investimentos e protagonistas empresariais.

» *Reforçar o Valor das Cadeias produtivas regionais.* Este Objetivo deve compreender a suscitação e orientação de procura empresariais para novos projetos em atividades e ações que contribuam para adensar as cadeias de valor incorporando conhecimento (regional e extra-região), recrutando competências, explorando redes de valorização de ativos que podem resultar de uma articulação mais dinâmica entre recursos e capacidades de iniciativa inovadora e com aproveitamento do potencial de oportunidades económicas e de investimento, em resultado dos processos de descoberta empreendedora.

Esta abordagem deverá robustecer as cadeias de valor tradicionais (Agroalimentar, Recursos minerais, Turismo, ...), mas também as cadeias de valor emergentes (Energias Renováveis, Mobilidade, ...) atraindo novos protagonistas de investimento que contribuam para que a Região reforce a sua presença (em termos de atividades, emprego e valor acrescentado) em polos de competitividade de bens transacionáveis com forte potencial exportador. A densificação das cadeias de valor deve também explorar a variedade relacionada de base territorial, p. ex., nas oportunidades que ligam a iniciativa empreendedora dos agentes turísticos à recuperação do património e à criação de novos produtos com origem na dinamização das indústrias culturais e criativas na Região.

» *Incrementar a Qualificação dos Recursos humanos regionais.* Este Objetivo está associado à estruturação de um novo paradigma produtivo que reclama a mobilização de novas qualificações, de base superior e avançada, mas também de reconversão de competências profissionais expostas às transformações dos sistemas de trabalho resultantes da disseminação da inovação e das tecnologias. As dinâmicas de atração e fixação de investimento em setores tradicionais e emergentes têm revelado novas tendências de especialização e (re) organização dos processos de trabalho que exigem respostas de antecipação das organizações regionais nas diversas modalidades de formação escolar e profissional, nomeadamente em perfis profissionais predominantes nas atividades de especialização inteligente.

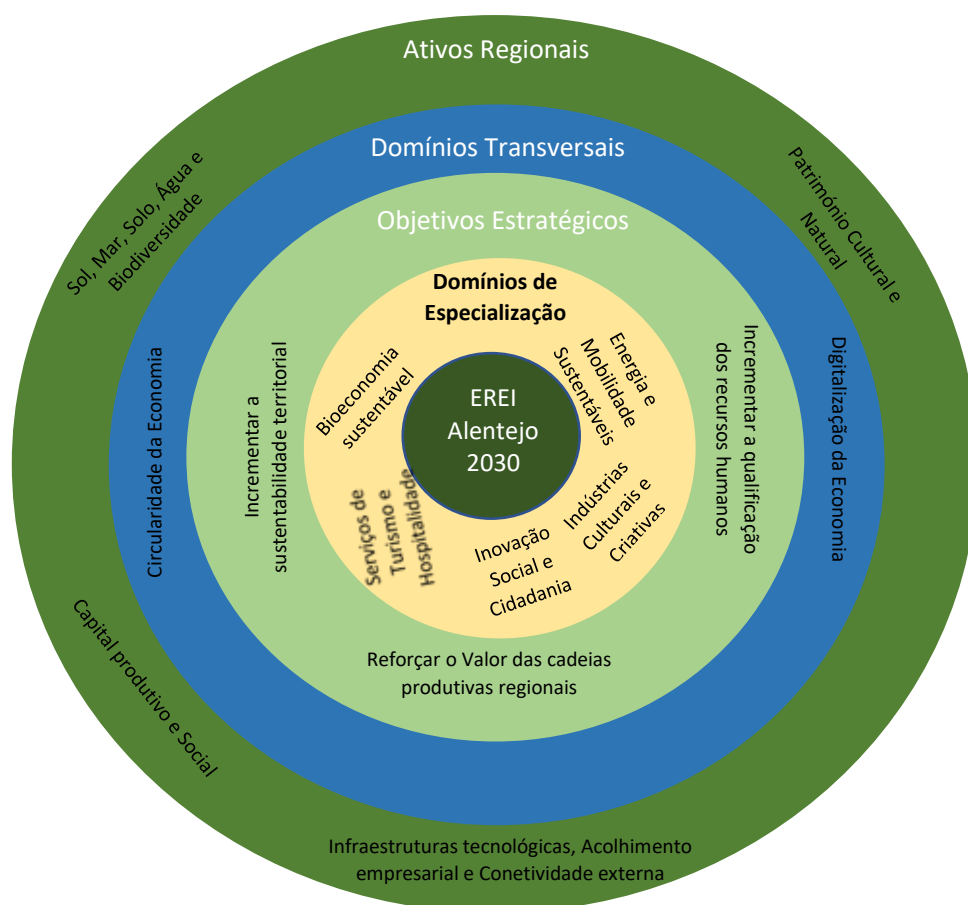
A concretização bem sucedida, em diferentes escalas, deste conjunto de Objetivos contribuirá para Promover dinâmicas de ação coletiva. Esta preocupação deve estar subjacente à abordagem da sustentabilidade territorial, da densificação das cadeias de valor e da captação/formação de talentos, sugerindo abordagens em rede, multi-nível e pluri atores e pluri iniciativas, indispensáveis para induzir mudanças estruturais que a especialização inteligente regional deve estimular, em processos de descoberta empreendedora.

Esta perspetiva combina com o pressuposto do Desafio regional de Reforço da Ação Coletiva, associado à necessidade de aprofundar uma cultura organizacional de colaboração e partilha que estimule a criação e consolidação de espaços de descoberta empreendedora, na interface do Sistema Regional de Inovação, com a iniciativa empre-

sarial e o empreendedorismo de base tecnológica. A preparação dos protagonistas regionais da EREI para este tipo de abordagens e para um modelo regional de governação colaborativa, pode constituir o fator crítico de sucesso da Estratégia e representa um desafio exigente relativamente à operacionalização do Conselho Regional de Inovação.

Esta árvore de Objetivos da EREI Alentejo 2030 regista uma articulação acentuada com a matriz de Desafios regionais para a Estratégia Alentejo 2030, nomeadamente com aqueles que se referem à sustentabilidade territorial e dos recursos, à consolidação do sistema regional de inovação e das competências e à valorização económica dos recursos e ativos regionais. Esta articulação surge, também, reforçada pelas diversas relações intersectoriais existentes entre Domínios de Especialização e com os Domínios transversais, adiante apresentados.

Racional de Escolhas da EREI Alentejo 2030



Em matéria de **Domínios de Especialização**, a EREI Alentejo para a próxima década deverá contemplar os Domínios identificados nas alíneas seguintes que deverão estimular a exploração de sinergias intersectoriais, combinando conhecimento e capacidade produtiva, segundo os princípios da *variedade relacionada* de atividades económicas:

(i) Bioeconomia Sustentável, compreendendo a inovação competitiva da Alimentação e Floresta, com alargamento à Economia Azul. Face às alterações climáticas e à degradação dos solos e dos ecossistemas, este Domínio deve procurar desenvolver novas formas de produção e consumo em todos os setores e sistemas que dependem de recursos biológicos (ecossistemas terrestres e marinhos e serviços proporcionados); e setores da produção que utilizam e produzem recursos biológicos - agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura³. Com particular interesse regional e em concordância com a estratégia europeia para fomentar a bioeconomia, poderão ser aprofundadas, nomeadamente: oportunidades relacionadas com a dimensão das energias sustentáveis (uso das biomassas agrícolas e florestais para a produção energética, biometano, instalação de biorefinarias,...); ações-piloto para o desenvolvimento de bioeconomias em zonas rurais, costeiras e urbanas, p.ex., na de gestão de resíduos ou sequestro de carbono; e utilização de recursos minerais estratégicos, na interconexão com a eficiência de usos industriais e com soluções de armazenamento de energia.

(ii) Energia e Mobilidade sustentáveis. Este Domínio compreende as múltiplas frentes da descarbonização da economia (em conformidade com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, vertidos no projeto de Plano Nacional Energia e Clima apresentado por Portugal à Comissão Europeia), dos novos investimentos no solar/fotovoltaico e no hidrogénio verde e da eficiência energética, também em matéria de Comunidades energéticas, relativamente às quais legislação recente permite a produção coletiva e regras para incorporação dos excedentes na rede.

A *Estratégia Nacional para o Hidrogénio* abre oportunidades interessantes para a Região na dupla ótica da descarbonização da economia dos ramos de atividade utilizados e da gama de efeitos sobre o fortalecimento do Cluster estratégico das Energias Renováveis.

Na esfera da **Mobilidade inteligente**, deverão ser integradas intervenções nos modos suaves e novas formas de

mobilidade (incluindo os projetos de transporte a pedido). No *Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa*, existem oportunidades na ótica de uma consolidação e adensamento da cadeia de valor, com base no reforço de modalidades de cooperação envolvendo empresas, Instituições de Ensino Superior e Centros de Inovação (p.ex., a constituição da Cátedra de Aeronáutica, em parceria da Universidade de Évora com o Centro de Excelência da Indústria Automóvel).

(iii) Serviços de Turismo e Hospitalidade. Este Domínio tem revelado dinamismo económico na Região, com atração de investimento empresarial e fidelização de segmentos de procura com capacidade aquisitiva, e com capacidade para aprofundar dimensões enriquecidas da variedade relacionada valorizando a diversidade de produtos, serviços e experiências já proporcionadas pelas diversas sub-regiões.

Num contexto de crise, que afeta significativamente os fluxos de deslocação das pessoas (visitantes e turistas), as atividades de alojamento, restauração, lazer e serviços complementares vão ser confrontadas com necessidades crescentes de incorporação de conhecimento e de uso intenso de soluções tecnológicas, digitais, de comunicação e outras suscetíveis de acesso a experientiação das ofertas territoriais que competem com destinos concorrentes do Alentejo e Ribatejo.

A utilização inteligente de repositórios de dados, facilitada pela existência de recursos de inteligência artificial e computação de alto desempenho na Região, deverá permitir aos agentes o acesso a informação consolidada de turismo e de contexto, para a definição de estratégias de mercado e opções de procura.

Paralelamente à agenda de certificação do Destino (que abrange também a certificação da segurança sanitária), deverá ocorrer um reforço das abordagens de sustentabilidade territorial assentes em projetos de maior exigência inovadora nas componentes de investimento e no “upgrade” de recursos. Nessa perspetiva, a qualificação e diversificação de rotas temáticas (rochas ornamentais, jazidas minerais,...), a par de uma maior simbiose com as novas expressões e caminhos da economia criativa na Região, e ligando à vertente Hospitalidade na qualificação das amenidades urbanas e territoriais, são vertentes que poderão contribuir para aprofundar a cadeia de valor do Turismo do Alentejo e Ribatejo.

³ As propostas da Comissão para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027) deverão impulsionar de forma significativa uma “abordagem sistémica da Investigação e Inovação nas áreas e setores abrangidos pela Bioeconomia (10 mil MEuros previstos para o Polo “Alimentação e Recursos Naturais” do Programa Horizonte Europa).

(iv) Indústrias Culturais e Criativas. Este Domínio compreende atividades ligadas ao Património e à Cultura, com iniciativas de renovação criativa as quais têm permitido aprofundar diversas oportunidades ligadas às dinâmicas de valorização turística e de enriquecimento de produtos de identidade regional. Trata-se de beneficiar do reconhecimento mundial das artes e valores do património e cultura do Alentejo, beneficiando do recurso mais generalizado a novas aplicações tecnológicas, soluções digitais e multimédia, em suporte a elementos de invenção e criatividade.

(v) Inovação Social e Cidadania. Este Domínio tem ligação a vários Objetivos de Desenvolvimento Social e enquadra aspetos relacionados com: a sociedade do conhecimento numa lógica de inclusão; as TIC e a cidadania; a importância dos “big data” na compreensão e monitorização dos problemas sociais e urbanos; o acesso aos serviços essenciais; as questões da segurança ambiental, económica, social e cultural; as novas formas de emprego e de trabalho; a inovação organizacional das instituições; a ligação direta à participação cívica e informada; e à cidadania, no conceito mais amplo de vida com qualidade, conhecimento e capacidade interventiva.

No tocante à identificação dos **Domínios transversais** estes têm em vista funcionar segundo uma lógica a montante na relação com os Domínios de especialização devendo contribuir para valorizar os projetos enquadrados nestes, nomeadamente proporcionando-lhes um adicional de mérito. Os Domínios transversais identificados (Digitalização da Economia e Circularidade da Economia) pretendem induzir uma focagem das apostas estratégicas da inovação regional.

» *Digitalização da Economia.* Este Domínio transversal abrange um leque crescente de novos sistemas de produção, de produtos e serviços digitais alimentando novos modelos de negócio e contribuindo para (re)estruturar cadeias de valor (em sectores tradicionais e emergentes), numa dinâmica de iniciativa renovada e facilitadora de benefícios socioeconómicos para as organizações do território, as empresas e as famílias.

A multiplicidade de tecnologias presente na Inteligência Artificial tem vindo a estruturar e a influenciar as estratégias empresariais (enquanto fonte de oportunidades e de riscos), dispõe de ofertas qualificadas de serviços na Região e beneficia de prioridades das políticas comunitárias e nacionais.

A Agenda Digital Europeia, a Iniciativa Portugal INCoDe 2030, o Plano de Ação para a Transição Digital e as Agendas Temáticas da FCT referentes ao Trabalho, Robotização e Qualificação do Emprego e aos Sistemas Ciberfísicos e

Formas Avançadas de Computação, abrem um conjunto de oportunidades de investimento, de negócio e de formação de competências digitais que podem estabelecer uma relação enriquecedora das cadeias de valor dos vários Domínios temáticos da especialização inteligente regional, com mobilização intensa de conhecimento produzido no Alentejo nas Instituições de Ensino Superior e em Centros de I&D e serviços avançados (públicos, associativos e privados).

A Digitalização da Economia deverá, ainda, contribuir para a construção de novas respostas aos constrangimentos de fixação de residentes nos territórios da Região, proporcionando uma envolvente favorável à atração de empresas e investimentos num contexto de programação eficiente de equipamentos e recursos (educação e saúde), potenciando novas soluções associadas à economia e sociedade digitais.

» *Circularidade da Economia.* Este Domínio transversal deve equacionar as condições concretas a nível de produtos, serviços e modelos de negócio que possam contribuir para estruturar a transição para a economia circular no Alentejo.

O conhecimento existente (e a aprofundar) dos elementos do metabolismo económico regional deve introduzir gradualmente tecnologias e práticas de gestão que promovam a redução do consumo de recursos naturais e matérias primas, bem como dos resíduos, a desmaterialização, a reutilização, a reciclagem e a recuperação de materiais e a utilização de matérias primas secundárias e subprodutos, em linha com o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, a Agenda Regional para a Economia Circular e, a nível da União Europeia, o Plano de Ação Europeu para a Economia Circular, o *Green Deal* (Pacto Ecológico Europeu) e o Mecanismo para uma Transição Justa.

O desenvolvimento de soluções de circularidade deverá incidir em inúmeras áreas da economia regional: da gestão urbana sustentável e dos consumos inteligentes, responsáveis e justos, p.ex., através da deposição e aproveitamento de resíduos da extração de minérios e rochas ornamentais (ligando oportunidades geradas pelas agendas para a reindustrialização e pela revalorização de mercado de matérias-primas minerais, com desenvolvimentos da I&T); da redução de resíduos e desperdícios das atividades e fileiras do setor primário, de plásticos e embalagens várias; dos resíduos de construção e demolição e do aumento do teor reciclado no setor; da eficiência hídrica e energética nos usos produtivos e domésticos; e da exploração de potenciais de circularidade no turismo (sustentabilidade territorial e ambiental das localizações, aproveitamento de águas residuais, soluções de racionalidade e eficiência energética, uso de circuitos alimentares

curtos, etc.).

A abordagem deste Domínio transversal na EREI Alentejo deve combinar os desenvolvimentos da Investigação e Inovação, com a experimentação e transferência de conhecimento para novas oportunidades económicas (p. ex., de aproveitamento de sub-produtos) e a capacitação, em modelos de negócio nascidos do trabalho da descoberta empreendedora. Neste âmbito, importa potenciar no Alentejo as orientações da Agenda FCT sobre Economia Circular, com destaque para as subáreas e prioridades de investigação e as perspetivas de inovação social e tecnológica identificadas.

(c) Governança, Monitorização e Cooperação - o cumprimento da Condição habilitante

As questões relativas à Governança, Monitorização e Avaliação da EREI Alentejo 2020 foram equacionadas na fase da conceção e permanecem como orientações fundamentadas, p.ex., estabelecendo a necessidade de articular dimensões institucionais (de resposta a desafios de coordenação de iniciativas, de instrumentos de política e de dinamização dos atores regionais e setoriais implicados na cadeia de conceção/implementação/avaliação) e *dimensões técnicas* (de acompanhamento e monitorização e também de apoio ao Conselho Regional de inovação).

Neste enquadramento, a Estratégia Regional Alentejo 2030 apresenta o *modelo de governação que promove a articulação com a EREI Alentejo 2030 e o Conselho Regional de Inovação*, o qual deverá estabelecer uma orgânica de funcionamento global e parcelar (plataformas a constituir em domínios prioritários-chave) dotado de recursos e periodicidade adequados às exigências de dinamização da EREI Alentejo 2030. Paralelamente, e ainda no quadro de implementação da EREI Alentejo 2020, está disponível uma *proposta de monitorização estratégica e operacional dotada de instrumentos* (objetivos específicos e bateria de indicadores) para medir o desempenho/trajetória de concretização de objetivos da EREI, ajustável à nova geração de intervenções da especialização inteligente.

Em matéria de *cooperação*, o alargamento do campo de intervenientes e também das fontes para mobilização de recursos de financiamento, deverá justificar uma abordagem de cooperação territorial em várias frentes (*inter-regional*, em direção à integração/atração de recursos em redes de conhecimento, criatividade e inovação; e *trans-fronteiriça*, na ótica territorial de alargamento de atuações de especialização inteligente).

Nesta última frente, deve ser ponderada nas Comunidades de Trabalho com a Extremadura, a Andaluzia, o Centro e o Algarve (Euroregiões Alentejo, Algarve e Andaluzia

- EUROAA; Alentejo, Centro e Extremadura - EUROACE), a possibilidade de enriquecer a EREI Transfronteiriça, com estruturação em torno de recursos e intervenções em áreas temáticas de interesse comum para estas regiões (agroalimentar, turismo, economia do mar, energias sustentáveis, economia circular, ...). Esta orientação deverá combinar intervenções de matriz infraestrutural (espaços de acolhimento em apoio à atividade económica, plataformas de atividades e equipamentos de uso empresarial), de valorização do património cultural e natural, e de investigação e inovação em áreas científicas e tecnológicas cruzadas.

Esta perspetiva territorial está alinhada com a Comunicação CE, *op. cit.*, designadamente em estratégias de especialização inteligente que identificaram prioridades relacionadas com a Bioeconomia, a par da cooperação entre regiões da União Europeia em plataformas de especialização inteligente e parcerias centradas nesse Domínio.

2.3. Desafios regionais e Modelo territorial

Enquanto processo de espacialização de uma estratégia, o Modelo Territorial deve expressar, de forma sistémica, a sua malha urbana regional, as suas centralidades (infraestruturas de coesão e competitividade) e a sua estrutura de mobilidade e acesso (ligações estruturantes e capilares). Em complementaridade com a matriz urbana é fundamental expressar as componentes paisagísticas da Região (sistemas agrosilvopastoris, sistemas ambientais e sistemas culturais). Neste sentido é necessário pensar o território de forma integrada, de forma a acautelar que grandes transformações sob iniciativa empresarial, nomeadamente ligadas às atividades agrícolas e florestais, com ciclos de vida das produções não coincidentes com os ciclos naturais, não ponham em causa a qualidade ambiental e os valores paisagísticos da Região.

A preparação do ciclo de programação estratégica para a década 2020-2030 beneficia da existência de um instrumento recente de âmbito nacional, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que estabelece um conjunto de opções estratégicas da organização do território nacional, constitui o quadro de referência dos planos e programas territoriais e a sede da coordenação da expressão espacial das diferentes políticas sectoriais.

Ou seja, o PNPOT constitui um instrumento efetivo de desenvolvimento e coesão territoriais.

O Modelo Territorial do PNPOT resulta da conjugação de cinco grandes sistemas (natural, social, económico, urbano e de conectividade). Com a identificação dos territórios sob pressão, é o reflexo das mudanças críticas atuais e de um compromisso coletivo de coerência e capacitação

em que se acautela, através da estruturação dos subsistemas territoriais, que as áreas de baixa densidade não são territórios abandonados. Em sequência, deverá caber aos PROT's do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo adotar uma visão própria em função da diversidade das dinâmicas e dos motores de transformação, com a tónica no território e nas pessoas.

O Documento de Estratégia do PNPOT expressa o objetivo de “promover o PNPOT como referencial estratégico de territorialização das políticas públicas e de programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários”. Nas apostas de política pública relativas à mobilidade e transportes, energia e ação climática, o Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030 programou investimentos estruturantes, parte dos quais tem incidência física no Alentejo. Todavia, a possibilidade de operacionalizar o PNPOT como referencial estratégico de programação territorial dos investimentos setoriais tem de preencher requisitos de programação no campo das prioridades de investimento a acolher nos instrumentos de financiamento, em fase de definição, alguns dos quais poderão consagrar escalas de intervenção com novas territorialidades, p. ex., mais ajustadas a acomodar focos temáticos, com maiores níveis de eficácia e de eficiência.

A matriz de Desafios Estratégicos Regionais apresentada, no ponto 2.1, estrutura uma relação de alinhamento dotada de racionalidade e coerência com as Orientações do PNPOT, em particular nas dimensões urbana, territorial e transfronteiriça. A análise das evidências pode ser conduzida em torno do binómio *Compromissos para o Território/Domínios de Intervenção* (Natural, Social, Económico, Conetividade e Governança territorial) do PNPOT.

Na sequência da aprovação do PNPOT (em 14 de junho de 2019), está em curso a dinamização da revisão dos PROT, processo no âmbito do qual serão objeto de espacialização os Compromissos para o Território e as Medidas constantes do PNPOT.

Os níveis de alinhamento mais intenso ocorrem entre os Desafios Estratégicos Regionais da Revitalização demográfica, da Sustentabilidade e resiliência territorial e do Reforço do Sistema Urbano (com os *Domínios Social e Natural*) e os Desafios Estratégicos Regionais relativos ao Alargamento da Base territorial da Competitividade e à Consolidação do Sistema Regional de Inovação (com o *Domínio Económico*). Com efeito, existe uma correlação muito acentuada com o leque de Medidas desses Domínios, com destaque para as seguintes:

- *Domínio Social* (Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica; Promover uma política de habitação integrada; Melhorar os cui-

dados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso; Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas; e Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral).

- *Domínio Natural* (Gerir o recurso água num clima em mudança; Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática; Valorizar o Litoral e aumentar a sua resiliência; Qualificar o ambiente urbano e o espaço público).
- *Domínio Económico* (Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural; Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais; Valorizar os ativos territoriais patrimoniais; Promover a economia do Mar; Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial; Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo; Organizar o território para a economia circular; e Promover a competitividade da silvicultura).

Os níveis de alinhamento assinalados e, sobretudo, as Medidas identificadas nestes três Domínios têm vantagem em ser tomadas como um referencial para a programação em diferentes escalas (PO Regional, PO Cooperação Territorial, futuros Planos de Ação das EIDT das sub-regiões NUT III e outros integrados em abordagens territoriais).

Os alinhamentos referidos estabelecem também uma relação forte com as Agendas Temáticas do PNR e os Domínios/Eixos de Intervenção que lhes conferem aproximação, a calibrar nos exercícios de programação de Prioridades de Investimento dos instrumentos daquelas diferentes escalas.

A agenda para o território do PNPOT estabelece um conjunto de grandes compromissos para o ordenamento, cuja concretização depende fortemente do envolvimento dos níveis regional e local, desafiando a articulação multinível e intersectorial e a territorialização das políticas públicas na sua capacidade de diferenciar e fazer opções. A interpretação dessa diferenciação territorial é justamente atribuída aos PROT e exige abordagens específicas integradas, a aprofundar no âmbito dos processos de revisão referidos.

O perfil do território regional tem na sua estrutura, um conjunto de sistemas e macro fluxos cujo funcionamento é gerador de vulnerabilidades críticas, défice nos níveis de acessibilidade aos serviços de interesse geral, e, ao nível dos micro fluxos, um denso sistema capilar de usos e atividades.

Os sistemas de centros urbanos e atividades territoriais geram e recebem fluxos de recursos e serviços, numa in-

teração de suporte e aprovisionamento (até de recursos humanos) que, devido às suas debilidades, não tem sido totalmente recíproca no retorno do sistema urbano principal e no investimento das políticas públicas.

Disso são exemplo, para além das matérias primas, alimentos ou recursos aquíferos, o eco saldo territorial positivo, associado aos territórios de baixa densidade, à produção de bens públicos proporcionada pelos ecossistemas, entre os quais o balanço favorável de carbono e a conservação da natureza e da biodiversidade, a valorizar adequadamente no âmbito da integração nacional de um modelo coerente de organização do território.

Neste enquadramento, o esforço de *territorialização das políticas públicas* (condição necessária para o sucesso do planeamento e programação estratégica), deverá resultar da análise conjugada das opções territoriais do PNPT 2019 e do modelo territorial dos PROT, nomeadamente promovendo as seguintes vertentes e alinhamentos estratégicos:

- *Transformação estrutural da economia regional*, trazendo novos territórios e recursos para a competitividade, com destaque para o reforço do papel dos espaços rurais e dos seus sistemas naturais;
- *Estruturação do sistema urbano*, com base nos principais aglomerados (centros urbanos regionais) que vêm reforçando o seu papel como polos de atratividade regional e como motores dos subsistemas urbanos (centros urbanos estruturantes e complementares) que constroem a relação rural-urbana absolutamente central no incremento da resiliência territorial e no robustecimento das economias de escala;
- *Ordenamento e regulamentação do espaço rural* face à suscetibilidade existente à desertificação de áreas sensíveis do território regional (com incidência de graves e muito graves riscos em 60% no caso do Alentejo);
- *Fortalecimento da coesão territorial* face à expressão crescente das áreas em perda populacional, que tenderá a acentuar-se no horizonte 2030, de acordo com as projeções do INE, coincidindo em grande parte com o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional abaixo da média;
- *Estruturação das acessibilidades rodo e ferroviárias*, nas diferentes sub-regiões, alargando os seus efeitos de conectividade ao conjunto da Região;
- *Valorização dos subsistemas territoriais* que se incluem nas áreas de perda populacional inferior 15% em 2030, potencialmente polarizadores dos serviços de interesse geral e de atividades de valorização do

património cultural;

- *Qualificação e aprofundamento das políticas de cooperação transfronteiriça*, com a promoção do desenvolvimento das áreas de fronteira à escala adequada - macrorregiões europeias, regiões bilaterais NUT II, cooperação intermunicipal entre NUT III e em eixos interurbanos (Eurocidades);
- *Descentralização das decisões públicas*, que implica a necessidade de aprofundar as soluções de nível intermunicipal e regional para encarar os desafios da coesão, da sustentabilidade e do desenvolvimento.

A análise prospetiva do futuro PROT, face às grandes orientações territoriais do PNPT (cf. Anexo 1.3), deverá considerar as variáveis seguintes: (i) a situação de referência regional do Modelo Social, onde constam os níveis de acessibilidade aos SIG e as áreas em perda demográfica; (ii) a identificação dos territórios sob pressão no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional <100; (iii) o mapeamento de áreas de suscetibilidade à desertificação; e (iv) a caracterização dos subsistemas territoriais do sistema urbano.



2.4. Visão estratégica - Alentejo 2030

A Visão Alentejo 2020 foi formulada em 2013 tendo por suporte um desígnio: dotar a Região de uma base económica renovada capaz de tirar partido e enriquecer uma mais-valia ambiental, elemento diferenciador reconhecido pelo Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Dimensão ambiental do ISDR superior à média nacional) e um argumento competitivo na “atração de residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social”.

O atual período de programação mostra resultados na atração de investimentos, no aumento do emprego e na internacionalização. Porém, os efeitos atuais e previsíveis das alterações climáticas terão que, com um peso específico cada vez maior, fazer parte do binómio mais-valia ambiental/real sustentabilidade do padrão produtivo associado ao aproveitamento dos recursos naturais e à própria pressão sobre estes e à menor resiliência dos territórios.

Estes aspetos da “qualificação do território” assumem redobrada importância à luz de fatores que estão a ser considerados como favoráveis para o relançamento das atividades turísticas e para a reconversão das produções agroalimentares pós-crise pandémica que tenderão a desenhar novas geografias ainda que, no essencial, reforcem orientações constantes do PNPO.

O horizonte da próxima década tem, agora, um adensamento assinalável de fatores de incerteza para uma região com elevados níveis de abertura à economia mundial (atividades marítimo-portuárias, turismo, aeronáutica, produções agrícolas e agro-transformadoras, pequenos frutos, vinho e azeite, sobretudo). Neste contexto existe um conjunto de variáveis com margens de ajustamento diferenciado por parte do sistema de atores regionais que importa monitorizar atentamente (dadas as dimensões de incerteza em presença), com vista a ampliar a absorção de oportunidades e vantagens para a Região:

- Condições de valorização de mercado das produções regionais (bens e serviços), em função da reorganização e redistribuição das redes de trocas comerciais, sobretudo dos bens transacionáveis e dos fluxos de visitantes e turistas;
- Reestruturação do complexo de atividades económicas de Sines (encerramento da central a carvão⁴ e atividades portuárias conexas, novos investimentos na

área das energias limpas), novas valias associadas ao corredor ferroviário para a Europa e amplitude dos respetivos efeitos sobre o alargamento da base territorial da competitividade;

- Capacidade de financiamento e ritmo de execução das intervenções de conectividade previstas para a Região no âmbito do Programa Nacional de Investimentos 2030, nomeadamente, na ferrovia e na conclusão de ligações viárias;
- Trajetória de concretização da transferência de competências para as CIM (e Municípios) e respetivos efeitos sobre a afirmação de autonomia das políticas públicas intermunicipais na atração de residentes e de investimentos;
- Elegibilidade efetiva de intervenções de qualificação do território (serviços de interesse geral, equipamentos coletivos e outros, habitação, ...);
- Capacidade de conceção, de financiamento e gestão de intervenções por parte dos beneficiários regionais em áreas com prioridade nos Objetivos de Política da Coesão (mitigação e adaptação às alterações climáticas, economia circular, mobilidade urbana sustentável ...).

Neste enquadramento, que tem presente também os constrangimentos estruturais, as abordagens sub-regionais e a calibragem de Desafios estratégicos enunciados no ponto anterior, entende-se manter no essencial a Visão que tinha sido projetada para 2020, reforçando o respetivo alcance operacional, em termos de guião de escolhas públicas e de opções de investimento privado, sobretudo, em torno dos desafios societários associados à salvaguarda da sustentabilidade.

Esta perspetiva incorpora elementos gerais de reflexão, em contexto de crise pandémica marcado pela incerteza associada à dimensão e profundidade dos efeitos do choque sem precedentes induzido às organizações públicas, às famílias, às empresas.

A incerteza estende-se às capacidades reais do aparelho produtivo e do capital social de territórios (já de si vulneráveis) para alavancar níveis de atividade consentâneos com os reconhecidos argumentos competitivos da Região. Este objetivo crucial pressupõe acomodar, no curto/médio prazo, *intervenções de recuperação económica*

⁴ O Governo português comprometeu-se a dismantlar as centrais de Sines e Abrantes, até setembro de 2023 e a preparar um plano territorial para uma transição justa, a integrar na programação do Fundo para a Transição Justa, cujos investimentos contemplam outros investimentos a efetuar ao abrigo do financiamento da política de coesão.

e social que estimulem o relançamento de atividades e projetos, que respondam às necessidades de reposicionamento e recomposição de novos padrões de aproveitamento de recursos que se mostrem mais ajustados às mudanças em curso.

Todavia, pensando no horizonte da Estratégia (2030, a uma década de distância), é de admitir a emergência de *oportunidades para o Alentejo que reconfigurem alguns dos Desafios estratégicos enunciados*, no sentido de alargar o campo de prioridades territoriais de intervenção subjacentes aos mesmos, através de atuações de escala comportável que, simultaneamente, contribuam para corrigir vulnerabilidades que as crises sanitária e socioeconómica estão a ampliar de forma expressiva e para a resiliência de vários sub-sistemas do território:

- estruturação de sistemas alimentares locais em torno de atividades de pequena agricultura, produções e serviços agro-rurais, circuitos curtos de comercialização, organização de compras públicas e equiparadas e apoio técnico aos produtores;
- realocização de atividades transformadoras ligadas a fileiras agropecuárias, de base florestal e outras, beneficiadas pela proximidade de novas acessibilidades rodoferroviárias e logísticas e por novos padrões de abastecimento, novas formas de integração urbano-rural,...;
- organização em rede das produções primárias da baixa densidade, com ligação a plataformas de logística e transporte;
- reposicionamento da Região enquanto destino turístico de baixo risco sanitário e não massificado, criando oportunidades para unidades de alojamento e serviços turísticos nas áreas de baixa densidade;
- captação de novos residentes portadores de modelos de trabalho e de estudo à distância, suportados por redes de comunicação móvel e outras TIC;
- alargamento da cobertura das comunicações e da conectividade digital, em geral, com acessibilidade generalizada a fontes de dados;
- investimentos públicos numa economia mais resiliente, com reorientação para atividades ligadas à alimentação, à saúde, à água, à energia, etc.;
- oportunidades de “desurbanização” com reforço de alguns fluxos demográficos para os territórios menos densos e que tenham argumentos próprios em termos de acessos, mobilidade, amenidades, identidade cultural e atividades de animação diferenciada e lazer, serviços inovadores de apoio à família (primeira infância e 3ª idade) e de serviços de interesse geral funcionais que garantam a qualidade de vida para quem escolhe as modalidades de trabalho à distância;
- provisão e acesso aos Serviços de Interesse Geral com base na digitalização, reforçando abordagens inovadoras seja nessa provisão e acesso, seja na preparação das populações e comunidades para um pleno usufruto;
- recuperação da intervenção qualificante das autarquias locais e outros agentes locais no domínio da qualificação e gestão de espaços de acolhimento empresarial e equipamentos de proximidade, reforçando as respostas em matéria de coesão territorial;
- fomento das atividades e serviços da “economia digital”, com melhoria da conectividade e acessibilidade aos serviços de interesse público por parte das pessoas, das famílias e do tecido empresarial;
- fomento da cooperação transfronteiriça na gestão e controlo de fluxos de trabalhadores e de produtos entre territórios vizinhos e na construção de espaços dotados de condições seguras em apoio à cooperação empresarial e a serviços de apoio logístico complementar (frio, qualidade e segurança alimentar,...);
- dinamização das modalidades de aprendizagem ao longo da vida, atribuindo prioridade à reconversão de competências dos trabalhadores atingidos pelo desemprego e outros ativos empregados;
- otimização da rede de equipamentos de saúde, com reforço das capacidades e competências das unidades locais assegurando soluções de cobertura equitativa dos mais desfavorecidos e isolados;
- robustecimento dos mecanismos de apoio social, articulando medidas centrais e respostas locais e domiciliárias, por forma a salvaguardar ganhos de coesão social e melhorias das condições de vida proporcionadas por ciclos de investimento público recentes;
- estruturação de respostas de proteção a grupos vulneráveis (3ª idade, crianças, ...) assentes em intervenções de empreendedorismo e emprego social;
- melhoria das condições socioeconómicas das populações (habitação, condições de trabalho, formação profissional, saúde e higiene, nutrição alimentar e igualdade de oportunidades);
- melhoria das condições de habitabilidade e de acesso à habitação, atenuando situações de carência e de precariedades geradoras de problemas sanitários e de contágio;

- dinamização de políticas locais de habitação que proporcionem alojamento em condições acessíveis às famílias, através da recuperação de edifícios e do parque habitacional devoluto nos centros urbanos, da animação do mercado de arrendamento, de nova construção a custos acessíveis, por via do investimento público, ...).

Estratégia de Desenvolvimento Regional para a próxima década: Recursos e Ativos Estratégicos (argumentos competitivos de um território singular) e *Desafios Estratégicos seletivos/* /focados que combinam domínios estruturantes para construir um futuro para o Alentejo que torne viável a qualificação do território, a afirmação competitiva dos recursos e a coesão.

O Diagrama seguinte procura explicitar uma sistematização simples dos elos-chave de suporte ao racional da

Racional da Estratégia de Desenvolvimento do Alentejo no horizonte 2030



2.5. Abordagem preliminar à Programação

Na transição entre planeamento estratégico e programação estratégica e operacional dos instrumentos de financiamento do novo ciclo da Política de Coesão, existe um conjunto de dimensões a estabilizar no âmbito da negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, a qual será influenciada pelas consequências da crise pandémica nas dotações financeiras comunitárias e, eventualmente, nas próprias orientações da Política de Coesão.

Todavia, é de admitir que as prioridades da Política de Coesão não se alterem (dentro do referencial da Subsidiariedade), antes adquiram maior urgência e dimensão.

Esta seção sistematiza: (i) as prioridades da programação no enquadramento dos objetivos da Política de Coesão pós 2020, nomeadamente as Prioridades de Investimento sinalizadas no Anexo D do *Country Report* relativo a Portugal 2019, reconfirmadas já em 2020; (ii) a Matriz de Objetivos Estratégicos/ Objetivos específicos do Alentejo 2030; e (iii) a identificação de Planos de Ação a desenvolver para consolidar o processo de negociação do período 2021-2030, conforme “Orientações para a estruturação das Estratégias Regionais (NUTSII)” da SEDR/MCT.

2.5.1. Prioridades no enquadramento de Objetivos de Política da Coesão pós-2020

A Matriz seguinte constitui o principal quadro de referência das intervenções de programação conforme se encontram explicitadas em versão preliminar na Proposta de Regulamento de Disposições Comuns dos Fundos Estruturais e no Relatório relativo a Portugal de 2019, Serviços da Comissão Europeia 27.02.19, em especial, no Anexo D - Orientações em matéria de prioridades de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027 a favor de Portugal do *Country Report* Portugal, 2019.



Matriz de Relação Objetivos de Política/Prioridades de Investimento

Objetivos de Política/Objetivos estratégicos da Política de Coesão	Prioridades de Investimento
1. <i>Uma Europa mais inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente</i>	Melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançadas
	Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais e ainda para promover a inclusão digital
	Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas
	Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo
2. <i>Uma Europa mais verde e hipocarbónica - transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos</i>	Promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis
	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes
	Promover a gestão sustentável dos recursos hídricos
	Promover a transição para a economia circular
3. <i>Uma Europa mais conectada - mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação</i>	Desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal
	Promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável
4. <i>Uma Europa mais social - implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais</i>	Melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho
	Promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar
	Melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos
	Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável
	Promover a inclusão ativa e combater a privação material; reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de proteção social
5. <i>Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais</i>	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas
	Promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras.
Adaptado do <i>Country Report relativo a Portugal - Semestre Europeu de 2019</i> , Serviços da Comissão Europeia. Expressamente adaptado do Anexo D - <i>Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027, a favor de Portugal</i> .	

Esta identificação de Prioridades de Investimento, no âmbito das orientações de financiamento dos instrumentos de Política de Coesão, afigura-se tendencialmente ajustada a reforçar o sentido de oportunidade com que o Alentejo encara o período de programação 2021-2027:

- *Aposta na competitividade e inovação do tecido de empresas e organizações regionais* potenciando um conjunto robusto de combinatórias de recursos naturais, produtivos e de conhecimento através do “up-grade” das competências regionais, sobretudo, nos domínios da especialização inteligente e do empreendedorismo de base tecnológica. Esta aposta pressupõe um reforço das dinâmicas de transferência e valorização económica do conhecimento (adoção de tecnologias avançadas, digitalização orientada para os desempenhos empresariais, mas também das organizações públicas e das famílias).
- *Aposta na concretização gradual das escolhas estratégicas e operacionais resultantes do Modelo e Agenda Territorial do PNPOT*, a declinar no PROT, em articulação com as constantes de um conjunto de instrumentos de planeamento setorial de particular relevância para responder aos Desafios estratégicos da Região, designadamente em matéria de Adaptação às Alterações Climáticas, de Transição para a Economia circular, de gestão sustentável e uso eficiente de recursos hídricos e de Mobilidade Urbana Sustentável, domínios especialmente exigentes em capacidade de projeto, mudança de atitudes e novas modalidades de afetação e gestão de recursos.
- *Aposta na melhoria da integração no mercado de trabalho e da qualidade do emprego* através de mecanismos de antecipação de necessidades de competências e de organização eficaz e eficiente de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, incorporando proactivamente as lições e recomendações de um ciclo de mobilização dos apoios do FSE que se tem revelado insatisfatória para responder às necessidades dos ativos (empregados e desempregados) e das organizações empregadoras. A melhoria dos subsistemas de formação escolar e profissional na Região é indispensável e deve promover escolhas consoantes com os domínios prioritários da EREI.
- *Aposta nas diferentes expressões da implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais* combinando respostas na provisão dos Serviços de Interesse Geral (educação, saúde, equipamentos sociais coletivos, ...), na dupla ótica da manutenção de limiares de população e de atração de novos residentes contribuindo para uma reorganização de funções urbanas que dinamize também a reanimação socioeconómica de aglomerados da rede de Centros Complementares.

- *Aposta na qualificação e seletividade de instrumentos integrados de desenvolvimento urbano, rural e costeiro* que recentrem as funções de animação socioeconómica e de inovação territorial o que pressupõe, em contextos de intervenção caracterizados pela baixa densidade, a dinamização de iniciativas de cooperação inter-territorial.

Nesta sistematização de prioridades de investimento recomendadas, constata-se a existência de fragilidades de enquadramento para intervenções nos domínios da *Valorização do património e das práticas culturais, criativas e artísticas e da Qualificação das cidades* (ambiente urbano, espaço público, ...).

Trata-se de domínios de Medidas referenciadas pelo PNPOT e que estabelecem dimensões de alinhamento relevantes com Desafios e Objetivos Estratégicos Regionais, nomeadamente no tocante à promoção sustentável do sistema urbano regional, fator de qualificação do território e de competitividade e coesão territorial.

A introdução, no âmbito do FEDER, de ajustamentos regulamentares que visam considerar os efeitos negativos da crise económica induzida pela COVID 19, em regiões onde a Cultura e o Turismo são relevantes, poderá enquadrar intervenções com interesse para a Região.

Os domínios de aposta, enquadrados nos Desafios regionais e beneficiando do conforto das Prioridades de investimento dos Objetivos Políticos da política de coesão, devem ser consolidados no âmbito do PNI 2030 e dos Planos de Ação da Estratégia Regional, através do desenvolvimento de projetos estruturantes para a Região, de que são exemplo (em fases distintas de maturação e de fontes de financiamento):

» Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão), ligações rodo-ferroviárias e Plataforma Logística de Elvas/Caia;

» Cluster Agro-alimentar, Centro de Excelência da Fonte Boa e projetos de regadio;

» Hospital Central do Alentejo e candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027;

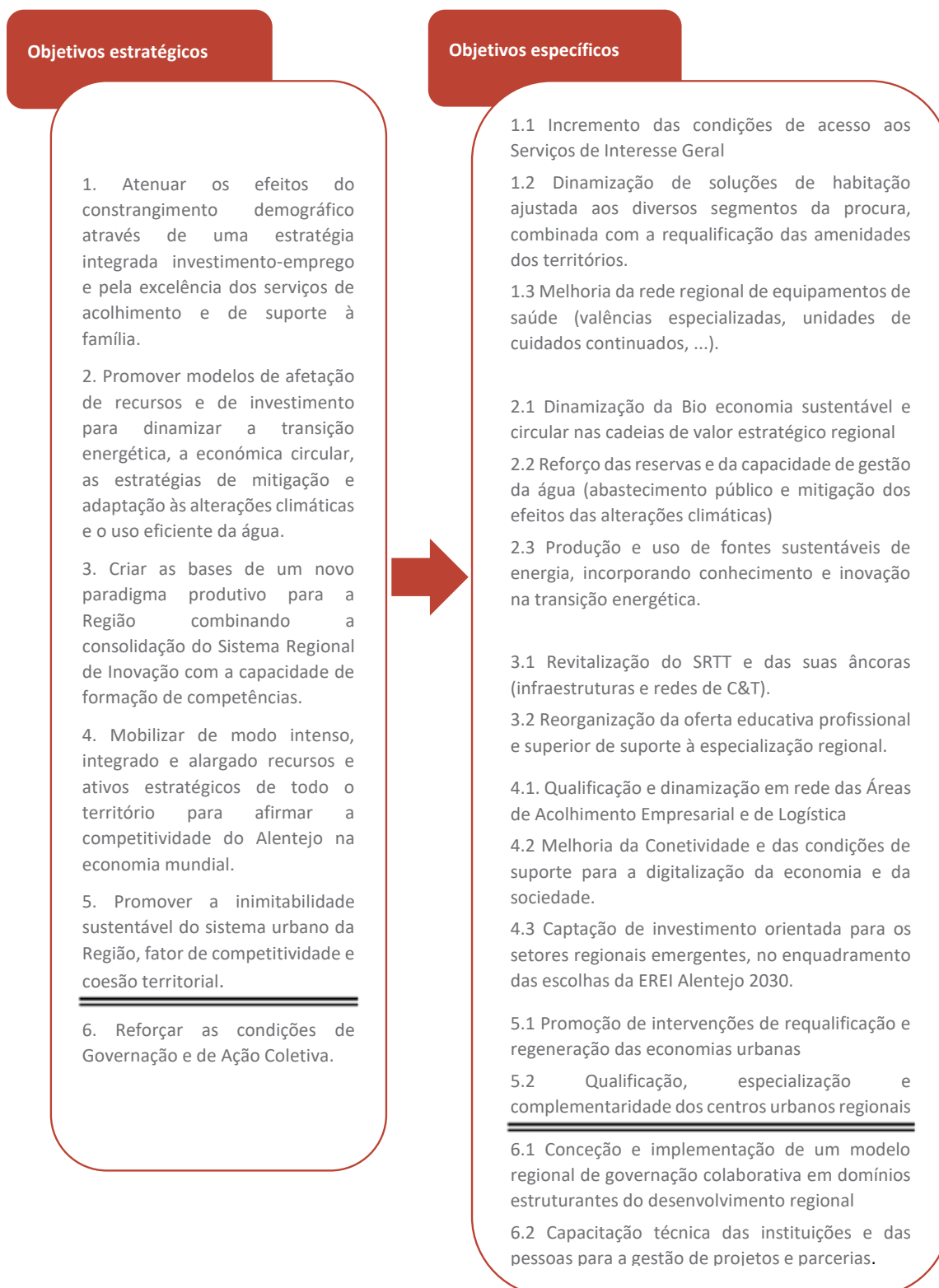
» Produção de Hidrogénio verde e projetos de infraestruturas portuárias em Sines;

» Aproveitamento económico do Aeroporto de Beja, Plataforma Logística Agro-alimentar e ligações rodo-ferroviárias.

2.5.2. Matriz de Objetivos Estratégicos//Objetivos específicos da programação

O Diagrama que identifica os Objetivos Estratégicos do Alentejo 2030 procede à sua desagregação num conjunto de Objetivos Específicos, correspondente a uma aproximação preliminar à arquitetura da programação, nomeadamente dos futuros Planos de Ação que deverão apresentar as Linhas de Ação que detalham as apostas estratégicas regionais.

Matriz de Organização dos Objetivos estratégicos/Objetivos específicos do Alentejo 2030



As entradas seguintes sistematizam os principais elementos de alinhamento desta Matriz de Objetivos Estratégicos Regionais com: (i) os Objetivos de Política da Coesão; (ii) os vetores da Agenda territorial do PNPT; (iii) os Domínios de intervenção das Agendas Temáticas do PNR; e (iv) as Agendas, Programas, Estratégias e Planos de Ação de âmbito setorial, com destaque para os adiante referenciados, especialmente incisivos na relação que estabelecem com o racional de vários Objetivos Estratégicos, que consagram opções com interesse para o Alentejo e para os quais este dispõe de recursos e capital de iniciativa indispensável ao desenvolvimento de objetivos e à concretização de resultados desses instrumentos de política setorial.

O Objetivo Estratégico 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família, tem condições para enquadrar intervenções que combinem medidas de política facilitadoras das abordagens constantes da Agenda Temática As Pessoas primeiro, nomeadamente nos Domínios estratégicos da Sustentabilidade Demográfica, e do Combate às Desigualdades, com escalas de atuação regional, intermunicipal e local.

Paralelamente, desenvolve as Prioridades de Investimento recomendadas para Portugal no Anexo D (Objetivo de Política 4 - Uma Europa mais social - implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais).

Instrumentos nacionais/setoriais relevantes: Programa Nacional de Reformas; Estratégia Nacional de promoção da Coesão Social e combate à pobreza e desigualdades; e Plano Nacional de Saúde 2021-2030.

O Objetivo Estratégico 2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água, enquadra a diversidade de domínios estratégicos da Agenda Temática Sustentabilidade e Valorização de Recursos endógenos, com destaque para: a Adaptação às alterações climáticas e a Proteção do Ambiente; a Agricultura e Florestas e o Mar (prioridades enquadradas na abordagem da Estratégia Nacional para a Bioeconomia Sustentável); a Economia Circular e a Gestão de Resíduos; a Eficiência energética das cidades; e o Ciclo urbano da água.

Paralelamente, desenvolve as Prioridades de Investimento recomendadas para Portugal no Anexo D⁵ (Objetivo de Política 2 - Uma Europa mais verde e hipocarbónica - transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos).

Na ponderação de Desafios Estratégicos Regionais, as intervenções relacionadas com a Gestão e o Uso eficiente da Água (incluindo a conclusão de redes do âmbito do Ciclo urbano) e com a mitigação e adaptação das alterações climáticas, deverão beneficiar de prioridade de afetação de recursos.

Instrumentos nacionais/setoriais relevantes: PNPT/ PROT's; Programa Nacional de Investimentos, 2030; Programa Nacional de Regadios 2022; Plano Nacional Energia-Clima (PNEC), 2030; Roteiro Nacional para o Baixo Carbono (2050); Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2020/2030); Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC); Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, 2030; Estratégia Nacional para a Bioeconomia Sustentável (em elaboração pelo Ministério do Ambiente), 2020; Estratégia Nacional para o Mar, 2021-2030; Estratégia Nacional para as Florestas; e Plano Territorial para a Transição Justa.

O Objetivo Estratégico 3. Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências, enquadra os Domínios estratégicos da Agenda Temática Inovação e Qualificação como motores de desenvolvimento a qual integra os seguintes Domínios estratégicos: (i) Promoção da sociedade do conhecimento; (ii) Inovação empresarial; (iii) Qualificação dos Recursos humanos; e (iv) Qualificação das instituições.

Paralelamente, desenvolve as Prioridades de Investimento recomendadas para Portugal no Anexo D (Objetivo de Política 1 - Uma Europa mais inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente).

Trata-se, igualmente, de um dos principais campos de interação estratégica e operacional com as escolhas/prioridades da EREI Alentejo as quais deverão estar presentes, p. ex., na Revitalização do SRTT e das suas âncoras,

⁵ Cf. Orientações do Anexo D do Country Report Portugal, 2019, mas também do Anexo D: Orientações em matéria de investimento no âmbito do Fundo para uma Transição Justa (2021-2027) para Portugal, Country Report, 2020.

na reorganização das fileiras de educação/formação, nos critérios de incentivo à contratação de recursos humanos qualificados, e na consolidação das cadeias de valor em “clusters” setoriais de expressão regional (em articulação dinâmica com o OER 3: *Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos do território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial*).

Instrumentos nacionais/setoriais relevantes: Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal (2018-2030); Estratégia Inteligência Artificial, 2030; Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030; Plano de Ação para a Transição Digital; Estratégia Nacional de Competências; Estratégia Nacional e Regional de Especialização Inteligente; e Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (FCT).

O *Objetivo Estratégico 4. Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial*, tem um alinhamento de focagem mais direta com a Agenda Temática da Competitividade externa e Coesão territorial; no entanto, enquadra o Domínio estratégico da mobilidade sustentada da esfera da *AT Sustentabilidade dos recursos e Transição climática* devendo apoiar Medidas de política urbana e infraestruturas de mobilidade sustentável e conectividade interurbana.

Paralelamente, desenvolve Prioridades de Investimento recomendadas para Portugal no Anexo D, no enquadramento do Objetivo de Política 3 - Uma Europa mais conectada - mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação.

Instrumentos nacionais/setoriais relevantes: Agendas de reconhecimento de vários *Clusters de Competitividade* dotados de Estratégia e de Planos de Ação, com interesse para o Alentejo (Agroalimentar; Aeronáutica, Espaço e Defesa; Recursos Minerais; Indústrias de Base Florestal; e Mar Português); Programa Nacional de Investimentos, 2030; PNPOT-PROT; Portugal Espaço 2030; Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais; Estratégia Nacional para o Mar, 2021-2030; Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos comerciais do Continente - horizonte 2026; Estratégia para o Turismo, 2027; e Estratégia Nacional e Regional de Especialização Inteligente.

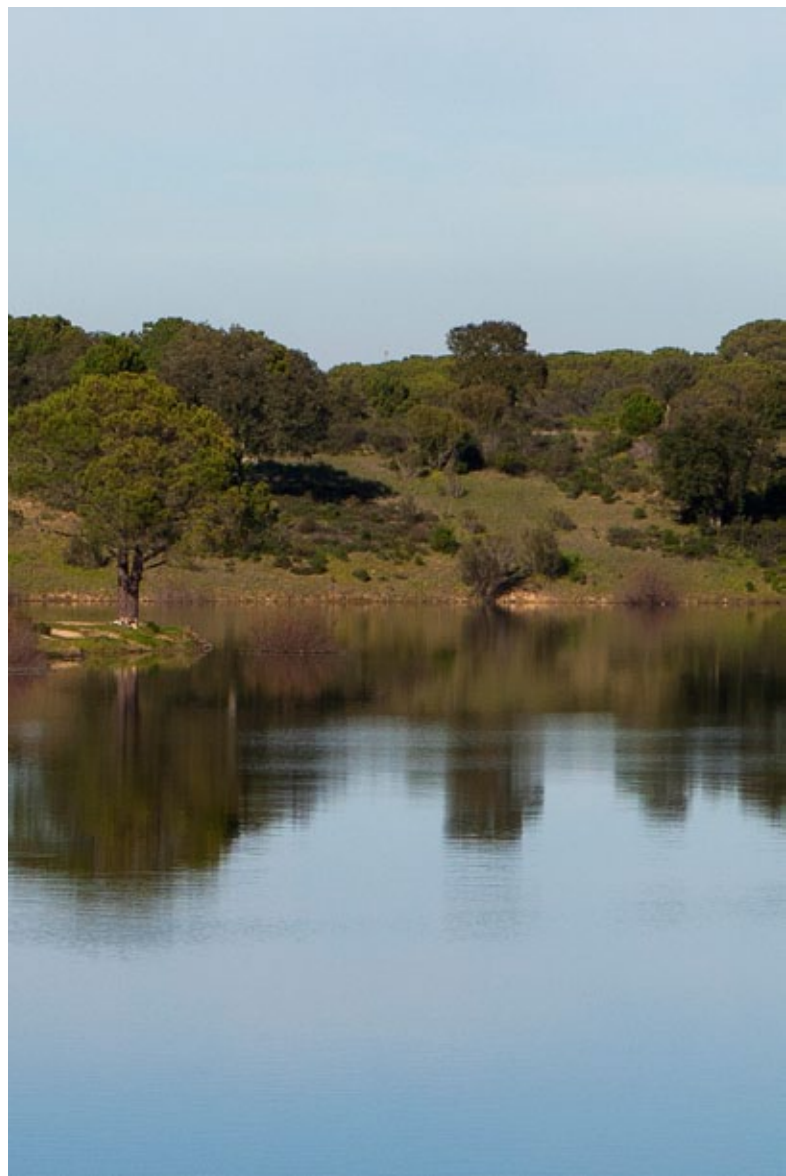
O *Objetivo Estratégico 5. Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, como fator de qualificação do território, competitividade e coesão*, tem níveis de alinhamento mais acentuados com a Agenda Temática que combina competitividade externa e coesão interna, sobretudo nesta última vertente que combina Domínios estratégicos de competitividade das redes urbanas, mas

também de competitividade e coesão na baixa densidade.

Paralelamente, desenvolve as Prioridades de Investimento recomendadas para Portugal no Anexo D (Objetivo de Política 5 - Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, e das iniciativas locais). Trata-se do Objetivo de Política que deverá enquadrar as abordagens territoriais de escala e geometria variáveis, que serão definidas.

Instrumentos nacionais/setoriais relevantes: PNPOT-PROT; e Programa Valorização do Interior.

O Objetivo Estratégico 6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva, reveste uma natureza distinta no racional dos Desafios regionais e uma transversalidade de intervenções e contributos para o sucesso dos demais Desafios e Objetivos Estratégicos, a partir de novos modelos de governação colaborativa em domínios estruturantes do desenvolvimento regional e da capacitação das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias.



Matriz de alinhamento dos Desafios estratégicos regionais à luz dos Compromissos do PNPOT, Agendas temáticas do PNR e Objetivos de Política da Coesão

Desafios Estratégicos Regionais (Alentejo)	Agenda Territorial (PNPOT)	Agendas Temáticas PNR (Portugal)	Objetivos de Política (União Europeia)
<i>Revitalização Demográfica pela competitividade territorial na excelência dos serviços de suporte</i>	Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral e de soluções de habitação ajustadas aos diversos segmentos da procura	AT1 - As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão e menos desigualdade	<i>OP4. Uma Europa mais social: aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais</i>
<i>Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico de competências para um novo paradigma produtivo</i>	Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação	AT2 - Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento	<i>OP1. Uma Europa mais inteligente: transformação económica inovadora e inteligente</i>
<i>Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica</i>		AT2 - Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento	<i>OP5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos: desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras via iniciativas locais</i>
<i>Sustentabilidade Territorial pela mitigação e adaptação aos impactos/ /riscos das alterações climáticas</i>	Descarbonização acelerando a transição energética e material	AT3 - Transição Climática e Sustentabilidade dos recursos	<i>OP2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica</i>
	Adaptar os territórios e gerar resiliência		
<i>Promoção de sustentabilidade do sistema urbano regional, fator de competitividade e coesão territorial</i>	Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades	AT4 - Um País competitivo externamente e coeso internamente	<i>OP3. Uma Europa mais conectada: mobilidade e conectividade das TIC a nível regional</i>
<i>Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva</i>	Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura de território	AT 1, AT 2, AT 4	OP 1, OP 3, OP 4

Os Desafios regionais expressam, igualmente, um alinhamento importante com a Agenda 2030 das Nações Unidas, em concreto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sendo de destacar relações de contributividade mais intensa com a Ação climática (ODS 13), as Energias Renováveis e acessíveis (ODS 7), as Cidades e Comunidades sustentáveis (ODS 11), a Proteção da vida terrestre e marinha (ODS 14 e 15) e a Água e saneamento (ODS 6). A elaboração de Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas e a integração em plataformas de participação dos cidadãos em medidas de sustentabilidade, são exemplos a aprofundar e a disseminar.

Em síntese, os elementos de relação simples sintetizados evidenciam níveis elevados de alinhamento dos principais

Objetivos Estratégicos Regionais (equivalentes a Eixos Estruturantes de Intervenção que enquadram domínios de Ações), com a generalidade dos Objetivos de Política combinando Prioridades de investimento da esfera do Desenvolvimento sustentável e da Qualificação do território, com atuações na esfera da Competitividade territorial (mobilidade e conectividade, incluindo componentes TIC/Digital).

Nos Desafios Estratégicos mais ligados ao investimento económico produtivo, à inovação e às competências, com efeitos potenciais na intensidade e qualidade do emprego, existem níveis de alinhamento com os OP1, OP4 e OP5 (campo das abordagens integradas de desenvolvimento territorial (ITI, DLBC, ..., segundo as escalas territoriais e os focos temáticos, a definir).

2.5.3. Planos de Ação

De acordo com as “Orientações para a Estruturação das Estratégias Regionais NUT II” (Gabinete do SEDR/MCT, fevereiro de 2020) a identificação dos Planos de Ação deverá contribuir para consolidar o processo de negociação do período 2021-2030 nas temáticas passíveis de eventual financiamento pelos FEEI (incluindo eventuais concretizações de mapeamentos).

Nesta perspetiva, a elaboração dos Planos de Ação na sequência da presente Estratégia Regional deverá estabelecer as pontes de ligação entre a Estratégia e os Programas, nomeadamente com o PO Regional, os PO Temáticos setoriais (Agricultura, Mar, ...), os PO da Cooperação Territorial e outros que eventualmente venham a ser identificados e adotados em resultado da negociação do Quadro Financeiro Plurianual, Regulamentos e Acordo de Parceria.

A condição de ferramenta dos Planos de Ação deve também funcionar como um referencial de trabalho para implementar os PO, nomeadamente constituindo o suporte de uma nova geração simplificada e orientada de Avisos que estabeleça a centralidade dos Domínios estruturantes dos Planos de Ação, cuja racionalidade estratégica tem de estar presente no desenho dos PO (a par da EREI, no enquadramento do OP 1) e influenciar as modalidades de transmissão para as entidades beneficiárias, suscitando procuras qualificadas de apoios e orientando elegibilidades dentro das margens dos Regulamentos Específicos.



Neste sentido, a Matriz de Objetivos Estratégicos/Objetivos Específicos da Estratégia Regional Alentejo 2030 e os futuros Planos de Ação deverão constituir um referencial de trabalho estruturante (arquitetura e conteúdos do futuro PO Regional), formulando também contributos-chave e orientações para fundamentar as abordagens regionais de outros Programas (temático-setoriais, cooperação territorial, Horizon Europa 2030 e *policy mix* da EREI).

A proposta de Planos de Ação a elaborar procura traduzir vertentes-chave de territorialização das políticas públicas e promove uma combinação entre os Objetivos de Política⁶ e os objetivos das Agendas Temáticas, estimulando a integração e permeabilidade e acolhendo intervenções das importantes áreas da cooperação territorial e da capacitação de recursos.

As Estratégias e Planos de Ação de diversos sectores para 2030, referenciados como Instrumentos setoriais relevantes (cf. Ponto 2.5.2) e, bem assim, o trabalho de revisitação de análise e de proposta das EIDT/NUTS III, constituem referenciais de base a processar na elaboração destes Planos de Ação da Estratégia Regional, Alentejo 2030. Nesta interface entre o planeamento e a programação, importa ainda referenciar a intenção de promover um instrumento no domínio da Água, em cooperação com o Algarve, visando promover ações para aumentar a resiliência dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas, combinando a proteção e a valorização dos corredores ecológicos com a promoção de atividades económicas.

- PA 1 - Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG)
- PA 2 - Sustentabilidade Territorial, Património natural e Ação Climática
- PA 3 - Conhecimento e Inovação
- PA 4 - Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo
- PA 5 - Qualificação, Emprego e Inclusão
- PA 6 - Cooperação territorial
- PA 7 - Governança e Capacitação
- PA 8 - Água.

⁶ Os cinco Objetivos de Política constituem o referencial de organização/arquitetura do futuro PO Regional, de acordo com o Anexo 5 do Regulamento dos Fundos que deve ser lido conjugadamente com as Prioridades de Investimento elencadas no Anexo D do *Country Report Portugal*, 2019.

As alíneas seguintes sistematizam os principais conteúdos dos Planos de Ação: (i) Elementos de contexto; (ii) Racional de intervenção; (iii) Territorialidade (com Mapeamento de Intervenções, quando aplicável); (iv) Objetivos específicos (segundo os OP's da Coesão); (v) Tipologia de Operações; (vi) Resultados esperados; e (vii) Entidades a envolver na implementação (promotoras, beneficiárias, ...).

PA 1. Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG)

O investimento em Serviços de Interesse Geral preenche uma dimensão crucial para a recuperação de limiares de sustentabilidade demográfica dotando também os territórios de condições de atratividade, sobretudo, em matéria de habitação, educação e saúde.

De acordo com o PNPOT, as ações políticas dirigidas a fornecer serviços de interesse geral devem ser integradas como parte das políticas de desenvolvimento local e regional.

A intervenção pública é indispensável para dotar os territórios de soluções em domínios de serviços nos quais as respostas de mercado são insatisfatórias, mas essa intervenção tem de ser “ponderada em relação aos potenciais ganhos de qualidade de vida ou atratividade residencial”. Este é o contexto em que a dotação física de serviços deve ser calibrada com soluções de acesso digital implicando a necessidade de mapear e priorizar as condições de provisão e acesso contemplando a organização de serviços com colaboração entre municípios, inscrita em programas e planos intermunicipais. Os resultados da Revisitação das EIDT/NUTS III, deverão permitir processar informação útil para a abordagem de dimensões relevantes para a coesão territorial e social.

Nesta ótica, na componente de provisão de equipamentos, o Plano de Ação deve levar em conta as orientações do PROT relativas à estruturação do sistema urbano regional e à valorização/criação de novas relações de complementaridade entre os centros urbanos.

Os serviços de interesse geral incluem, nomeadamente, a saúde, a educação, a ação social, a habitação, a cultura e o lazer e o desporto devendo a sua programação obedecer a princípios de equidade territorial e de crescimento inclusivo e integrado, no enquadramento de uma das 15 opções estratégicas de base territorial do PNPOT (“Aumentar a atratividade populacional e a coesão social e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral”).

A elaboração do Plano de Ação deve contemplar a revisão/atualização dos Mapeamentos existentes (infraestruturas escolares, sociais, de saúde, culturais,...), identificando ne-

cessidades de qualificação dos equipamentos, apetrechamento técnico e de valências, e de melhoria dos níveis de cobertura, e atentas as soluções de acesso proporcionáveis pelas oportunidades de digitalização. Neste aspeto da cobertura territorial interessa aproveitar as vantagens de proximidade de algumas sub-regiões à AM de Lisboa, em termos de dimensão das procuras potenciais a satisfazer, as quais deverão ser ampliadas pelas deslocações para os territórios do interior resultantes da crise pandémica.

Esta abordagem inscreve-se no Desafio regional relativo à Sustentabilidade demográfica, compreendendo os Objetivos específicos do Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral, da Dinamização de soluções de habitação ajustadas aos diversos segmentos da procura, combinada com a requalificação das amenidades e das economias urbanas e da melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, etc.).

Esta abordagem enquadra-se no âmbito mais geral do Objetivo de Política “Uma Europa mais social - implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais”. Em termos de concretização, deve identificar operações enquadáveis nas Prioridades de Investimento relativas à melhoria dos sistemas de saúde, educação e formação, promoção da inclusão ativa e reforço do acesso territorialmente equitativo e atempado a outros serviços de qualidade sustentáveis.



PA 2. Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática

O desafio da Sustentabilidade territorial e valorização do capital natural, no quadro das alterações climáticas apresenta uma complexidade crescente no Alentejo pela diversidade de recursos e sistemas naturais sujeitos às condicionantes da transição climática e também energética: vulnerabilidades da orla costeira, erosão dos solos e perda da biodiversidade, efeitos nocivos perversos da intensificação agrícola de regadio e do longo desinvestimento nos agro-sistemas de sequeiro e florestais, com consequências na diminuição da resiliência e do potencial produtivo do montado.

As condições biofísicas de suporte aos sistemas de produção e ao fornecimento de bens públicos requerem intervenções qualificadas orientadas para a melhoria das funções ecossistémicas e produtivas dos solos e o uso eficiente, sustentável e inteligente dos recursos, com destaque para a Água. Neste enquadramento, importa considerar intervenções previstas no PNI 2030 em matéria de revitalização do regadio existente (abrangendo a reabilitação e modernização de infraestruturas hidráulicas) e de aumento da área regada - instrumento ao serviço do desenvolvimento do território rural, ambas com elevado interesse para o Alentejo.

A incorporação do capital natural e dos serviços ecossistémicos, numa abordagem socioecológica, na definição da estratégia territorial regional, incentiva a construção de centros regionais focados na criação de novas cadeias de valor, estimula a adoção de modelos sustentáveis de gestão empresarial e parâmetros específicos na avaliação e monitorização dos projetos a apoiar através das políticas públicas e recentra as prioridades dos processos de formação, capacitação e comunicação para consciencializar e alterar os comportamentos dos agentes territoriais e das comunidades de acolhimento, abrindo perspetivas, desde logo, para a patrimonialização e reconhecimento mundial das paisagens e dos sistemas alimentares sustentáveis, tradicionais e multifuncionais (montado, arrozais,...).

A Região dispõe atualmente de um acervo expressivo de instrumentos de planeamento e agendas regionais de intervenção setorial que identificam desafios e fundamentam propostas de ações e iniciativas (planos sub-regionais de adaptação às alterações climáticas e mobilidade urbana sustentável, Plano de Ação para a Economia Circular, ...). Na ótica do Plano de Ação Sustentabilidade Territorial e Transição Climática, importa sistematizar as necessidades de intervenção identificadas à luz também de instrumentos setoriais nacionais (Neutralidade Carbónica, Energia e Clima, ...) e estabelecendo prioridades no horizonte 2030.

Esta abordagem inscreve-se no âmbito do Objetivo de Política Uma Europa mais verde e hipocarbónica - transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, bioeconomia sustentável e circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos.

O Plano de Ação deve identificar operações que sejam enquadráveis nas Prioridades de Investimento relativas: ao ciclo urbano da água; à gestão de resíduos; à proteção do litoral; aos passivos ambientais (com investimentos previstos no âmbito do PNI, 2030); à promoção da eficiência energética e das energias renováveis, da mitigação e adaptação às alterações climáticas; e à prevenção de riscos.

Neste âmbito, importa processar: (i) as análises e propostas do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030); e (ii) as necessidades de reabilitação e cadastro das infraestruturas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais na Região que apresentam problemas de qualidade física e de conhecimento e cadastro de uma rede dispersa e antiga, com necessidade de reabilitação e conservação.

Os objetivos fundadores do Pacto Ecológico Europeu para uma transição ecológica e inclusiva para uma Europa climaticamente neutra em 2050, devem inspirar as diversas ações integradas, territoriais ou setoriais.

PA 3. Conhecimento e Inovação

O desempenho do Sistema Regional de Inovação reflete constrangimentos persistentes em matéria de produção de conhecimento, transferência de tecnologia e inovação empresarial, que sugerem a necessidade de promover uma dinamização atuante das Instituições de Ensino Superior e das unidades de I&D regionais através de plataformas que valorizem as escolhas da Estratégia Regional de Especialização Inteligente Alentejo 2030.

Na ótica da valorização dos investimentos existentes (PACT, Rede de incubadoras, centros tecnológicos e de competências, grupos operacionais, etc.) é necessário rever e atualizar o *Mapeamento de Infraestruturas tecnológicas* (CCDR Alentejo, 2017) cruzando-o com as atividades consolidadas e/ou emergentes, identificando necessidades adicionais de investimento, oportunidades de cooperação institucional e de estruturação em rede de recursos que reforcem a transferência de conhecimento para as empresas, e a valorização dos ativos estratégicos regionais. A revisão e atualização do Mapeamento deve abranger as diversas unidades sub-regionais e setoriais existentes, de modo a expressar as temáticas das redes e a articulação com as iniciativas dos Polos de Competitividade, empresas e outras organizações de C&T.

Esta abordagem enquadra-se no Desafio da Estratégia Regional referente à Consolidação do Sistema Regional de Inovação e no Objetivo específico Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T). Paralelamente, inscreve-se no âmbito do *Objetivo de Política Uma Europa mais Inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente* e deve identificar operações enquadráveis nas Prioridades de Investimento relativas à melhoria das capacidades de Investigação e Inovação, à adoção de tecnologias avançadas, à digitalização da economia e dos serviços e ao desenvolvimento de competências dos domínios de especialização inteligente.

PA 4. Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo

O Sistema de logística empresarial da Região abrange um conjunto heterogéneo de infraestruturas de acolhimento empresarial identificadas e que apresentam carências, entre necessidades de ordenamento, acessibilidade e qualificação física e necessidades de serviços de apoio à operação de empresas e gestão dos espaços, condições indispensáveis ao incremento da atração e fixação de empresas e de investimentos.

O *Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial* (CCDR Alentejo, 2016) deve ser objeto de atualização sinalizando necessidades de investimento na ótica da melhoria da competitividade dos instrumentos de acolhimento empresarial. Em idêntico sentido deve ser processada informação sobre as várias tipologias de infraestruturas/equipamentos de apoio ao empreendedorismo, de iniciativa municipal e outras, bem como sobre os constrangimentos que tem existido na utilização de apoios (viveiros de empresas, incubadoras, centros de acolhimento a PME's,...). A criação de um ecossistema favorável à qualificação do tecido empresarial, à operação de novas empresas e à inovação tecnológica, apoiando os Municípios e outras entidades gestoras na qualificação e na gestão das infraestruturas de acolhimento, deverá contribuir para a sua afirmação enquanto polos de desenvolvimento e dinamização das economias locais.

A superação dos constrangimentos através de intervenções (concertadas entre vários atores regionais) de qualificação das áreas de acolhimento empresarial, de melhoria da coerência territorial da rede de apoio ao empreendedorismo, deverá contribuir para potenciar as condições de atração de empresas e investimento, alargando a base territorial da competitividade.

Neste âmbito, importa considerar as intervenções previstas no PNI 2030, com prioridade para o Alentejo, nomeadamente a construção de "missing links" e a Fase II da Va-

lorização das Áreas Empresariais.

Esta área de intervenção deverá, igualmente, contribuir para estruturar a intervenção das CIM e dos Municípios no domínio da captação de investimentos empresariais, na ótica do alargamento da base territorial da competitividade e da valorização dos recursos endógenos, em coerência com as perspetivas identificadas na revisitação das EIDT.

Este Plano de Ação inscreve-se na construção de respostas ao Desafio regional relativo à Valorização económica dos recursos e regionais e da coesão territorial, bem como no âmbito do Objetivo de Política Uma Europa mais Inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente e deve identificar operações e investimentos enquadráveis nas Prioridades de Investimento relativas ao reforço do crescimento e competitividade das pequenas e médias empresas.

PA 5. Qualificação, Emprego e Inclusão Social

Os constrangimentos recorrentes em matéria de estruturação e funcionamento do mercado regional de emprego e de dotação de competências ajustadas às necessidades do tecido económico-empresarial (existente e atraível), são reconhecidos e têm incidências setoriais mais ou menos problemáticas. Todavia, essas necessidades exigem uma revisitação séria e em profundidade à luz de uma atualidade marcada por incertezas e mudanças transformadoras, cujos verdadeiros contornos são desconhecidos, mas impactam o futuro próximo e têm projeção fora dos padrões tradicionais de emprego e de estruturação das ofertas de formação escolar e profissional mais ou menos clássicas.

As respostas a encontrar para as pessoas, os profissionais e as organizações, deverão ter de evoluir segundo novos modelos de aprendizagem de competências adaptativas de banda larga ou mais específicas.

A conceção e programação do Plano de Ação deverá obedecer a esta perspetiva e promover a apropriação regional de intervenções de política pública nas vertentes da empregabilidade e da inclusão social de grupos de risco e em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, tendo por foco os territórios e as novas dinâmicas de procura de competências.

O foco do Plano de Ação deverá centrar-se na capacitação dos atores (pessoas, profissionais empregados e desempregados; e organizações privadas, públicas e sociais) para gerir um momento transformação complexa com capacidade adaptativa e de reação criativa, de (re)construção de contextos, de requalificação de competências (com gestão das competências existentes ou a adquirir

pelos atores regionais) e de inovação e criatividade, na construção de soluções que se afigurem mais adequadas.

Nesse enquadramento, o Plano de Ação deverá ser flexível e abranger soluções regionais dotadas de especificidade e adequabilidade para responder, em antecipação, às necessidades de desenvolvimento futuro das organizações empregadoras e do mercado de trabalho no Alentejo. A concertação entre agentes de regulação, produtores de qualificações (IES, Escolas, Centros de Formação, CIM, ERT,...) e procura qualificações (pessoas, famílias, empresas), deverá contribuir para aumentar a relevância dessas ofertas de formação ao nível regional em articulação renovada com as funções mais vastas do serviço público de emprego, enquanto agente promotor da política ativa de emprego, na relação com as prioridades de investimento económico e com os padrões de emprego em recomposição.

O Plano de Ação deverá estimular parcerias flexíveis que operacionalizem modalidades de cooperação que contribuam para melhorar a qualidade do desempenho, em domínios como: (i) articulação entre IES, Escolas, Centros de Formação e Entidades formadoras; (ii) empregabilidade, envolvendo as empresas e outras organizações parceiras da procura; e (iii) inclusão social, estimulando formas de ocupação e trabalho comunitário, a par da dinamização do empreendedorismo social local, no enquadramento de parcerias com Organizações da Economia Social.

Esta abordagem inscreve-se em vários Desafios regionais (Especialização inteligente e competências; Valorização económica dos recursos e ativos regionais; e Sustentabilidade demográfica) e situa-se, sobretudo, no âmbito do Objetivo de Política Uma Europa mais Social, com Prioridades de Investimento relativas à melhoria do acesso aos postos de trabalho, modernização das instituições e serviços de apoio ao mercado de trabalho, à melhoria dos sistemas de educação e formação e à promoção igualdade de acesso e da aprendizagem ao longo da vida.

PA 6. Cooperação territorial

Nos últimos ciclos de programação, os programas de cooperação territorial têm enquadrado a integração da Região e dos seus agentes em iniciativas, redes e projetos de cooperação territorial, constituindo uma aposta estratégica, na ótica da valorização dos recursos e da qualificação das intervenções dos atores do território, em atividades que visam responder a estrangulamentos estruturais e potenciar novas oportunidades.

A participação do Alentejo em projetos de cooperação com a Andaluzia e o Algarve e com a Extremadura e o Centro tem evidenciado a existência de assimetrias entre as componentes territoriais dos financiamentos e na ex-

periência e capacitação das entidades beneficiárias, assimetrias que têm limitado as potencialidades associadas à cooperação territorial e constituem uma debilidade a corrigir, num novo ciclo.

As orientações da Comissão Europeia apontam para a obrigatoriedade de integração (“embedding”) da cooperação territorial nos programas “mainstream”, designadamente no futuro PO Regional.

O reforço da Cooperação territorial entre regiões tem de ser abordado na programação e deve ocorrer nas vertentes da Cooperação Transfronteiriça e da Estratégia Atlântica. Nesta última vertente, o *Plano de Ação para o Atlântico 2.0* (“Uma Nova Abordagem da Estratégia Marítima para a Região Atlântica”) - COM (2020) de 23-07- incorpora Pilares de intervenção com relevante interesse para o Alentejo: I. Os Portos do Atlântico, enquanto portas de entrada e placas giratórias da Economia Azul; II. Competências azuis do futuro e Literacia Oceânica; III. Energias Renováveis Marinhas; e IV. Um Oceano Saudável e Zonas Costeiras Resilientes).

As principais finalidades da cooperação entre as regiões no horizonte 2030 deverão inscrever-se nas lógicas de desenvolvimento territorial e orientadas para a eliminação dos custos de contexto na fronteira, melhoria das condições de vida dos cidadãos das várias regiões, nomeadamente através da otimização de recursos e da utilização partilhada de infraestruturas, equipamentos e serviços de interesse geral.

No horizonte 2021-2027 o *Border Orientation Paper Spain-Portugal* mantém um conjunto de apostas estratégicas de largo espectro face à natureza dos recursos e à capacidade dos tomadores de iniciativa de intervenções:

- Crescimento, Competitividade e Conetividade (Inovação, Iniciativa empresarial e Empreendedorismo, Digitalização e ligações de conetividade, sobretudo, ferroviárias);
- Economia Verde de Baixo Carbono (transição energética, economia circular, adaptação climática e gestão de riscos, áreas naturais e biodiversidade);
- Emprego, Educação, Saúde e Inclusão.

Este conjunto de apostas estratégicas, exigente à luz das dinâmicas de iniciativa dos agentes regionais na dinamização de projetos de cooperação transfronteiriça, deverá ser objeto de aprofundamento no âmbito do Plano de Ação, nomeadamente fundamentando duas linhas de abordagem relevantes para a concretização de Desafios estratégicos regionais:

(a) Abordagem dentro do espírito, finalidades e conteú-

dos das estratégias de especialização regional (RIS3 de vocação transfronteiriça) compreendendo a mobilização de recursos em áreas temáticas de interesse comum para ambos os lados da fronteira (agroalimentar, turismo, economia do mar, energias sustentáveis, economia circular, ...).

(b) Abordagem dentro da matriz heterogénea de Serviços de Interesse Geral.

Em face da reduzida relevância que a cooperação transfronteiriça tem revestido em alguns destes domínios temáticos, este conjunto de orientações deve ser encarado como uma oportunidade para potenciar as intervenções que estimulam a ligação entre centros urbanos e áreas de influência, atribuir prioridade a ações nos domínios de ensino, da saúde, das infraestruturas básicas e de apoio à atividade económica, a par da remoção de barreiras na acessibilidade aos serviços públicos e da integração estes serviços.

A concretização de oportunidades para potenciar intervenções, pressupõe um conjunto convergente de atuações:

- reforçar a capacidade institucional para a promoção de projetos;
- melhorar a coordenação e complementaridade entre os diversos programas (CTE, Regionais e Temáticos);
- estruturar parcerias de projeto com escala para gerar impactos nos territórios, na atividade das empresas e dos cidadãos;
- criação de plataformas colaborativas transfronteiriças, em áreas económicas, de comercialização, artísticas e culturais, ... visando dinamizar de modo consistente a integração transfronteiriça;
- adoção de mecanismos de governação multinível para o ciclo de vida das ações (conceção, gestão, monitorização, ...).

Nesta perspetiva, a *Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço* constitui um importante quadro de referência para gerar oportunidades económicas de cooperação devendo permitir abordar também os desafios da digitalização e da criação de emprego nas zonas transfronteiriças.

PA 7. Governança e Capacitação

A problemática da Governança multinível e multi-escalar, a par da capacitação das instituições e dos seus recursos técnicos e humanos, constitui matéria recorrente na abordagem de sucessivos ciclos de programação do desenvolvimento regional, face às insuficiências dos mecanismos

existentes e da eficácia de desempenho das atribuições e competências revelada por parte de entidades territoriais e de interface.

As insuficiências de coordenação estratégica operacional, em áreas-chave de planeamento associadas à territorialização das políticas públicas setoriais, condicionam a qualidade e robustez da intervenção das instituições e limitam o potencial de qualificação competitiva dos territórios.

A programação regional de um novo ciclo da Política de Coesão é contemporânea de processos em curso de transferência de competências para as CIM e os Municípios, na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 e dos diplomas de concretização das transferências, bem como de um novo enquadramento da missão e âmbito de atuação das CCDR.

A importância da Governança Territorial é destacada pelo PNPOT como “motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas.”

Neste enquadramento, o *Plano de Ação Governança e Capacitação* deverá aprofundar as dimensões operacionais do *Desafio regional Reforço das Condições de governação e da Ação Coletiva*, nomeadamente em resposta aos Objetivos específicos: (i) Conceção e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios estruturantes das políticas públicas de desenvolvimento regional; e (ii) Capacitação técnica das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias.

Entre as dimensões operacionais, que poderão contribuir para a criação de organizações qualificantes, devem figurar, entre outras: o desenvolvimento de serviços partilhados; o reforço da capacidade técnica das CIM e Municípios, orientada para a coordenação de intervenções intermunicipais; o desenvolvimento de novas competências ajustadas à gestão e acompanhamento de novas tipologias de projeto a promover pelos municípios; e a capacitação de agentes de desenvolvimento local e animação económica dos territórios (GAL e outras ADL).

Em idêntico sentido, o racional de intervenção deste Plano deve refletir as necessidades de capacitação das juntas de freguesia e das ONG tendo em vista um melhor aproveitamento das condições de proximidade aos cidadãos, em termos de serviços públicos e de fortalecimento do capital social local.

O Plano de Ação deverá acolher também medidas previs-

tas no âmbito da Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023 e iniciativas europeias prioritárias.

PA 8. Água

O incentivo ao desenvolvimento de ações conjuntas com regiões vizinhas, previsto no âmbito do Objetivo de Política 5, motivou o trabalho empreendido com a CCDR Algarve para a conceção estratégica, em curso, de uma proposta de *Intervenção Territorial Integrada (ITI)*, em torno dos desafios da Água, que emergem da vulnerabilidade dos territórios que integram, total ou parcialmente, concelhos das NUT III do Baixo Alentejo, do Litoral Alentejano e do Algarve.

Estes territórios enquanto espaço de resiliência aos efeitos das alterações climáticas, onde o elemento água possui um papel central, caracterizam-se pelas distintas orografias, pelas fontes de inúmeros recursos minerais, por concentrarem a nascente de linhas de água fundamentais para as bacias dos rios Guadiana, Sado e Mira e de inúmeras ribeiras do Algarve.

A baixa ocupação populacional, o povoamento disperso e o progressivo envelhecimento promovem o abandono das terras, induzindo perda económicas, sociais e culturais agravadas pela desertificação, os passivos ambientais e as alterações da paisagem que acentuam os riscos de incêndio.

Este ITI deverá promover ações concertadas de aumento da resiliência dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas, associando a proteção e valorização dos corredores ecológicos, a redução ou minimização de vulnerabilidades e riscos resultantes de fenómenos extremos e a promoção de intervenções e atividades económicas sustentáveis, pela gestão eficiente no uso da água (na procura); pela otimização e eficiência nos sistemas de captação e distribuição; e pela promoção da reutilização de águas residuais, assegurando o bom estado ecológico das massas de água.

As tipologias de ação a desenvolver neste âmbito deverão incluir a, título de exemplo, o conhecimento e investigação aplicada; o desenvolvimento de projetos conjuntos entre empresas e centros de I&D; a implementação de modelos de previsão, gestão e monitorização da qualidade da água, dos solos, dos ecossistemas e da biodiversidade; ações tendentes à difusão de novas técnicas, práticas e culturas; e ações de conservação e valorização dos corredores ecológicos.

A ITI Água deverá contribuir para promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e as atividades predominantes nos terri-

tórios das sub-regiões abrangidas, valorizar e densificar as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais, através da incorporação de fatores de inovação que estimulem a promoção e atraiam novos residentes, qualificados e empreendedores, para reverter os processos de perda gradual registados.

Neste desígnio inter-regional, que deverá ser articulado com as demais abordagens territoriais integradas, procurar-se-á salvaguardar valores, materiais e imateriais, características identitárias comuns e transversais, que se prolongam além das fronteiras físicas e administrativas, devendo por isso ser olhadas de forma integrada mitigando limitações burocráticas e favorecendo as comunidades locais, as empresas e organizações do território, valorizando o trabalho desenvolvido em prol da inovação territorial, pelos *clusters*, centros de competência e grupos operacionais.

Todavia, o Plano de Ação não se limita à ITI focada na cooperação Alentejo-Algarve em territórios contíguos e poderá estender-se para um espectro largo de outras intervenções relacionadas com a água, nomeadamente em articulação com objetivos específicos e tipologias de operação contempladas no Plano de Ação da Sustentabilidade Territorial e Ação Climática.

Esta abordagem enquadra-se no Desafio da Estratégia Regional referente à Sustentabilidade territorial e dos recursos. Em termos temáticos, estabelece uma relação especialmente intensa com o Objetivo de Política “Uma Europa mais verde e hipocarbónica - adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos”, ainda que deva focar-se na identificação de operações enquadráveis nas Prioridades de Investimento relativas ao desenvolvimento social, económico e ambiental integrado, que se inscrevem no Objetivo de Política 5.



SÍNTESE CONCLUSIVA

O desenho da **Estratégia Alentejo 2030** procura contribuir para a construção de respostas a um conjunto de Desafios que emergem de constrangimentos e condicionantes ao desenvolvimento da Região os quais persistem ainda que com intensidades distintas, pese o trabalho realizado e a trajetória e resultados de um ciclo de intervenção de políticas públicas e de investimentos dos municípios, das empresas e das associações.

Ao longo desse ciclo, que abrange várias gerações de programação dos fundos estruturais, foi possível mobilizar recursos da política de coesão que combinaram investimento na competitividade e na coesão social e territorial. Esta é uma abordagem que continua a fazer sentido para o Alentejo onde as intervenções de apoio à consolidação de cadeias de valor em (re)construção, que devem gerar crescimento e emprego, têm de conviver com dimensões exigentes de infraestruturação material para o desenvolvimento (de conectividades físicas mais pesadas, a redes de suporte à digitalização) e de qualificação do território, ampliando argumentos para atrair investimentos, empresas e pessoas.

A esta dimensão do persistente, foram acrescentadas em momentos temporalmente distintos, duas variáveis críticas e com relevância estratégica:

- as alterações climáticas, com incidências já expressivas no presente e que se anunciam de enorme complexidade para os sistemas naturais e produtivos do Alentejo obrigando a concentrar recursos em intervenções de mitigação e de adaptação;
- os efeitos resultantes da crise pandémica na esfera económica e social, alterando prioridades de intervenção e afetação de recursos no curto prazo e reforçando a necessidade de coordenar atuações multinível (central, regional, intermunicipal e local).

Neste enquadramento, que marca de forma indelével um novo ciclo de programação do desenvolvimento no Alentejo, o conjunto de desafios estratégicos regionais (Demografia e excelência dos serviços de suporte; Sustentabilidade territorial e dos seus recursos; Especialização inteligente e competências; Valorização económica dos recursos e ativos regionais; e Qualificação dos subsistemas territoriais), afigura-se dinamicamente adequado para organizar as respostas patentes na identificação de uma árvore de objetivos estratégicos dotada de racionalidade e coerência, combinando intervenções e investimentos, nomeadamente dentro das Agendas Temáticas do Programa Nacional de Reformas, dos compromissos do PNPT e dos Objetivos de Política da Coesão.

A elaboração de Planos de Ação, com vista a fundamentar intervenções na fase de programação, permitirá canalizar

o trabalho desenvolvido na fase de planeamento pelos setores e pelos territórios, através das CIM.

A pertinência dos Desafios e a coerência dos Objetivos estratégicos, bem como o alinhamento existente com as Agendas e Compromissos referenciados, não dispensa um último desafio que convoca a necessidade de reforçar as condições de governação e de ação coletiva.

Esse reforço tem implicações na exigência de cooperação institucional que assegure o envolvimento dos atores regionais, bem como dos diferentes parceiros e redes existentes e a criar, cuja missão e atividade são indispensáveis para a concretização bem sucedida da Estratégia Alentejo 2030.

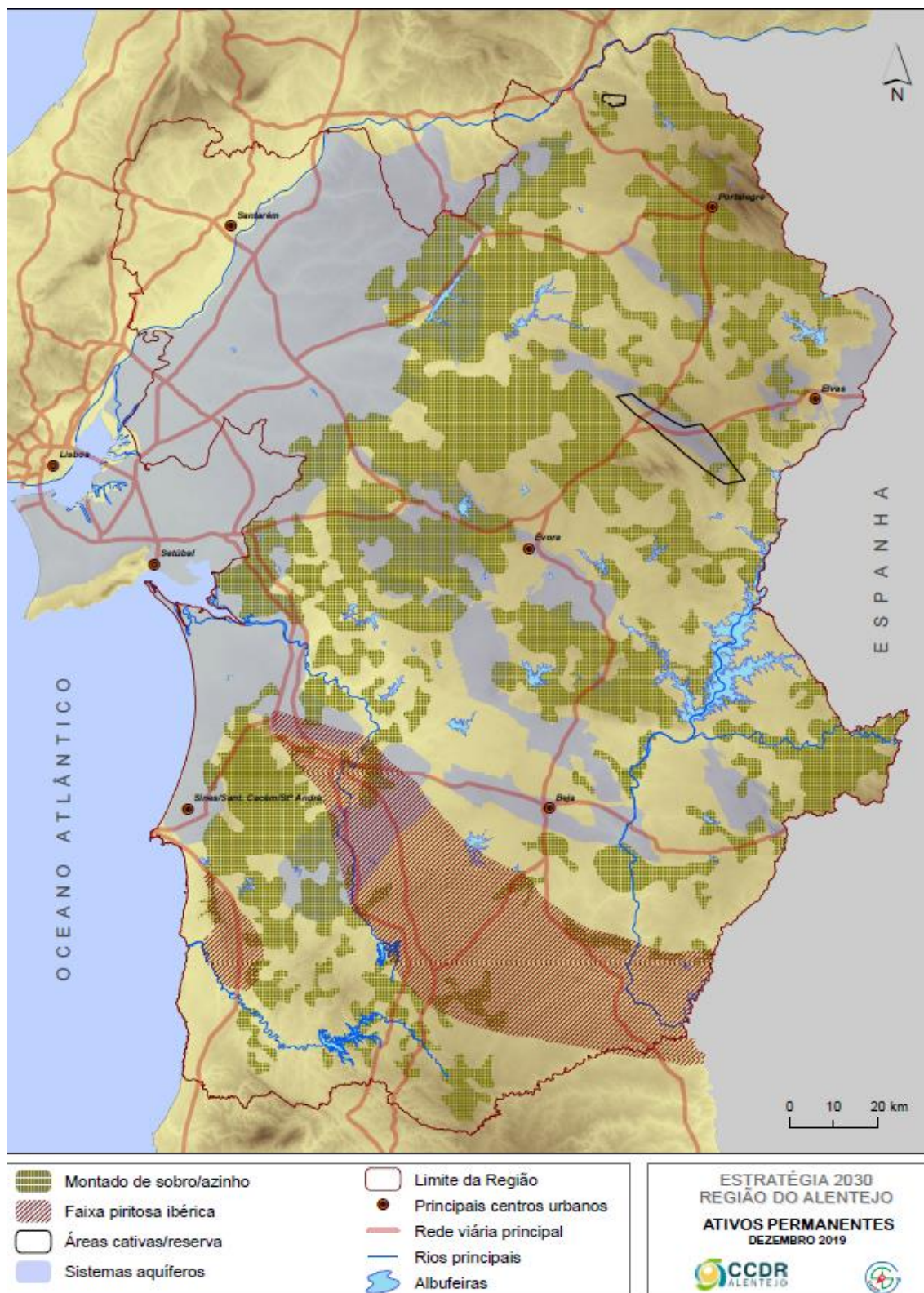
Um novo racional para a governação e a cooperação estratégica deverá beneficiar também da criação de instrumentos de monitorização e avaliação estabilizados que, através de indicadores de desempenho adequados e com regularidade, acompanhem a produção de resultados consentâneos com os compromissos associados à mobilização de recursos públicos.



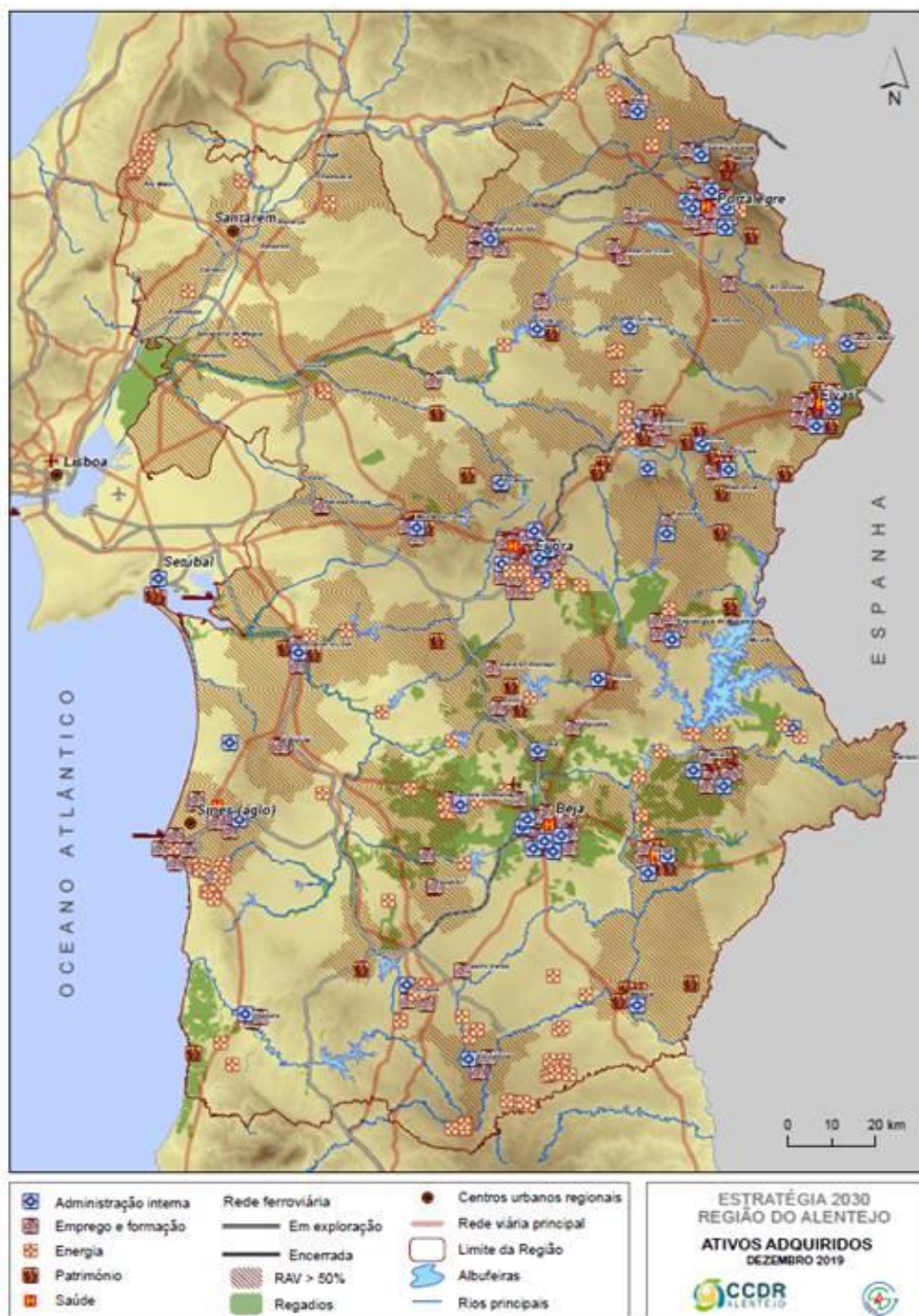
ANEXOS

ANEXO 1 - CARTOGRAMAS DOS ATIVOS DO TERRITÓRIO

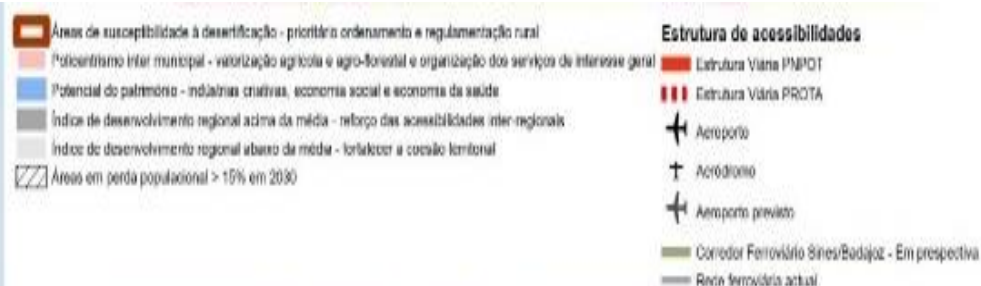
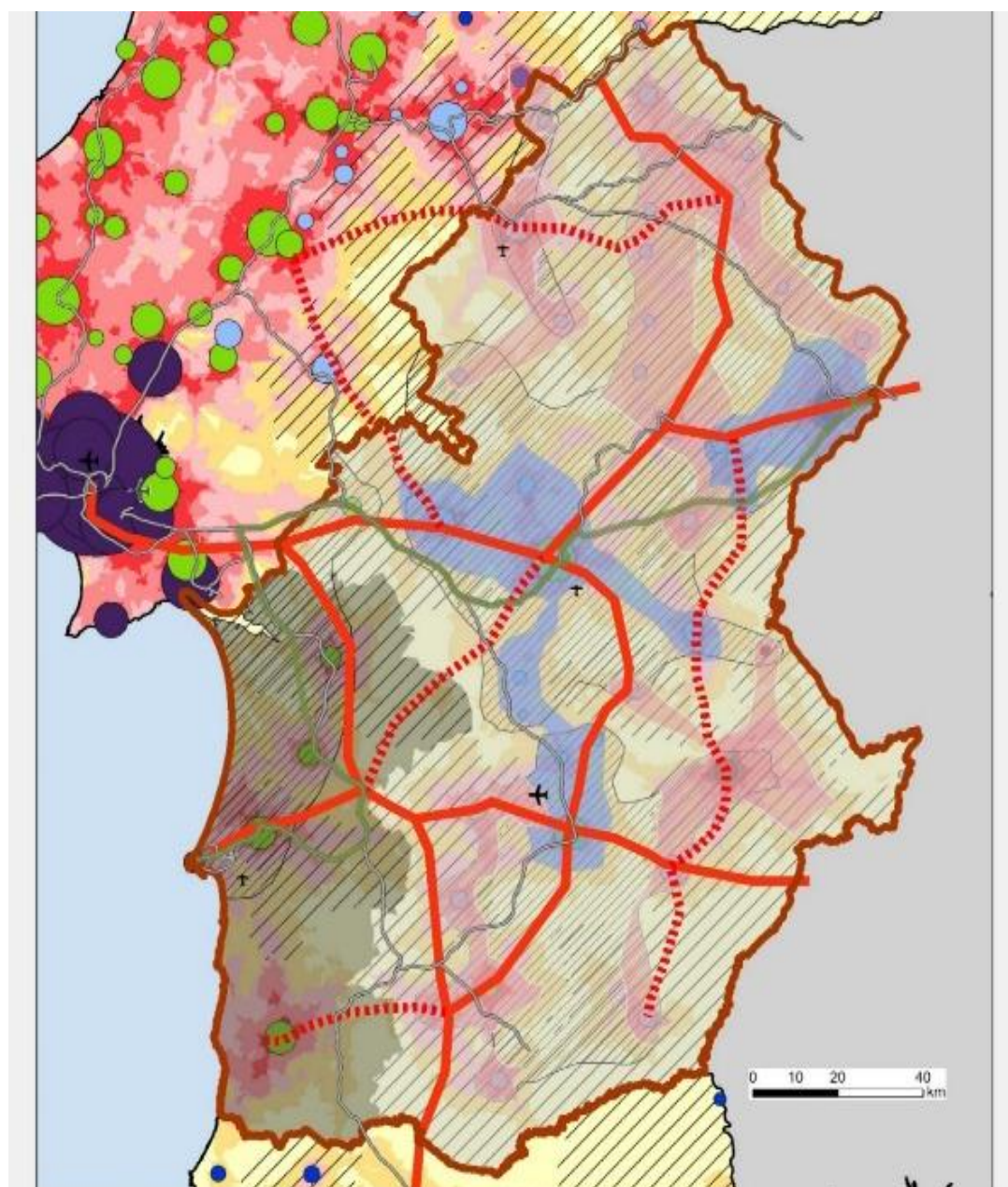
1.1 Cartograma dos Ativos Permanentes da Região



1.2 Cartograma dos Ativos Adquiridos da Região



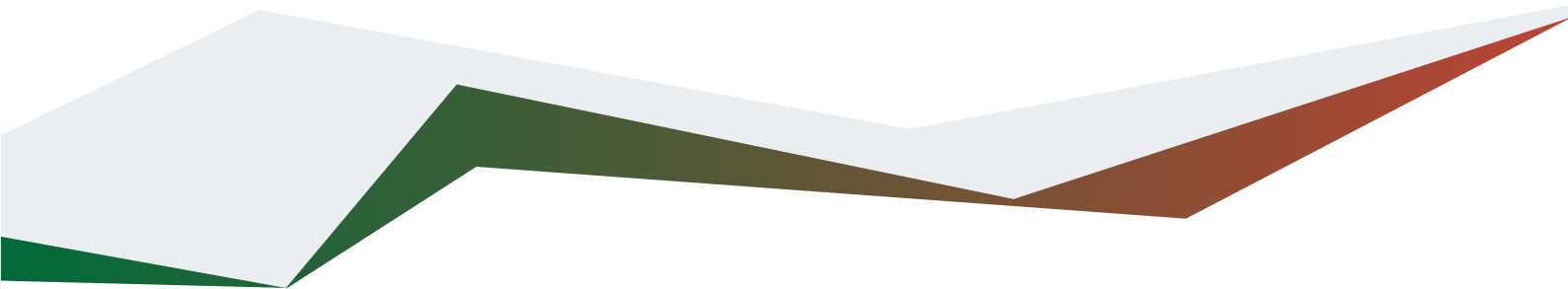
1.3 Cartograma da Situação de Referência Resultante da Articulação das Grandes Linhas Estruturantes do PNPO para os Futuros PROT Alentejo e Oeste-Vale do Tejo (em revisão)



ANEXO 2 - PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS, 2030 - Investimentos previstos para o Alentejo**Investimentos identificados no PNI 2030 a executar no Alentejo, por domínio temático**

Programa/Projeto	Investimento (M€)	Temporalidade
Domínio Transportes e Mobilidade		
Ferrovia		
• Programa de sinalização e implementação do ERTMS/ETCS + GSM-R (Linha do Alentejo)	270	2021-2030
• Programa de eletrificação e reforço da Rede Ferroviária Nacional (Ramal de Portalegre)	235	2021-2025
• Corredor Internacional Sul: nova ligação Sines/Grândola	120	2026-2030
• Modernização da Linha do Alentejo	90	2021-2025
Rodovia		
• Programa de construção de “missing links” (IC9. A23-Ponte de Sor e IC13. Ponte de Sor-Alter do Chão-Portalegre, inclui nova Ponte sobre o Rio Tejo entre Constância e Abrantes)	300	2021-2030
• Conclusão do IP8 entre Sines e Beja	130	2021-2028
• Programa de valorização das áreas empresariais (PVAE) - Fase II (Variante de Aljustrel - Melhoria das Acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização empresarial)	110	2021-2023
Marítimo-portuário		
• <i>Porto de Sines</i>	940	2021-2030
Domínio Energia		
• Consolidação das redes nacionais de eletricidade (Ligação a 400 kV Ferreira do Alentejo-Ourique-Tavira; Eixo Falagueira-Estremoz-(Divor)-Pegões)	175	2021-2030

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030, MPI.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional